ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO JANE VANINI
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES

A PERMANÊNCIA DE ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA INGRESSANTES NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/CAMPUS DE CÁCERES PELO PROGRAMA DE COTAS PARA ESCOLA PÚBLICA.

CÁCERES-MT
2024

CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES

A PERMANÊNCIA DE ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA INGRESSANTES NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/CAMPUS DE CÁCERES PELO PROGRAMA DE COTAS PARA ESCOLA PÚBLICA.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Drª. Elizeth Gonzaga dos Santos Lima

CÁCERES-MT
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Divisão de Biblioteca da UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte. UNEMAT - Unidade padrão

Rodrigues, Carla Daiane Santos.
A PERMANÊNCIA DE ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA INGRESSANTES NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/CAMPUS DE CÁCERES PELO PROGRAMA DE COTAS PARA ESCOLA PÚBLICA / Carla Daiane Santos Rodrigues. - Cáceres, 2024.
144f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Educação/CAC-PPGEDU - Cáceres - Mestrado Academico, Campus Universitário De Cáceres "Jane Vanini".
Orientador: Drª. Elizeth Gonzaga dos Santos Lima.

1. Educação Superior. 2. Permanência. 3. Estudantes com deficiência. 4. Programa de cotas. I. Lima, Drª. Elizeth Gonzaga dos Santos. II. Título.

UNEMAT / MTSCB CDU 37.02(317.2)

CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES

A PERMANÊNCIA DE ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA INGRESSANTES NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/CAMPUS DE CÁCERES PELO PROGRAMA DE COTAS PARA ESCOLA PÚBLICA

BANCA EXAMINADORA

_____

Dr.ª Elizeth Gonzaga dos Santos Lima
(Orientadora – PPGEdu/UNEMAT)

_____

Dr.ª Carina Elizabeth Maciel
(Membro Externo – PPGEdu/UFMS)

_____

Dr. Fernando Cézar Vieira Malange
(Membro Interno – PPGEdu/UNEMAT)

APROVADA EM: 04/04/2024

DEDICATÓRIA

Dedico à **Deus**, pela perseverança e força e sustento, que me deste nesta jornada. “Pois tudo o que foi escrito no passado, foi escrito para nos ensinar, de forma que, por meio da perseverança e do bom ânimo procedentes das Escrituras, mantenhamos a nossa esperança.”. (Romanos 15:4)

Dedico á minha filha **Anne Sophia Rodrigues da Silva,** apesar de tão pequena sempre me incentivou a buscar minha qualificação,a fim de assegurar-lá um futuro melhor.

Dedico aos meus pais **José Carlos da Silva Rodrigues e Elizete Santos Rodrigues,** que sempre acreditaram e me ensinaram que através do conhecimento e dos estudos e da educação, conseguiria todos os meu objetivos.

Dedico aos meus irmãos **Carlos Victor Santos Rodrigues e Bárbara Karolayne Santos Rodrigues**, por serem meus companheiros, por compartilharem comigo todos os momentos da pesquisa me incentivando e apoiando á continuar sempre.

Dedico ao meu esposo **Luiz Alberto da Silva** pelo apoio em todos os momentos nesta caminhada.

AGRADECIMENTO

Agradeço a professora orientadora Elizeth pela dedicação, por compartilhar seus conhecimentos e me orientar no decorrer da pesquisa com serenidade e compreensão diante de minhas faltas, falhas, dificuldades no trajetória do mestrado

Agradeço aos professores do programa que contribuíram na pesquisa (Drª. Loriege Pessoa Bitencourt, Dr. Fernando Cezar Vieira Malange, Drª. Angela Rita C.de Mello, Dr Laudemir Luis Zart, Drª. Maria do Horto Salles Tiellet e Dr. Paulo Alberto dos Santos Vieira.)

Agradeço aos amigos (Fernanda, Jucimar, Aparecida, Ualter, Daiane, Judite, Milena, Adisson, Adriana e Rosymeire) que sempre estavam dispostos em colaborar comminha pesquisa.

Agradeço a todos os colegas pelas riquíssimas contribuições nas disciplinas cursadas no decorrer do mestrado.

Agradeço aos servidores da Secretaria de Apoio Acadêmico da UNEMAT – Campus Universitário de Cáceres por nos atender com a lista de todos os ingressantes com deficiência do ano de 2019.

Agradeço ao secretário do programa Renato pelo excelente trabalho junto à comunidade acadêmica.

Agradeço aos profissionais e gestão das EE Dona Rosa Frigger Piovezan e EE Cora Coralina do município de Comodoro pelos ajustes nos horários afim de possibilitar que eu consegui-se participar das aulas.

Agradeço aos meus familiares pelo apoio e torcida no decorrer do processo de qualificação.

Agradeço a banca examinadora, constituída pelos professores Dra. Elizeth Gonzaga dos Santos Lima, Dra. Carina Elizabeth Maciel e Dr. Fernando Cezar Vieira Malange pelas contribuições nesse processo.

Por fim, agradeço aos pesquisadores do Grupo de Pesquisa GPAPES, pelas contribuições na organização dos dados e compartilhamento de resultados das pesquisas realizadas.

“Seja quem for, seja qual for a posição social, a cor da pele, a identidade de gênero, a deficiência visual, de fala, entre outras. As oportunidades dadas na vida de um ser humano são de grande importância para o seu crescimento pessoal e profissional. A inclusão é um dos instrumentos mais importantes para o desenvolvimento social.” – Rober Sil

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAE -Conferência Nacional de Educação

CONEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e extensão

COVEST – Assessoria de Gestão de Concursos e Vestibulares

DCN- Diretrizes Curriculares Nacionais

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio EM – Ensino Médio

ES – Ensino Superior

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

UNEMAT - Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso

SISU- Sistema de Seleção Unificada.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os procedimentos da pesquisa e os objetivos 27

Quadro 2 – Organização da entrevista semiestruturada 28

Quadro 3– Publicações encontradas nas bases de dados..... 31

Quadro 4– Divisão das publicações por relação das temáticas (descritores)..... 31

Quadro 5 – Organização dos dados retirados do balanço de produção 33

Quadro 6 - Estudantes participantes da pesquisa 68

Quadro 7 – Discentes NÃO participantes da pesquisa..... 68

RESUMO

Esta dissertação é o resultado do estudo realizado na linha de pesquisa Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas, do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), vinculada ao Grupo de Pesquisa Acesso e Permanência na Educação Superior (GPAPES), cuja temática se refere a permanência de acadêmicos com deficiência, ingressantes na Educação Superior, tendo como lócus o campus da UNEMAT de Cáceres-MT, ancorada nos aportes teóricos de Boaventura (2019); Freitas (2010) Gamboa (2012), Lima (2011), Leite (2010), entre outros. A pesquisa procurou responder a seguinte problemática: Como as políticas de permanência no âmbito da UNEMAT possibilitam a permanência dos acadêmicos com deficiência do Campus Universitário "Jane Vanini" ingressantes no ano de 2019? Assim, o objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar a permanência de acadêmicos com deficiência, buscando compreender suas trajetórias na Educação Superior. A coleta de dados foi realizada na Secretaria Acadêmica da UNEMAT, através dos dados coletados via Sistema Acadêmico (SIGAA). O mapeamento das políticas de acesso e permanência da UNEMAT foi realizado a partir de fontes documentais nas Pró- Reitorias da UNEMAT. As percepções dos acadêmicos com deficiência foram coletadas por meio de entrevista semiestruturada. A pesquisa foi organizada em cinco etapas complementares que auxiliaram no processo de coleta de dados, sendo realizada inicialmente a identificação dos estudantes com deficiência que ingressaram no ano de 2019, buscando compreender sua trajetória de permanência na educação superior; no segundo momento foi realizado o mapeamento das Políticas de Permanências da UNEMAT; a próxima etapa foi a elaboração de um Balanço de Produção no Banco de Teses e Dissertações da CAPES sobre o tema; a quarta etapa foi a realização das entrevistas com os acadêmicos com deficiência, ingressantes em 2019. Os resultados analisados através dos dados fornecidos pelo Sistema Acadêmico SIGAA indicaram que 07 (sete) acadêmicos com deficiência, ingressantes em 2019. Dos 7 estudantes 06 (seis) ingressaram pelo Programa de cotas e 01(um) ingressou pela ampla concorrência. Nesse ano de 2019 foi aprovada pelo CONSUNI as cotas para PCD, mas os primeiros estudantes ingressaram no semestre 2020/1. O estudo revelou a importância de avaliar não apenas a presença física dos alunos, mas também a qualidade do aprendizado proporcionado a eles. Materiais didáticos acessíveis, métodos de ensino adaptativos e suporte contínuo são fundamentais para criar um ambiente educacional inclusivo e propício ao desenvolvimento acadêmico. O estudo mostrou ainda a necessidade de identificar e superar barreiras e desafios, que podem levar à desistência, sejam elas relacionadas à acessibilidade física, falta de suporte pedagógico adequado ou discriminação, compreender esses desafios é essencial para implementar estratégias eficazes de apoio. Ao abordar as possíveis razões que levam à desistência, o estudo revelou que, muitas vezes, não são considerados nas políticas de inclusão as dificuldades de locomoção, a falta de suporte psicológico e situações de *bullying*, os quais emergem como elementos que podem comprometer a permanência desses estudantes. As falas dos estudantes entrevistados reforçam a importância de ouvir a comunidade acadêmica ao elaborar e implementar políticas públicas de acesso e permanência, as quais devem levar em consideração as vozes dos estudantes da UNEMAT. Por fim, para os estudantes a universidade deve investir em treinamentos para professores, adequar a infraestrutura física e promover uma cultura inclusiva que combata práticas discriminatórias.

Palavras-chave: Educação Superior; Permanência; Estudantes com Deficiência, Programa de cotas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 12

2. CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA 16

2.1. Abordagem e Pressupostos da Pesquisa 16

2.2. Lócus e sujeitos da Pesquisa 19

2.3. Procedimentos e Etapas da Pesquisa 21

2.4. Balanço de produções científicas: o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na Educação Superior 28

2.4.1. Acesso e permanência de estudantes com deficiência 29

2.4.2. Estudantes com deficiência, Cotas 29

2.4.3. Estudantes com Deficiencia, Acesso e Permanência, Cotas, Educação Superior 29

2.4.4. Análise das Produções Científicas, Leis, Políticas Públicas de Acesso e Permanência de Acadêmicos com deficiência na Educação Superior 30

2.4.5. Procedimentos de Análise dos Dados do Balanço de Produção 32

3. HISTÓRIA, DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR 37

3.1. O processo histórico de construção da Educação Superior no Brasil 37

3.2. Os desafios e transformações diante do acesso e permanência na Educação Superior 41

3.3. Políticas Públicas sobre o Acesso e Permanência no Contexto da Educação Superior 45

3.4. Trajetórias da Educação inclusiva na Educação Superior 48

3.5. Desafios e Superações através da história: a educação Superior como aliada da inclusão 51

4. O PROCESSO DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O ESTUDO DE CASO DA UNEMAT CAMPUS DE CÁCERES 61

4.1. A educação Superior na Universidade do Estado de Mato Grosso: trajetórias 61

4.2. Políticas Públicas de acesso e permanência na UNEMAT para pessoas com deficiência ingressantes por meio do sistema de Cotas 64

4.3. Acesso e Permanência: as vozes dos acadêmicos PCDs ingressantes em 2019 68

4.4. Percepção dos acadêmicos entrevistados 71

4.4.1. As percepções dos entrevistados sobre as políticas de permanência para PCDs na Unemat 83

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 124

6. REFERÊNCIAS 128

7. APÊNDICE 01 132

8. ANEXOS 134

1. INTRODUÇÃO

O acesso e a permanência na Educação Superior têm sido discutidos nos anos atuais, tendo em vista as relações do cumprimento das políticas públicas que auxiliam o acesso ao ensino público gratuito para todos, e garantem a formação desde a educação básica até educação superior. Esse direito a formação é amparado através da Constituição Federal promulgada no ano de 1988, permitindo que todos tenham oportunidades de ingressar na Educação Superior.

Partindo desse contexto o acesso à Educação Superior de acadêmicos com deficiência, se tornou um dos assuntos emergentes nas pesquisas e tem sido abordado na atualidade. Os movimentos de acessibilidade pelo mundo nos apresentam algumas discussões como as questões políticas, culturais, sociais e pedagógicas diante dos direitos a igualdade, respeito, participação e voz contra a discriminação. Na atualidade, essas políticas públicas de acesso à educação superior vêm sofrendo alterações visando garantir o ingresso de vários grupos que foram discriminados historicamente e que, atualmente, buscam garantir políticas públicas de acesso com qualidade a um curso de graduação, o que garantirá uma formação acadêmica e profissional para todos.

A partir da demanda de acadêmicos e acadêmicas com deficiência que buscam o ingresso a educação superior, emerge a necessidade de que sejam atendidas as especificidades desses sujeitos, garantindo condições de permanência e conclusão com qualidade.

Assim, esse estudo buscou compreender quais são as políticas públicas de acesso e permanência da Unemat para os(as) acadêmicos(as) com deficiência; como a instituição de ensino organiza no seu currículo essas políticas educacionais de inclusão através das políticas públicas de permanência da instituição; como a instituição se organiza diante do quadro de funcionários e a sua qualificação para prestar esse atendimento; e quais as percepções desses sujeitos sobre as políticas de permanência da instituição para os deficientes que ingressam pelas cotas. E compreender as trajetórias nesse processo de permanência na Educação Superior.

Esta pesquisa está inserida na temática de políticas de Permanência na Educação Superior, tendo como sujeitos os acadêmicos com deficiência ingressantes no ano de 2019 e suas trajetórias de permanência na Educação Superior, possibilitando identificar e compreender suas vivências diante dos desafios e conquistas, apresentadas na jornada acadêmica, bem como, o processo de amparo pelas regulamentações e leis que garantem o processo de inclusão à educação superior.

Anualmente, são realizadas avaliações seletivas para o ingresso a Educação Superior,

como o Processo Avaliativo Institucional e ENEM, a UNEMAT vem utilizando as duas formas, sendo 50% das vagas ofertadas pelo ENEM e 50% pelo processo seletivo institucional.

Importante observar que a cada ano os números de pessoas com deficiência participam desses processos seletivos, pois desta forma começam a conhecer a garantia de seus direitos ao acesso e permanência à Educação Superior, conforme estipulado pelas políticas públicas institucionais da UNEMAT de acesso e permanência. A UNEMAT oferta suas vagas para ampla concorrência e para ação afirmativa, sendo distribuídas na modalidade de COTAS, de acordo com a Resolução Nº 046/2023 CONEPE (em anexo), cuja Resolução reestrutura a Política de Ações Afirmativas no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

A inclusão dos estudantes na UNEMAT, no entanto, tem suscitado questionamentos sobre a adequação dessas políticas de acesso para o Sistema de Cotas. Ao analisar este cenário, verificamos que a Universidade do Estado de Mato Grosso, no campus de Cáceres tem alunos matriculados na educação superior que apresentam algum tipo de deficiência ou transtorno, que ingressaram ou não na Educação Superior através do Sistema de Cotas e que necessitam de atendimento especializado, possibilitando a garantia de sua permanência. Ao deparar com essa realidade, surgem indagações como, *quais os desafios que esses estudantes enfrentam desde o processo de ingresso e, posteriormente, ao longo do processo de formação inicial para permanecer na instituição e concluir o curso?*

A inclusão dos alunos com deficiência no ensino em geral tem tido um enfoque nas metodologias utilizadas pelos docentes, nos recursos didáticos e pedagógicos, na preparação dos funcionários e docentes, incluindo a formação inicial e continuada na área desses profissionais que são encarregados de transmitir o conhecimento e trabalhar diante das especificidades de cada pessoa com deficiência e suas especificidades no processo de formação educacional.

Esse estudo emergiu de uma experiência pessoal como ledora para auxiliar uma acadêmica com deficiência visual, no curso de História entre os anos de 2011 e 2015. Foi possível acompanhar de perto os avanços e retrocessos no processo de ensino e aprendizagens desta acadêmica, todos os desafios enfrentados durante o curso e o desenvolvimento das atividades e avaliações que os docentes preparavam. Observamos que essa experiência era nova para os docentes que a acompanhavam, e muitas vezes, sem conhecimento de como lidar com estudantes que apresentam deficiência. Nesse sentido, surgiu a problemática do estudo, a fim de compreender esse processo de inclusão e de acessibilidade desses sujeitos na IES, desde o acesso à permanência, como também os desafios ao longo dos semestres e o trabalho de

formação inicial com esses estudantes com deficiência que ingressam na educação superior.

Essa temática necessita ser disseminada a todos os profissionais da educação, tanto na educação básica, quanto na educação superior, para colaborar com o conhecimento da formação inicial e continuada dos docentes, as metodologias que podem facilitar o processo de aprendizagem e assim evitar muitas vezes a desistência dos acadêmicos. Portanto, compreender os fundamentos dessa temática, irá contribuir muito para os futuros docentes em formação.

Diante do exposto, a pesquisa se organiza para obter o objetivo geral que consiste em analisar a permanência dos acadêmicos com deficiência, da UNEMAT/Cáceres-MT, ingressantes no ano de 2019, em que analisamos se esses ingressantes tem os suportes e direitos assegurados durante o processo para ingressar na Universidade e permanecer até a conclusão do curso.

A partir desse objetivo geral, foram organizados os objetivos específicos que seguem de acordo com as etapas da pesquisa e, estão assim organizados: a) Elaborar um balanço de produção das dissertações e teses publicadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES sobre as temáticas acesso e permanência na Educação Superior; b) Mapear as Políticas, Programas e Ações de Acesso e Permanência para os estudantes do Programa de Inclusão de Deficientes da UNEMAT; c) Identificar os estudantes que ingressaram na UNEMAT no ano de 2019 d) Coletar as percepções dos estudantes que ingressaram no ano de 2019.

Sendo assim, foi possível analisar as condições de possibilidades que garantem a esses acadêmicos ingressar, permanecer e concluir um curso da educação superior. Esta dissertação está organizada em 04 seções, sendo que a primeira se refere a Introdução da pesquisa. A segunda refere-se à apresentação da metodologia do estudo, os sujeitos participantes, a problemática e sua delimitação, bem como, as etapas do estudo, como também o balanço de produção sobre as Políticas que tratam do Acesso, Permanência e as Políticas Afirmativas de Acesso e Permanência através da Política de Cotas nos âmbitos Nacional, Estadual e Institucional. A terceira seção apresenta análises que partem da discussão histórica do acesso à educação superior e da garantia de permanência a estudantes com deficiência, abordando as políticas públicas através do sistema de Cotas raciais e sociais, como são realizados o processo de acesso e a permanência destes na Educação Superior. A quarta seção está constituída pela sistematização, análise e discussão dos dados e informações coletadas. Nessa seção, ainda apresentamos as vozes dos entrevistados sobre os fatores interferentes durante suas trajetórias acadêmicas e como as políticas, programas e ações de permanência da UNEMAT contribui para a permanência dos estudantes deficientes que ingressaram na universidade no ano de 2019.

Visando atingir o objetivo proposto, realizamos revisão bibliográfica utilizando

autores que pesquisam e produzem pesquisas sobre a temática em âmbito nacional e internacional como: Lima (2008); Leite (2010); Lima, Malange e Barbosa (2015); Gamboa (2008); Bardin (2011); Silva, Veloso (2013); Gil (1999); Justi e Hostins (2020); Guerreiro, Almeida e Silva Filho (2014); Moreira, Bolsanello e Seger (2011), dentre outros.

2. CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Nesta seção serão abordados os aspectos teórico-metodológicos que deram base ao desenvolvimento da pesquisa. Será apresentada a metodologia empregada apontando os instrumentos empregados para a coleta de dados, o processo de escolha dos sujeitos participantes e os procedimentos de sistematização e análise dos dados, buscando compreender a temática e problemática apresentada.

2.1. Abordagem e Pressupostos da Pesquisa

Esse estudo está sustentado no plano teórico-metodológico pela abordagem materialista dialética histórica, com intuito de compreendermos como o pensamento crítico-dialético pode ser usado para a transformação de um fenômeno. Esse pensamento é capaz de possibilitar mudanças significativas diante das respostas encontradas nas pesquisas realizadas como os sujeitos os deficientes. Para Gamboa (2006):

> O enfoque crítico-dialético busca apreender o fenômeno em seu devir histórico e em suas inter-relações com outros fenômenos, buscando compreender os processos de sua transformação, suas contradições e potencialidades de mudança. O homem conhece para transformar. O conhecimento tem sentido quando revela as alienações, as opressões e as misérias da atual fase de desenvolvimento da humanidade, questiona criticamente os determinantes econômicos sociais e históricos e dá potencialidade a ação transformadora. O conhecimento crítico do mundo e da sociedade e a compreensão de sua dinâmica transformadora propiciam ações (práxis) emancipadoras. A práxis elevada à categoria epistemológica fundamental se transforma em critério de verdade e de validez científica. A práxis significa reflexão e ação sobre uma realidade buscando sua transformação. Transformação orientada para a consecução de maiores níveis de liberdade do indivíduo e da humanidade em seu devir histórico (interesse crítico emancipador) (Gamboa, 2006, p. 113).

Neste sentido, o conhecimento construído deve favorecer a mudança da dinâmica e da organização de um fenômeno, de forma crítica, colocando os elementos notáveis pela sociedade em discussão de modo a colocar em reflexão, pensar nestes atos, e assim promover a mudança dessas ações, conceitos e vivencias nas quais são observadas. Tendo em vista seus aspectos históricos que, em muitos casos, não permite esse acesso a mudança, provocando uma demora nas atuações da transformação dessas realidades.

O pensamento Crítico-Dialético Histórico-Social apresenta os aspectos históricos como um embasamento para as noções do processo de desenvolvimento dos sujeitos, então esse processo de transformação deve levar em consideração os aspectos que compõe esse percurso histórico de determinado fenômeno. Gamboa (2006), vê a história como “[...] um processo

desenvolvimento e de superação das contradições e conflitos inerentes ao próprio fenômeno estudado" (p. 47), então a pesquisa tem esse viés de desvelar as contradições da realidade e fazer observações que possam colaborar com a mudança de algo/alguém/pensamento. o conhecimento como o resultado da relação entre um sujeito que pensa e um objeto a que se busca encontrar analisar.

Esse processo só é efetivado com a compreensão e entendimento em como esse processo histórico exerce influências sob esse determinado fenômeno. Então deve se pensar em estratégias que desenvolvam esse viés crítico diante desses pontos no processo histórico e das situações encontradas ao longo das pesquisas realizadas.

O materialismo histórico, define os conceitos fundamentais na ideia de compreender as dimensões nas quais são analisadas, quanto a ideia das práticas sociais e das formações das características que possibilitam a compreensão das influências culturais, históricas e políticas na atuação do desenvolvimento da sociedade, se libertando dos elementos que dificultam esse processo de evolução do sentido de sociedade.

Gamboa (2006), também ressalta que as ações políticas servem para educar e promovem uma prática libertadora e revolucionária. Desse modo, a organização social e política são elementos imprescindíveis para a pesquisa social, através da investigação desses elementos é possível constatar o papel das políticas no processo de organização da sociedade e nas influências do desenvolvimento social e individual de cada ser ou situação.

> O homem é considerado nas investigações identificadas como crítico-dialéticas como um ser social, no sentido, do indivíduo incluído no conjunto das relações sociais. Dependendo da formação social na qual se situe e da correlação de forças existente, o homem se converte em força de trabalho, mão de obra, especialista, capital humano, sujeito capaz de transformar a realidade, ator e criador da história etc. Apesar de ser histórica e socialmente determinado também é capaz de tomar consciência de seu papel histórico, de educar-se por meio das ações políticas e de liberar-se através da prática revolucionária (Gamboa, 2006, p. 96).

Desse modo, os sujeitos se moldam a maneira que as influências sociais são caracterizadas, e de acordo com as oportunidades de mudanças. Através do cotidiano os sujeitos se constituem e compreendem suas necessidades de desenvolvimento. Diante do pensamento crítico-dialético as relações com os aspectos econômico-político-cultural estão ligadas as oportunidades já mencionadas, que atuam na melhoria da qualidade de vida e da compreensão dos sujeitos como produtores e construtores das suas narrativas.

A pesquisa qualitativa pode ser definida por uma pesquisa educacional inserida no contexto dos fenômenos sociais e este é constituído de inter-relações complexas, e por isso exige do investigador diferentes estratégias que possam contribuir para a compreensão das

implicações com a realidade e com os grupos sociais por ele pesquisado. Assim, a pesquisa será desenvolvida a partir da perspectiva quanti-qualitativa, sustentada nos pressupostos epistemológicos da abordagem crítico-dialética descrita por Gamboa (2006).

Para Gil (1999), a pesquisa é um processo sistemático que busca ter respostas para a problemática, desenvolvendo um processo com várias fases, desde a formulação do tema, problematização, estudos teóricos e até as análises e a discussão dos resultados. Assim, a pesquisa busca uma resposta para solucionar os problemas. Diante disso, através dos resultados da pesquisa que mostram na prática a importância dos conceitos científicos estudados no processo.

Ao utilizar a pesquisa qualitativa, os pesquisadores buscam explicar os fatos de determinados fenômenos. O pesquisador insere-se no espaço/objeto a ser pesquisado, procurando compreender e obter resultados aprofundados. A pesquisa deve ter a objetivação dos resultados e descrever, compreender e explicar sobre estudo realizado (Gerhardt; Silveira, 2009).

A pesquisa descritiva, busca englobar a análise dos dados e descrever as características de certa população. Segundo Gil (1999) "são inúmeros estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados" (p. 44). Portanto, utilizar dessas técnicas para fazer a análise da coleta de dados resultará no entendimento e reflexão acerca da temática. A pesquisa qualitativa também se relaciona ao estudo de caso em que analisa o sujeito e o meio em o mesmo está inserido. o estudo de caso é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos.

Conforme Leonard-Baxton (1990), o Estudo de Caso aborda uma investigação aprofundada de um fenômeno, que pode ser tanto passado quanto atual. Essa abordagem envolve a coleta de informações de diversas fontes, incluindo observações diretas, entrevistas sistemáticas e documentos de arquivos, em que cada detalhe relevante relacionado ao conjunto de eventos que compõem o fenômeno é considerado uma fonte de dados.

Por sua vez, Triviños (1987) define o Estudo de Caso como uma categoria de pesquisa que se concentra na análise minuciosa de uma unidade de estudo, a qual pode fazer parte de um contexto mais amplo. Essa unidade de estudo deve ser significativa e capaz de sustentar conclusões ou propostas de intervenção. Ainda coloca que o Estudo de Caso direciona uma reflexão aprofundada sobre uma cena, evento ou situação em análise, resultando em uma análise crítica que habilita o pesquisador a tomar decisões bem fundamentadas e a formular propostas

de ações transformadoras. Ele enfatiza que essa abordagem pode ser aplicada a diversos objetos de estudo, como uma comunidade específica, a história de vida de um indivíduo.

Tomamos o estudo de caso para realizarmos o nosso trabalho. Triviños (1987) salienta que o Estudo de Caso não deve isolar a situação estudada do contexto mais amplo no qual está inserida, uma vez que a pesquisa busca analisar a relação entre o fenômeno em estudo e o ambiente circundante. A complexidade do Estudo de Caso é determinada pelo quadro teórico que orienta a pesquisa, e, assim, essa abordagem visa aprofundar a compreensão dos processos e contextos relacionados ao fenômeno sob investigação.

Assim, a problemática apresentada toma como estudo de caso a experiência da Unemat do Campus de Cáceres e sua forma de ingresso dos deficientes no ano de 2019, que trouxe indagações, sobre como está sendo o acesso e a permanência dos acadêmicos deficientes no Campus Jane Vanini/ Cáceres. Por meio das entrevistas com os sujeitos ingressantes no ano de 2019, buscamos conhecer suas percepções sobre o processo de ingressar, permanecer na Educação Superior , como ressalta Triviños (1987), pesquisamos o sujeito no lócus onde ele está inserido, através da vivências transmitidas nas suas vozes.

2.2. Lócus e sujeitos da Pesquisa

O lócus da pesquisa foi o Campus Universitário de Cáceres “Jane Vanini”, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Os sujeitos foram os acadêmicos com deficiência que ingressaram no ano de 2019 via vestibular e ENEM e que permaneceram na instituição até o ano de 2023/1 dos cursos de licenciaturas e bacharelados. No que concerne ao lócus da pesquisa, que é a UNEMAT, a Resolução nº 046/2023 – CONEPE, é o documento em termos de legislação, legal ou regulatório que descreveu a reestruturação da política de ações afirmativas para o ingresso na Educação Superior através do sistema de reserva de vagas da UNEMAT

O artigo 2º estabeleceu que 60% das vagas oferecidas nos cursos de graduação da UNEMAT foram reservadas para estudantes que completaram todo o ensino médio em escolas públicas. Escolas públicas são definidas como instituições de ensino mantidas exclusivamente pelo governo, sem qualquer contribuição de escolas privadas ou bolsas de estudo. O art. 3º descreveu como as vagas foram distribuídas entre os diferentes grupos.

Para cursos com 30 vagas, 12 foram destinadas à ampla concorrência e 18 para alunos que cumpriram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dessas vagas para alunos de

escolas públicas, uma parte foi reservada para estudantes negros, indígenas e com deficiência. Esse padrão foi aplicado de forma semelhante para cursos com 40 e 50 vagas. Ressaltando que as cotas para PCD (Deficientes) foram inseridas no Programa de Cotas da Unemat no ano de 2019 e foram implementadas no ano de 2020, sendo os primeiros ingressantes em 2020/1. Assim, os sujeitos dessa pesquisa foram ingressantes pelas cotas de escola pública e não pelas cotas PCD.

Na Resolução nº 011/2019, o art. 6º estabeleceu que candidatos que desejaram concorrer às vagas reservadas para negros deveriam se autodeclarar como pretos ou pardos no ato da inscrição, de acordo com o quesito cor ou raça utilizadas pelo IBGE. O mesmo princípio se aplicou aos candidatos indígenas (Art. 7º) e às pessoas com deficiência (Art. 8º), que deveriam fornecer documentação que comprovasse sua condição. A Resolução ainda mencionou que, a autodeclaração dos candidatos gozou de presunção relativa de veracidade, mas pôde ser verificada por uma Comissão de Verificação, conforme especificado nos art. 6º, 7º e 8º.

Quanto ao Art. 8º, detalhou como a UNEMAT avaliaria a deficiência do candidato para fins de efetivação da matrícula, se necessário. Isso envolveu uma avaliação biopsicossocial realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, levando em consideração diversos fatores. Assim, a resolução em questão estabeleceu uma política de ações afirmativas na UNEMAT, reservando um número significativo de vagas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, bem como para grupos específicos, como estudantes negros, indígenas e pessoas com deficiência.

Essa política visou promover a diversidade e a inclusão na instituição de ensino. As resoluções 011/2019 e 051/2019, dispuseram sobre o acesso à Educação Superior de PCDs, através do Sistema de cotas, em seu Art. 8º pressupôs-se que "puderam concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, os candidatos assim considerados, conforme rege nos termos da Lei nº: 13.146, de 06 de julho de 2015."

Por meio do Sistemas de Cotas, as vagas foram oferecidas para todos os estudantes com deficiência ou não mais que cursaram o ensino médio integralmente em escola pública, tanto os cursos de Licenciatura (Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia), quanto os cursos de Bacharelado (Agronomia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Enfermagem e Medicina), que totalizaram 13 cursos no campus Jane Vanini, em Cáceres. Assim, nos editais de vestibulares da instituição, a partir de 2020/1 conseguimos visualizar a oferta e garantia do acesso e a permanência dos estudantes com deficiência à Educação Superior sendo este ingresso realizado através de processos seletivos institucionais ou através do Exame Nacional dos Estudantes do Ensino Médio

(ENEM).

No primeiro semestre o ingresso foi feito utilizando a prova do ENEM por meio do sistema seleção unificado (SISU/INEP/MEC), no segundo semestre o ingresso foi feito pela seleção da própria UNEMAT. A UNEMAT antes mesmo de utilizar os resultados obtidos através do SISU/ENEM, realizou o acesso desses alunos de forma democratizada, conforme afirmam os autores Lima, Malange e Barbosa (2015, p. 1033) "[...] sua expansão teve um processo que pode ser considerado democratizado, na medida em que, a ampliação do ingresso atingiu todas as camadas sociais da população (negros, índios, brancos, alunos oriundos de escolas públicas)".

Os autores apresentaram, através de sua pesquisa, que a UNEMAT teve como principal objetivo a democratização. Sua história comprovou que, em relação ao ingresso, a IES vem cumprindo sua missão de ser democrática à medida em que priorizou nas suas políticas, diferentes modalidades de oferta da Educação superior o que a diferenciou, se comparada à trajetória das demais universidades brasileiras.

A escolha pelo Campus Universitário de Cáceres - Jane Vanini, ressaltou as vivências dos acadêmicos deficientes em relação ao acesso e a permanência na Educação Superior tendo em vista que, esse Campus possuía alunos que ingressaram na educação superior através das vagas asseguradas através das Políticas Públicas de cotas da UNEMAT. Assim, ao realizar a busca ativa junto na Secretaria Acadêmica do Campus de Cáceres de acadêmicos que ingressaram na Educação Superior, observou-se e constatou-se que sete (07) pessoas que possuíam alguma deficiência ou transtorno ingressaram neste recorte temporal pesquisado que é o ano de 2019.

Desses, apenas cinco (05) colaboraram com a referida pesquisa, expondo sobre o assunto e relatando sua trajetória acadêmica até os dias atuais, pontuando como foi ofertada a garantia de direitos de -ingresso, permanência ao longo da educação superior. Ressalta-se que ao realizar a pesquisa através de uma entrevista semiestruturada para análise da trajetória desses estudantes que permaneceram, no educação superior, dois (02) dos acadêmicos que ingressaram em 2019, não participaram desta, pois, um desistiu no decorrer do curso, o outro manifestou que não se enquadrava como sujeito, para realizar a pesquisa.

2.3. Procedimentos e Etapas da Pesquisa

Os procedimentos e etapas da pesquisa desempenham um papel fundamental na

condução de estudos acadêmicos e científicos. Esses elementos pertencem à espinha dorsal de qualquer pesquisa, orientando o pesquisador desde o planejamento até a análise dos resultados. A maneira como a pesquisa é estruturada e conduzida impacta diretamente na qualidade e na confiabilidade dos resultados obtidos. Neste contexto, examinaremos as etapas essenciais que compõem uma pesquisa e como esses procedimentos desempenham um papel necessário no processo de investigação científica.

Essa pesquisa didaticamente foi organizada em cinco etapas complementares que auxiliaram no processo de coleta de dados.

Etapa I - condiz com a realização da identificação dos estudantes que ingressaram no ano de 2019, para conhecer e acompanhar suas trajetórias no Acesso e Permanência na Educação Superior.

Etapa II - apresenta o mapeamento das Políticas de Permanências da UNEMAT que foi realizado no processo de leituras teóricas da temática.

Etapa III (*Balanço De Produção)* - refere-se à elaboração de um balanço de produção no Banco de Teses e Dissertações da CAPES sobre a temática, buscando compreender as realidades já pesquisadas sobre a problemática pesquisada.

O balanço de produção da pesquisa, auxilia a afunilar e compreender melhor o tema necessita-se realizar um mapeamento das pesquisas que estão sendo desenvolvidas sobre a temática em estudo, além de analisar ainda de que forma as teorias, dados e métodos serão escolhidos para auxiliar na elaboração da pesquisa. Quando uma problemática surge temos que analisar qual a relevância, o papel social de abrangência do tema na sociedade, depois do resultado da pesquisa a ser realizada e sua divulgação. Bergman (2009) enfatiza que a busca sobre as produções cientificas existentes nos possibilita conhecer quais as temáticas que estão sendo mais pesquisadas mais abordadas nas produções.

Ribeiro e Bittencourt (2016), citam que através desse balanço de produção nos possibilita delinear as perspectivas e relevância da temática, pois ao realizar este levantamento e tratamento de dados nos possibilita planejar como realizaremos nossa pesquisa qual a importância dessa pesquisa para a sociedade em que o sujeitos está inserido, quais ações, quais os lugares de fala desse sujeitos, é dar voz ao pesquisado ao seu objeto a aquilo que o inquieta e indaga, e saber através desse balanço de produção quais os tipos de produção já existem a respeito do tema proposto e quais lugares esses trabalhos estão sendo publicados e qual viés teórico é seguido, fazendo o processo de conhecer a área e ver as necessidades que ainda precisam ser resolvidas diante das problemáticas que surgem.

Ao realizamos este mapeamento das produções acadêmicas (artigos, dissertações e

teses) no campo da educação, considerando a universidade, título, autores, nível de pesquisa e ano da produção, foram utilizados esses enfoques para dar mais viabilidade na construção do conhecimento. Selecionamos obras importantes e afins em relação ao objeto estudado, dando sustentação para a nossa pesquisa na busca de respostas e na produção do que ainda não foi realizado, neste contexto Moroz e Gianfaldoni (2006, p. 29) descrevem:

> A partir da consulta à literatura especializada, é possível dirigir a investigações para ramos mais profícuos, evitando-se a replicação de trabalhos por desconhecimento sobre o que já foi realizado. A consulta à literatura permite, ainda, familiaridade em relação aos temas nela tratados, sem o que seria impossível a realização de um trabalho de boa qualidade. Finalmente, o conhecimento daquilo que já está disponível fornece, em geral, boas sugestões quanto às técnicas de pesquisa mais adequadas à investigação de problemas específicos, poupando, desta maneira, esforços significativos por parte daquele que pretende iniciar um empreendimento na área.

O balanço de produção nos prepara para a pesquisa no campo em que queremos atuar, ela serve como um norteamento para que possamos iniciar o delineamento da pesquisa. Através dela nós identificamos os conceitos e quais autores conversam com a situação que queremos descrever, e conhecemos as narrativas dos pesquisadores, quais metodologias contribuíram para a compreensão e como essas metodologias aproximaram os pesquisadores dos objetivos propostos para a pesquisa.

Foram utilizados como base de coleta de dados o site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): Teses e Dissertações como também a Plataforma Sucupira que esta interligada ao sistema de informação da CAPES. Foram utilizados os descritores específicos, como "Acesso", "Permanência", “Acadêmicos Deficientes", "Cotas", "Ensino Superior", entre outros, é uma abordagem criteriosa que permite uma análise mais aprofundada dos trabalhos existentes que tratam do tema proposto. Isso garante que a pesquisa seja abrangente e direcionada, focando nas áreas específicas de interesse. Portanto, esse mapeamento e análise de dados são etapas fundamentais para embasar a pesquisa, direcionando-a de maneira eficaz e contribuindo para a compreensão mais profunda da problemática abordada no projeto de investigação e pesquisa. Em resumo, o balanço de produção nos proporcionou uma visão mais mapeada da produção acadêmica no campo da educação, trazendo inquietações e base para a construção de um novo conhecimento que fará avançar a ciência.

A Etapa IV: **Entrevistas** - consistiu na realização das entrevistas com os estudantes ingressantes em 2019 no Campus Jane Vanini/ Cáceres-MT. E para finalizar, a Etapa V, consistiu na realização da sistematização, organização e análises dos dados obtidos nas etapas anteriores, bem como, na construção e organização da escrita da pesquisa. Foram realizadas

entrevistas semiestruturadas com os sujeitos. A escolha dos sujeitos acorreu com todos os alunos que ingressaram no ano de 2019 e que permaneceram cursando até em 2023.

Os contatos dos participantes foram obtidos através dos dados coletados no SIGAA, e na Secretaria Acadêmica do Campus de Cáceres. Essas entrevistas consistiram em conhecer as percepções dos sujeitos sobre o contexto pessoal que os levaram ao ingresso (acesso) e permanência na educação superior.

A entrevista semiestruturada conforme roteiro (Apêndice 10) teve 11 questões principais que nortearam a pesquisa, de modo a explicar e compreender através das vozes dos estudantes o acesso e a permanência deste no Superior através das Políticas Públicas Afirmativas. As questões abordam várias questões relacionadas ao acesso e a permanência de pessoas com deficiência na educação superior, especificamente em relação à UNEMAT/Cáceres. As cinco (05) primeiras perguntas referem-se à caracterização do perfil dos entrevistados, quanto ao gênero, idade, tipo de deficiência em que se enquadra, o curso no qual está graduando e como o aluno ingressou na universidade, quais foram os processos.

As demais perguntas, da entrevista se referem ao processo de permanência na universidade, bem como, as percepções sobre as políticas de acesso à Educação Superior. Se eles têm conhecimento sobre as políticas públicas, e assim avaliar o conhecimento da pessoa sobre as políticas públicas destinadas a promover a inclusão de estudantes com deficiência na educação superior. A resposta a esta pergunta deve indicar se a pessoa tem conhecimento das políticas existentes e se compreende a importância da inclusão.

Foi perguntado ao entrevistado, se recebem Atendimento Especializado/Técnico Especializado (Ledor, intérprete de Libras, acompanhante) para a realização das atividades na Universidade nas aulas e extraclasse, visando detectar, se os estudantes com deficiência recebem suporte e assistência específica para atender às suas necessidades individuais, como leitores, intérpretes de Libras ou acompanhantes.

Também perguntamos se a estrutura física da instituição possibilita esse processo de inclusão dos alunos nas dependências da Universidade (biblioteca, salas de aulas, secretarias, departamentos, entre outros espaços), para avaliar se as instalações físicas da universidade são acessíveis e adequadas para acomodar as necessidades dos estudantes com deficiência. A resposta pode abordar questões relacionadas à acessibilidade de prédios, salas de aula e outros espaços.

Quanto a acessibilidade diante do processo de ensino e aprendizagens na sala de aula, bem como as interações com os demais acadêmicos e docentes, buscamos entender através das vozes dos entrevistados, como o processo de ensino e aprendizagem é adaptado aos estudantes

com deficiência. Isso inclui como as interações com outros estudantes e professores que são facilitados para garantir a inclusão.

Posteriormente, buscamos compreender como a permanência destes estudantes com deficiência na Educação Superior, se está assegurada a garantia de ensino de qualidade, e assim, compreender a eficácia das políticas públicas de acesso e permanência a fim de promover a inclusão de estudantes com deficiência nesse espaço. Assim, vamos investigar se os estudantes com deficiência têm acesso à Educação Superior e sua permanência, garantindo que o processo de ensino aprendizagem não prejudique a qualidade e garantia de ensino com qualidade.

Etapa V (Sistematização e Análise dos dados) - A análise e sistematização dos dados foi realizada por meio de um processo de categorização e de uma operação de classificação dos elementos constitutivos do conjunto de dados. Neste contexto, segundo os procedimentos de análise de conteúdo de Bardin (2011), essa análise busca a compreensão das relações existentes que vão além do aparente nas falas, sobretudo, se alinham nas vivencias e processos cotidianos. Assim, através dos estudos das produções acadêmicas de grande relevância para a pesquisa, sempre em busca de uma análise interpretativa mais próxima possível da realidade do objeto investigado. Conforme Cellard (2008).

> [...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008, p. 295).

Portanto, as produções desempenham um papel de extrema relevância para os pesquisadores das ciências sociais. Ele é inestimável na reconstrução de eventos históricos, sobretudo quando se trata de um passado distante, uma vez que, em muitos casos, constitui a principal fonte de registros da atividade humana em períodos específicos. Além disso, mesmo em contextos mais recentes, o documento escrito muitas vezes é o único testemunho disponível de atividades específicas ocorridas no passado. Isso destaca a importância desse recurso na pesquisa e na compreensão das dinâmicas sociais ao longo do tempo.

O processo de análise dos dados é fundamental para o pesquisador constatar e responder o que a sua pesquisa vem em busca. Os dados que foram obtidos nas entrevistas, serviram com esse suporte para a produção desta análise e produção bibliografia e científica. Segundo Gil (1999):

> A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 1999, p. 168).

A partir desse contexto, depois de organizado esses dados, foram analisados de forma sistemática e criteriosa, detalhando todos os aspectos que envolvem a pesquisa, para obter os resultados necessários para as respostas.

Para a análise documental e balanço de produção de dados foram necessários pesquisar os editais de seleção via ENEM ou processo seletivo institucional, as Leis, Portarias, Resoluções, entre outros. Esses elementos deram suporte para a construção da pesquisa e colaboraram na compreensão e formulação das etapas da pesquisa, bem como a organização das entrevistas. Uma vez identificados, através dos dados fornecidos pela Secretária Acadêmica da UNEMAT/Campus Cáceres, esses sujeitos foram contatados para orientações e esclarecimentos quanto à pesquisa e para o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respeitando-se, assim, as especificações de ética em pesquisa, de acordo com a resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS. Essa pesquisa obteve a aprovação junto ao CEP/UNEMAT sob o parecer número: 5.928.20, datado de 06/03/2023. A partir dessa ação, os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa.

Assim, os dados coletados “incluem os elementos necessários para pensar de forma adequada e profunda acerca dos aspectos da vida que pretendemos explorar” (Bogdan; Biklen, 1994, p.149). Neste sentido, a análise dos dados é a fase crítica do trabalho, pois é através das interpretações desses dados que teremos a sustentação da teoria, sendo de grande responsabilidade do pesquisador. A entrevista foi realizada com a utilização de onze (11) perguntas, semiestruturadas, com o intuito de apresentar nos diálogos as vivências desses acadêmicos sobre o processo de Permanência na Educação Superior. Essas respostas nos levaram a pensar e compreender o processo, no interior da UNEMAT Campus Cáceres, e como os acadêmicos se manifestam, atraves de suas vozes, movimentos que permitem a busca pelo direto das políticas de acesso e permanência, para a construção da compreensão sobre esse processo. De acordo com Bardin (2011):

> O que é a análise de conteúdo atualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência (Bardin, 2011. p. 15).

O método apresentado por Bardin no livro intitulado Análise de Conteúdo nos auxilia a compreender os caminhos e métodos para a análise dos conteúdos. Faremos uma análise embasada nas teorias crítico dialéticas para compreendemos quais são as percepções dos deficientes que ingressaram na educação superior através do Sistema de Cotas.

Segue no quadro 01 uma demonstração do percurso metodológico adotado para a pesquisa, sendo organizado em quadros, facilitando a compreensão dos processos da pesquisa e a sistematização dos dados, desde os objetivos da pesquisa, sua estruturação e processo. Observa-se os procedimentos da pesquisa qual é a problemática apresentada, o porquê pesquisar sobre o tema, e posteriormente os procedimentos metodológicos, que serão utilizados para elaboração e produção da escrita alinhando a pesquisa aos objetivos específicos abordados.

Quadro 1 – Os procedimentos da pesquisa e os objetivos

Problema	Procedimentos de Pesquisa	Objetivos
Analisar a Permanência dos acadêmicos com deficiência do Campus Universitário "Jane Vanini" UNEMAT/Cáceres-MT, ingressantes no ano de 2019.	- Revisão Bibliográfica; - Análise Documental; -Entrevista Semiestruturada; -Sistematização dos Dados.	- Analisar a permanência dos acadêmicos do Campus Universitário "Jane Vanini" UNEMAT/Cáceres-MT, ingressantes no ano de 2019. - Identificar os estudantes deficientes que ingressaram pelo Programa de Cotas no ano de 2019 e os concluintes do ano de 2023; - Elaborar um balanço de produção sobre as dissertações e teses escritas sobre a temática permanência; - Coletar percepção dos estudantes que ingressaram no ano de 2019 e que concluirão a graduação no ano de 2023 pelo programa; - Analisar os dados e informações coletadas a partir da elaboração do balanço de produção; - Mapear quais são as Políticas Públicas de Acesso e Permanência dos estudantes que ingressaram na Educação Superior através do Programa de COTAS da UNEMAT.

Fonte: Elaboração própria a partir das do projeto de pesquisa aprovado pelo CEP/UNEMAT.

O quadro 02, a seguir, apresenta a organização das entrevistas no processo de busca e coleta dos dados da pesquisa, para a elaboração do roteiro da entrevista semiestruturada foi utilizado com tema norteador o objetivo geral que é analisar a permanência dos estudantes do campus Universitário "Jane Vanini" UNEMAT/Cáceres-MT, ingressantes no ano de 2019, buscando compreender suas trajetórias durante o curso, esta entrevista serviu para a sistematização dos dados. Assim, organiza- se os procedimentos da pesquisa para que se tenha um aproveitamento dos dados no processo de análise das vozes dos sujeitos que contribuíram com a pesquisa.

Quadro 2 – Organização da entrevista semiestruturada

Objetivo Geral:	Analisar a permanência dos acadêmicos com deficiencia do Campus Universitário "Jane Vanini" UNEMAT/Cáceres- MT, ingressantes no ano de 2019, buscando compreender suas trajetórias durante o curso.
Sujeito da Pesquisa	Acadêmicos com deficiência que ingressaram na UNEMAT/ Cáceres-MT no ano de 2019
Instrumento de Pesquisa:	Entrevistas Semiestruturada com 11 Questões que tratam do tema Acesso e Permanência na educação superior.

Fonte: Elaboração própria a partir das do projeto de pesquisa aprovado pelo CEP/UNEMAT.

2.4. Balanço de produções científicas: o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na Educação Superior

A realização desse balanço de produção é fundamental na pesquisa, pois desempenha vários papéis essenciais no processo de investigação. Em primeiro lugar, permite ao pesquisador entender o contexto acadêmico em relação à sua área de estudo. Ao examinar as produções já existentes sobre o tema, o pesquisador pode identificar lacunas no conhecimento e áreas que necessitam de mais investigação.

Além disso, esse balanço auxilia na contextualização e fundamentação teórica do estudo. Ao analisar os diferentes lugares onde as pesquisas estão sendo publicadas e o viés teórico que estão seguindo, o pesquisador pode escolher o enfoque e as abordagens mais apropriadas para sua própria pesquisa.

Outro aspecto importante é dar voz aos sujeitos e suas preocupações. Isso é essencial para que a pesquisa seja relevante para a sociedade em que os participantes estão inseridos. Ao compreender as perspectivas e preocupações das pessoas envolvidas no tema de estudo, a pesquisa pode ser direcionada para abordar questões reais e atender às necessidades da sociedade.

Portanto, o balanço de produção desempenha um papel importante no planejamento e na fundamentação de uma pesquisa, permitindo que o pesquisador compreenda o contexto, identifique as necessidades e os desafios, e direcione a pesquisa de maneira a contribuir de forma significativa para a área de estudo e a sociedade em geral.

Esse mapeamento e análise dos dados provenientes de fontes como o site da CAPES e a Plataforma Sucupira são de extrema relevância para o desenvolvimento do projeto de

investigação desta pesquisa. Através da utilização de descritores específicos, permitiu uma análise mais aprofundada dos trabalhos existentes que tratam do tema proposto. Isso garante que a pesquisa seja abrangente e direcionada, focando nas áreas específicas de interesse. Veremos agora o detalhamento dos dados obtidos e analisados.

2.4.1. Acesso e permanência de estudantes com deficiência

O primeiro descritor pesquisado foi: "Acesso, Permanência, estudantes com deficiência ". No primeiro momento, sem utilização de filtros, na análise no banco de dados da CAPES (Pesquisa realizada em 30/04/2023), obtivemos como resultado 1.458.002 obras, das quais 970.364 foram dissertações de mestrado e 350.928 teses de doutorado, no período de 2017 a 2021. Os anos com maior número de publicações foram 2018, com 92.121, e 2019, com 87.392. Em relação à grande área de Ciências Humanas, foram encontradas 129.174 obras, e na área de Educação, 24.161. A maioria dessas obras foi publicada nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

2.4.2. Estudantes com deficiência, Cotas

O segundo descritor pesquisado foi: “Acesso, Permanência, Estudantes Deficientes”. No primeiro momento, sem utilização de filtros, na análise no banco de dados da CAPES (Pesquisa realizada em 01/05/2023), obtivemos como resultado 4.456 obras, das quais 3.019 foram dissertações de mestrado e 1.071 teses de doutorado, no período de 2008 a 2012. Os anos com maior número de publicações foram 2011, com 287, e 2009, com 284. Em relação à grande área de Ciências Humanas, foram encontradas 797 obras, e na área de Educação, 472. As pesquisas apresentadas são produzidas por universidades dos estados de São Paulo e Minas Gerais, o que evidencia que a região Sudeste do Brasil aborda o tema em grande parte das produções.

2.4.3. Estudantes com Deficiencia, Acesso e Permanência, Cotas, Educação Superior

Já o terceiro descritor pesquisado foi: “Estudantes Deficientes, Acesso e Permanência, Cotas, Educação Superior”. No primeiro momento, sem utilização de filtros, na análise no Banco de Dados da CAPES (Pesquisa realizada em 01/05/2023), obtivemos como resultado 1.459.907 obras, das quais 971.067 foram dissertações de mestrado e 353.201 teses de

doutorado, no período de 2016 a 2021. Os anos com maior número de publicações foram 2019, com 92.297, e 2018, com 87.614. Em relação à grande área de Ciências Humanas, foram encontradas 130.021 obras, e na área de Educação, 47.048. As pesquisas apresentadas são produzidas por universidades da cidade de São Paulo, Minas Gerais e também do Rio Grande do Sul, em grande maioria, o que evidencia que as regiões Sudeste e Sul do Brasil abordam o tema em muitas de suas pesquisas.

Foi possível perceber nessas obras e pesquisas científicas, o quanto a preocupação em incluir esses acadêmicos desde a oportunidade de ingressar em uma universidade, que até muito tempo atrás não era possível, ou não existia tantas oportunidades como na atualidade, que, mesmo com as dificuldades encontradas nas pesquisas, apresentam mais suporte para essas pessoas conseguirem, bem como, a criação de políticas públicas e de alternativas que possibilitem esses feitos.

Diante das propostas metodológicas percebidas nesse balanço de produção científicas relacionadas ao acesso, permanência de pessoas com deficiências nas universidades, nota-se que as pesquisas apresentaram crescimento quanto as oportunidades de acesso, e de como as instituições de educação superior colaboram e se organizam nas ofertas das vagas, organização do currículo e na qualificação dos profissionais para melhor atender as especificidades dos acadêmicos.

Portanto, essas pesquisas cientificas só reforçam a importância em pesquisar essa área da educação, são essas pesquisas que abordam e apresentam essas problemáticas que são enfrentadas no cotidiano das universidades. O balanço de produção contribui na delimitação dos autores e documentos que ajudaram a fundamentar e sistematizar os dados da pesquisa além de colaborar com a nossa compreensão em quais metodologias utilizadas, aportes teóricos, podemos contemplar na produção de nosso projeto de pesquisa.

2.4.4. Análise das Produções Científicas, Leis, Políticas Públicas de Acesso e Permanência de Acadêmicos com deficiência na Educação Superior

As políticas públicas relacionadas às pessoas com deficiência visual e auditiva, especialmente nas categorias de acesso, permanência e inclusão, são temas de grande relevância nos dias atuais. Um marco significativo de visibilidade para esse assunto é a acessibilidade e inclusão desses indivíduos nos espaços educacionais. A partir da análise de dados obtidos através da consulta aos bancos de dados da CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), utilizando Descritores e Operadores Booleanos, foi possível

identificar a importância desses temas.

Os Descritores utilizados para essa busca foram "Acesso e Permanência", "Ensino Superior", "Acesso e Permanência". A consulta aos dados ocorreu nos dias 17/06/2022 e 18/06/2002. Com o descritor "Acesso e Permanência" e "Ensino Superior", foram encontradas 12 publicações, enquanto com "Acesso e Permanência" e "Deficientes Visuais e Auditivos" foram encontradas 05 publicações.

As produções relacionadas ao tema proposto resultaram em 14 Teses/Dissertações que abordam sobre o assunto, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 3– Publicações encontradas nas bases de dados

Teses e Dissertações (CAPES)	Outros bancos de dados (Revistas e Site de Universidades)
14 Publicações	02 Publicações

Fonte: Elaboração própria a partir das pesquisas realizadas no banco de dados da CAPES (Teses e Dissertações).

Com o total de 17 publicações encontradas nas pesquisas através da análise dos resumos de cunho qualitativo em grande maioria utilizou de entrevistas, questionários, pesquisa bibliográficas e de documentos oficial como a BNCC, Declaração de Salamanca, os Parâmetros e Diretrizes Curriculares, a busca em demostrar como se dá a aplicabilidade da oferta de ensino aos deficientes não somente na educação regular como também na educação superior para auxiliar na compreensão dos dados o tema.

Assim, dividimos essas publicações de acordo com as temáticas abordadas, mesmo que as pesquisas falam da mesma área geral, elas apresentam diferentes perspectivas apresentadas, que compõe o quadro abaixo:

Quadro 4– Divisão das publicações por relação das temáticas (descritores)

Acesso e Permanência de Deficientes Visuais e Auditivos.	Políticas Públicas de Acesso e Permanência de Acadêmicos Deficientes no Ensino Superior.	Acesso e permanência (estrutura física/ estrutura Humana de prestação de serviço individualizado)
07 Publicações	08 Publicações	02 Publicações

Fonte: Elaboração própria a partir das pesquisas realizadas no banco de dados da CAPES (Teses e Dissertações) e o Plataforma artigos no site da revista digitais como Scielo e outras.

O acesso e a permanência de estudantes com deficiência visual e auditiva, a educação inclusiva e as políticas públicas na educação superior em três sub tópicos onde no primeiro tópico

nos traz a questão do acesso e a permanência de deficientes visuais e auditivos foram encontrada 07 publicações, onde debatem os desafios e progressos ainda que timidamente nos acesso desses sujeito a educação superior quais as metodologias e práticas estão sendo utilizadas como esta relacionando as Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade nos planejamentos e ações nos campus da Universidades, ressaltando que nas publicações que estão voltadas ao olhar do acadêmico, do docente e da instituição onde esse sujeitos está inserido.

Já no segundo subtópicos Políticas Públicas de acesso e Permanência de deficientes na Educação Superior verifica-se a aplicabilidade na Educação Superior das Políticas Públicas relacionadas a acessibilidade e inclusão tendo foco o acesso e permanência destes estudantes através da análise dos dados coletados nos apontam, quais as barreiras e desafios no percurso desse acadêmico que frequenta estas universidades, se as universidades através de suas ações pedagogias consegue incluir esse sujeito ao invés de excluir, e como a engrenagem opera dentro do processo de ensino aprendizagem desse aluno e de produção de conhecimento.

O terceiro tópico de análise aos dados coletados e em relação a estrutura física do local oportuniza ao acadêmico a acessibilidade as estruturas físicas dos campi se há atendimento especializado a estes acadêmicos levando em conta suas limitações sejam elas físicas como também cognitivas, como também se os docentes e administrativos conseguem estabelecer um processo mútuo e continuo com este educando.

As pesquisas relacionadas a essa temática são de uma extrema relevância para a comunidade em geral. Diante dos aspectos teóricos, históricos, críticos, sociais e culturais. A educação inclusiva está ampliando o seu foco no processo de ensino, tanto na educação básica quanto na educação superior. Estudos vem sendo realizados para apontar a dinâmica estrutural na qual os alunos são inseridos, diante da realidade que permeia as escolas e a educação superior.

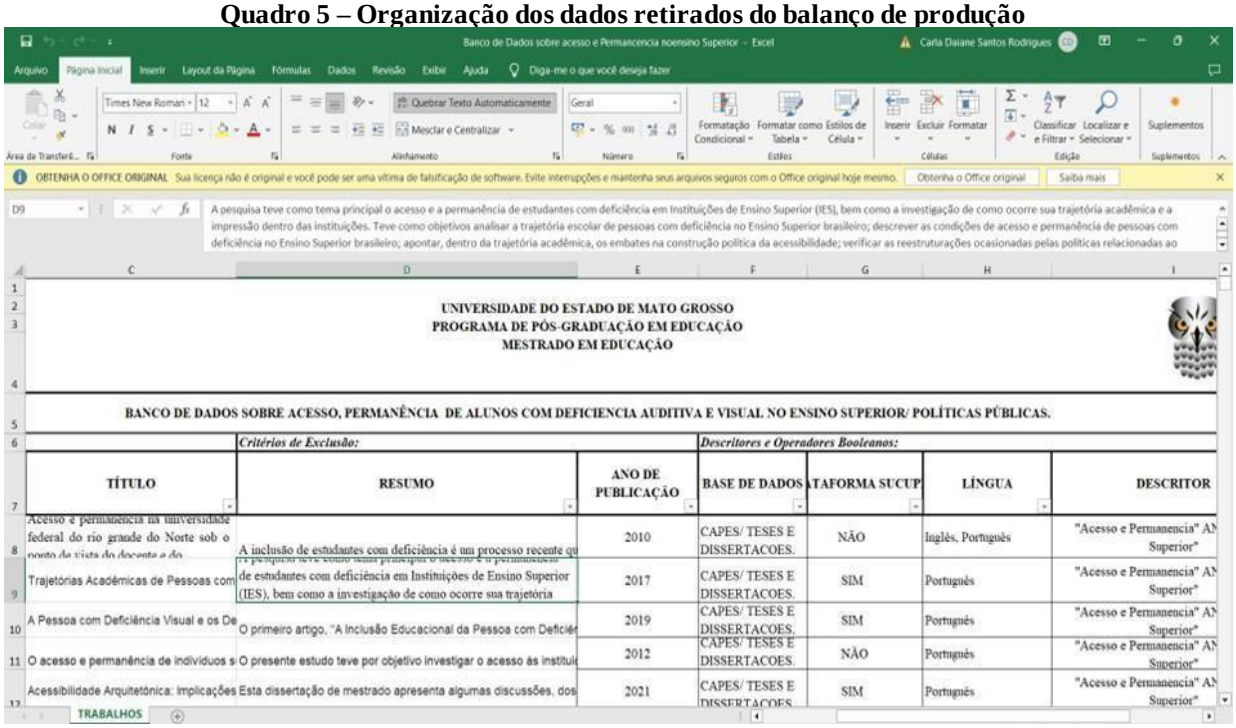
A inclusão dos acadêmicos deficientes, no ensino regular tem tido um enfoque muito grande diante das metodologias utilizadas, recursos didáticos e pedagógicos, preparação dos funcionários, incluído a formação inicial e continuada na área desses profissionais que são encarregados de transmitir o conhecimento e trabalhar diante das especificidades e subjetividades de cada aluno.

2.4.5. Procedimentos de Análise dos Dados do Balanço de Produção.

Realizando esse balanço de produção com a utilização das categorias propostas podemos compreender como é ofertada a garantia de direitos a esses sujeitos como e se é

realizado esse acesso, em que condições está sendo trabalhado a permanência na educação superior, pois todos esses temas rementem e se envolvem com a inclusão. A busca por resultados que possam auxiliar a comunidade acadêmica e científica na compreensão do processo de ensino e das aprendizagens dos acadêmicos. Apresentamos a análise dos dados apresentados no quadro 05 que segue.

Quadro 5 – Organização dos dados retirados do balanço de produção



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

BANCO DE DADOS SOBRE ACESSO, PERMANÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIENCIA AUDITIVA E VISUAL NO ENSINO SUPERIOR/ POLÍTICAS PÚBLICAS.

	Critérios de Exclusão:		*Descritores e Operadores Booleanos:*			
TÍTULO	RESUMO	ANO DE PUBLICAÇÃO	BASE DE DADOS	ATAFORMA SUCUP	LÍNGUA	DESCRITOR
Acesso e permanência na universidade federal do rio grande do Norte sob o ponto de vista do docente e do	A inclusão de estudantes com deficiência é um processo recente qu	2010	CAPES/ TESES E DISSERTACOES.	NÃO	Inglês, Português	"Acesso e Permanencia" AN Superior"
Trajetórias Acadêmicas de Pessoas com	de estudantes com deficiência em Instituições de Ensino Superior (IES), bem como a investigação de como ocorre sua trajetória	2017	CAPES/ TESES E DISSERTACOES.	SIM	Português	"Acesso e Permanencia" AN Superior"
A Pessoa com Deficiência Visual e os De	O primeiro artigo, "A Inclusão Educacional da Pessoa com Deficiê	2019	CAPES/ TESES E DISSERTACOES.	SIM	Português	"Acesso e Permanencia" AN Superior"
O acesso e permanência de indivíduos s	O presente estudo teve por objetivo investigar o acesso às instituiç	2012	CAPES/ TESES E DISSERTACOES.	NÃO	Português	"Acesso e Permanencia" AN Superior"
Acessibilidade Arquitetônica: Implicações	Esta dissertação de mestrado apresenta algumas discussões, dos	2021	CAPES/ TESES E DISSERTACOES.	SIM	Português	"Acesso e Permanencia" AN Superior"

Fonte: Elaboração própria a partir das pesquisas realizadas no banco de dados da CAPES (Teses e Dissertações) e o Plataforma artigos no site da revista digitais como Scielo e outras. Disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1YkY_laUvrCvyiEH1lNtWKdM3jsHniYhz/editusp=sharing&ouid=108593079850182318292 &rtpof=true&sd=true.[1]

Percebemos através da tabela que os autores envolvidos nas pesquisas se preocupam com o acesso e a permanência desses estudantes na Educação Superior, como são atendidos os acadêmicos que ingressam nas universidades. Nas leituras percebemos que eles se fundamentam nesse processo de evolução das oportunidades diante do processo histórico da Educação Especial.

As circunstâncias históricas diante do termo igualdade e diferença são elementos a serem discutidos nos currículos escolares e no processo de ensino aprendizagens em geral. A *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (PNEEPEI), lançada em 2008, traz algumas ideias sobre a educação inclusiva e os direitos a serem garantidos nesse processo.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a

> necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. (Brasil, 2008, p. 4).

As obras destacam que diante da preocupação com o processo de ensino nas escolas foi construído sistemas educacionais que tratassem do tema inclusão. Contando com a organização e mudanças no sistema já existente, a fim de que as mesmas pudessem garantir uma educação de qualidade.

Os movimentos de inclusão pelo mundo estão envolvendo as questões políticas, culturais, sociais e pedagógicas diante dos direitos a igualdade, respeito, participação e voz contra a discriminação.

Um dos documentos atuais, a Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/2015 traz em seu artigo 2º, inciso XIII, uma referência sobre a inclusão na educação superior, que diz "[...] o acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas" (Brasil, 2015, p. 4).

Desse modo, vale ressaltar que todos devem ter a garantia do direito a educação de qualidade. Ainda no mesmo inciso II, traz as condições dessa garantia, como o "[...] aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena" (Brasil, 2015, p. 4).

Alguns autores fazem referência ao contexto em que a educação inclusiva vem sendo inserida. Hostins, Silva e Alves (2016, p. 161) se baseiam na ideia de que "[...] o acesso à educação não é suficiente, se nos contextos educacionais (na coletividade) não são propiciadas práticas culturais de colaboração e interação". Então é dever do estado, das instituições educacionais em geral oferecer através de suas práticas pedagógicas e planejamentos a inclusão nos debates e atividades, questões culturais de colaboração, interação e sensibilização, dos sujeitos com o meio, pois através disso, iremos nos tornar uma sociedade mais consciente do papel desse sujeitos no meio em que estão inseridos, e que permitam ensinar e aprender umas com as outras através --da troca de experiências, respeitando as diferenças de cada um.

Guerreiro, Almeida e Silva Filho (2014) ressaltam que, antes dessas políticas inclusivas, essas pessoas eram tratadas como expectadores, ou seja, não existia direitos que asseguravam o ingresso nas universidades, eram poucos que conseguiram e mudaram essa realidade. Na atualidade esses acadêmicos e profissionais tem vez e voz para manifestar a importância dessas políticas públicas voltadas a inclusão no ensino tanto regular quanto no superior e sua formação. É perceptível que as universidades cada vez mais recebem uma grande demanda de

acadêmicos que apresentam deficiências, diante de vários projetos de leis que colaboraram com a garantia desse direito a educação e a formação na educação superior. A ocupação de deficientes em todos os campos de atuação é grande e vista como inspiração para os jovens e adultos que tiveram esse direito negado a alguns anos atrás.

Esse olhar é importante a ser pensado na formação inicial pois, como apontam Moreira, Bolsanello e Seger (2011):

> [...] uma universidade inclusiva só é possível no caminhar em busca da mudança que vai eliminando barreiras de toda ordem, desconstruindo conceitos, preconceitos e concepções segregadoras e excludentes. É um processo que nunca está finalizado, mas que, coletivamente, deve ser constantemente enfrentado. (Moreira; Bolsanello; Seger, 2011, p. 141).

O processo de inclusão na instituição de educação superior vem rompendo preconceitos e barreiras, buscando se adequar as mudança e desafios deste novo público que cada vez mais adentram as universidades, criando nos seus planejamentos e ações, políticas públicas inclusivas que busquem assegurar a educação de qualidade para todos os acadêmicos.

A interação e participação destes no processo de inclusão juntamente com a equipe gestora dos campi, a reitoria, os docentes e os técnicos educacionais e toda a comunidade acadêmica, para que o pensamento retrógrado envolvendo esses paradigmas sejam rompidos e que fortaleça a universidade como um ambiente inclusivo, capaz de formar os profissionais capacitados e críticos, trabalhando e incentivando esse processo de formação. Diante desta problemática chegamos a este balanço de produção que aborda a respeitos do tema que ganha visibilidade através das pesquisas recentes.

A importância que essas discussões transmitem para a comunidade em geral de preocupação e valorização dos direitos das pessoas deficientes, empregando essas narrativas como problemáticas cientificas, fazendo os pesquisadores e professores ter esse olhar criterioso e analítico, bem como, demonstrar preocupação com as condições de ensino-aprendizagens e a formação profissional desses sujeitos.

Foi possível perceber nessas obras e pesquisas científicas, o quanto a preocupação com o bem-estar dos acadêmicos desde a oportunidade de ingressar em uma universidade, que até muito tempo atrás não era possível, ou não existia tantas oportunidades como na atualidade, que, mesmo com as dificuldades encontradas nas pesquisas, apresentam mais suporte para essas pessoas conseguirem, bem como, a criação de políticas públicas e de alternativas que possibilitem esses feitos.

Diante das propostas metodológicas percebidas nesse balanço de produção científicas

relacionadas ao acesso, permanência e inclusão de deficientes nas universidades, nota-se que as pesquisas apresentaram resultados positivos quanto as oportunidades de acesso, e de como as instituições de educação superior colaboram e se organizam nas ofertas das vagas, organização do currículo e na qualificação dos profissionais para melhor atender as especificidades dos acadêmicos.

Portanto, reforçam a importância em pesquisar essa área da educação, são essas pesquisas que ajudam a amenizar e resolver as problemáticas que são enfrentadas no cotidiano das universidades. O balanço de produção contribui na delimitação dos autores e documentos que ajudaram a fundamentar e sistematizar os dados da pesquisa além de colaborar com a nossa compreensão em quais metodologias utilizadas, aportes teóricos, podemos contemplar na produção de nosso projeto de pesquisa.

3. HISTÓRIA, DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

A busca pela inclusão na Educação Superior é um movimento que está na pauta das análises e reflexões do panorama educacional nas últimas décadas. Vários grupos marginalizados e discriminados historicamente, enfrentam desafios únicos nesse contexto, destacando-se as pessoas com deficiências e transtornos. A história, os obstáculos e as transformações na política de acesso e permanência desses acadêmicos na educação superior são uma narrativa em constante evolução.

Nesta sessão, serão abordados a trajetória histórica da inclusão de acadêmicos deficientes na educação superior, destacando os desafios que enfrentaram e as transformações que moldaram as políticas de acesso e permanência ao longo do tempo. Investigaremos como a sociedade e as instituições de ensino responderam às demandas por igualdade de oportunidades educacionais, infraestrutura, apoio psicopedagógico e sensibilização da comunidade acadêmica.

Ao longo da explanação da sessão, será possível compreender as mudanças significativas que ocorreram na política de inclusão na educação superior e os desafios contínuos que ainda persistem. A educação inclusiva é um direito fundamental, e este estudo ajudará a lançar luz sobre os progressos realizados e os caminhos a serem percorridos na busca por uma educação superior verdadeiramente inclusiva.

3.1.O processo histórico de construção da Educação Superior no Brasil

A história da educação superior no Brasil é um processo complexo e abrangente que perpassa por séculos de desenvolvimento. No período colonial a educação no Brasil estava predominantemente ligada à Igreja Católica e aos jesuítas. Eles eram responsáveis pela educação formal e estabeleceram escolas, como os colégios jesuítas, para educar a elite colonial. Com a expulsão dos jesuítas: Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil e de todas as colônias portuguesas, o que levou a um período de declínio na educação superior no país.

A educação superior no Brasil foi iniciada em 1808, para formação de profissões estratégicas no governo português. No período imperialista com a independência do Brasil em 1822, houve um ressurgimento do interesse na educação superior. O imperador Dom Pedro I estabeleceu as primeiras instituições de educação superior no país, como a Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Com a Proclamação da República houve um esforço para expandir o acesso

à educação superior. Apenas em 1920, foi criada a primeira universidade no Rio de Janeiro, surgiram mais instituições, como a Universidade de São Paulo (USP) em 1934, que se tornaria uma das principais universidades do país. Desde então, a ausência de uma política educacional voltada para a expansão das universidades e vagas se prolongou por várias décadas resultando num cenário restrito para o ingresso na universidade (Sguissardi, 2009).

Tal cenário favoreceu o acesso de uma elite detentora de melhores condições socioeconômicas que, mediante os exames vestibulares, conquistavam o mérito do ingresso nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil passou por reformas na educação superior, visando a democratização do acesso. Isso levou à criação de diversas universidades federais em todo o país.

A educação superior no Brasil continuou a crescer e se diversificar. Segundo Lima e Luz (2021), novos programas e instituições foram criados, e a pesquisa acadêmica se desenvolveu enfrenta desafios, como a falta de recursos, a desigualdade no acesso e a qualidade variável das instituições. Políticas governamentais e discussões acadêmicas continuam a abordar essas questões. O Brasil possui uma ampla rede de instituições de educação superior, incluindo universidades públicas e privadas, que oferecem uma variedade de cursos e programas acadêmicos em várias modalidades. Essa educação superior desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do país, na pesquisa e na formação de profissionais em diversas áreas do conhecimento.

A educação superior no Brasil se construiu em um processo longo ligado com a democratização do país, em que as famílias começaram a refletir sobre seu papel na sociedade que avançou na construção dos conceitos que envolvem as políticas educacionais. As universidades tiveram mais espaços no processo de construção da educação superior brasileiro. Segundo Lima e Luz (2021) o repertorio teórico de Bourdieu, influenciou as camadas populares a ingressarem na educação superior. Neste sentido se pensou nas universidades como um espaço de reflexão e aquisição dos conhecimentos científicos.

Lima e Luz (2021), apresenta uma fala de Bourdieu (1983) que, o sistema de relações é espaço de concorrência, é de se pensar que a educação superior eleva o conhecimento científico para o ser e desenvolve suas capacidades de compreensão da fala.

> Do período fundacional a partir dos anos 1920-30 até 1960, a educação superior cresceu e se diversificou, as universidades se instalaram e aumentaram a oferta da formação profissional. O crescimento, no entanto, se fazia com o número de universidades suplantado pelo número de instituições isoladas. As reformas emanadas do poder executivo, portanto centralizadas, conceberam a educação superior como um "estado de aspiração", tal como consta no Projeto da Reforma Francisco Campos (Dec. nº 19851 de 11 de abril de 1931). Ao analisar o projeto Silveira (1984) afirma

> que nele foram definidos os propósitos que teria a formação superior:" o ensino, a formação de profissionais, a preocupação com a ciência pura, a atividade social." A influência externa seria oriunda da ideia Humboldt Iana de universidade e do pragmatismo da universidade norte-americana (Lima; Luz, 2021, p.07).

A existência do processo de criação da educação superior no Brasil teve início no século XX, quando o Estado promoveu reformas nas ementas, criando políticas de extensão para ampliar a educação nas universidades. Esse crescimento se intensificou diante da preocupação com a formação de profissionais embasados cientificamente, para atuarem em pesquisas e desenvolverem melhorias no processo educacional. Assim, surgiram os primeiros institutos de educação superior no Brasil.

Leite (2010) revelou que o sistema de educação superior no Brasil se caracterizava por uma formação dual, composta por instituições públicas e privadas, abrangendo tanto faculdades quanto universidades. Nesse cenário, dois polos políticos distintos - autonomia e heteronomia - coexistiam, resultando em uma série de desafios e incertezas.

Entre os desafios identificados no estudo, havia debates relacionados ao controle do Estado sobre o sistema público e privado de educação superior, incluindo questões legislativas e tentativas de controle ideológico durante os períodos ditatoriais, nomeadamente entre 1937-1945 e 1964-1984. Além disso, o estudo de Leite (2010) abordou preocupações relacionadas à atrofia das funções das instituições de ensino, à dependência cultural e tecnológica, à elitização do acesso à educação superior e à burocratização do sistema.

Essas questões refletem os desafios históricos e políticos enfrentados pelo sistema de educação superior no Brasil e demonstram como o debate sobre a identidade das instituições de ensino é complexo, envolvendo questões de autonomia, controle estatal, acesso e qualidade educacional. As conclusões desse estudo são valiosas para entender a evolução do sistema educacional no Brasil e os obstáculos que ele enfrentou ao longo do tempo.

Para Leite (2010), a autonomia e a heteronomia foram sustentadas por problemas no início da formação da educação superior do país, pois a universidade seguia um viés ditatorial, no qual havia dependência cultural e tecnológica para a realização das atividades nas Instituições de Ensino Superior (IES). Ao mesmo tempo, o Estado controlava os professores e estudantes na educação superior que tinham ideias renovadoras e ativistas para os padrões da época, mantendo também a ideia de que a educação superior deveria preocupar-se com a pesquisa, a pós-graduação e a formação de pesquisadores.

Esse pensamento contraditório levou à revolução das universidades com a criação de agências de atendimento e fiscalização, como a CAPES e o CNPq, que se preocuparam com os financiamentos da educação superior e as pesquisas na graduação e pós-graduação, preparando

docentes para atuarem nas IES.

Com as reformas neoliberais das universidades nos anos 90, que ocorreram em vários países, não sendo diferente no Brasil, esse novo modelo de instituição rompeu as barreiras das formas limitadas de educação e passou a ser mais expansivo para as novas ideias de globalização.

De acordo com Leite (2010), o cenário da Educação Superior passou por diversas transformações ao longo do tempo, resultando na formação de novas identidades para as instituições de ensino. Essas mudanças foram influenciadas por fatores como os mercados educacionais, a internacionalização, os processos de avaliação e acreditação, e a diversificação de modelos institucionais.

Nesse contexto, a força dos procedimentos avaliativos e dos rankings desempenhou um papel significativo, especialmente à medida que o sistema de Educação Superior se expandiu tanto no setor privado quanto no público. Isso levanta a questão de se essa busca por qualidade e padrões internacionais representa uma nova identidade das instituições de Educação Superior ou simplesmente uma adaptação às demandas da globalização.

Além disso, Leite (2010) observou que no sistema de Educação Superior não universitário, as identidades tornaram-se menos distintas. Algumas instituições seguiram o modelo de universidades em menor escala, enquanto outras se concentraram em áreas específicas, como ensino, extensão ou pesquisa incipiente. O resultado foi uma diversificação de instituições, acompanhando uma tendência internacional de combater taxas de matrícula elitistas.

E surgiram identidades fragmentadas, como Faculdades, Escolas Integradas, Centros Tecnológicos e Centros Universitários. Essas instituições desempenharam principalmente o papel de transmitir conhecimento. No meio termo entre uma universidade completa e uma escola de ensino fundamental, surgiu a figura do Centro Universitário. Essas mudanças na identidade das instituições de ensino refletem a complexidade e a evolução do sistema de educação superior.

No entanto, em nosso país, parece que o processo antropofágico se manifestou uma vez mais. Das reformas educacionais ocorridas nos anos 90, aproveitamos certas oportunidades e adentramos a era do novo governo sob a égide da democratização. Com o início do mandato do presidente Lula da Silva em 2003, a educação superior foi mais uma vez impactada pela ideia de solidificar a democracia social, segundo Leite (2010) um anseio que vinha sendo acarinhado ao longo de muitos anos. Foi delineada uma nova organização para atender a Educação Superior, abrangendo diversos aspectos, incluindo a expansão do acesso e a promoção da gestão

participativa.

3.2. Os desafios e transformações diante do acesso e permanência na Educação Superior

A evolução das políticas de acesso e permanência na educação superior no Brasil é um tema de extrema relevância que tem moldado profundamente o cenário educacional do país nas últimas décadas. Compreender essas transformações e desafios é importante para uma análise aprofundada das Políticas Públicas Afirmativas e de Democratização da Educação Superior. As políticas de acesso inclusivas podem incluir programas de assistência financeira, políticas de cotas para grupos sub-representados, programas de preparação para exames de admissão, políticas de ação afirmativa, entre outras medidas que têm o objetivo de criar um sistema de educação superior que reflita a diversidade da sociedade e promova a igualdade de oportunidades para todos os estudantes. Maciel, Lima e Gimenez (2016) cita que:

> [...] quando falam das políticas e permanência para estudantes na educação superior, afirmam que a educação em Direitos Humanos, na contemporaneidade, "representa um campo de lutas e conquistas sociais, pois a principal característica do ensino no Brasil foi marcada pela permanência do elitismo e da seletividade, principalmente no que se refere ao campo da educação superior" (Maciel; Lima; Gimenez, 2016, p. 763).

As políticas públicas afirmativas, visam garantir o acesso equitativo à educação de qualidade, conquistada através de lutas que objetivam mudar a concepção histórica brasileira de seletividade e elitismo, garantindo oportunidades igualitárias para todos, a implementação de programas de apoio aos alunos que garantam sua permanência na IES, a busca de esforços que tenham o objetivo de combater preconceitos e discriminação nas IES, como também a abordagem das disparidades de recursos e oportunidades que contribuem para o elitismo na educação. Gimenez e Maciel (2016) esclarecem que a categoria "permanência universitária" encontra-se em fase de construção, mas já é possível constatar que a permanência pode ser compreendida como política social com ações relacionadas à assistência estudantil; política pública que favorece a permanência dos estudantes atendidos; e, por último, a permanência em um sentido mais amplo, em que as dificuldades dos estudantes seriam oriundas de diferentes causas (econômicas, sociais, culturais, psicológicas e pedagógicas). Zago (2006) cita que:

> A categoria "estudante" como lembram Grignon e Gruel (1999) recobre uma diversidade muito grande de situações e, por isso, mesmo, revela-se insuficiente para caracterizá-la. Os estudantes não são todos estudantes no mesmo grau e os estudos ocupam um lugar variável em suas vidas. Tal constatação encontra toda sua expressão quando se analisam a escolha pelo curso e as condições de **acesso** e de **permanência** no ensino superior [...] (Zago, 2006, p. 230).

Silva e Veloso (2013, p. 730) contribuem apresentando a definição de acesso e permanência.

> [...] adotar o ingresso, a permanência e a qualidade na formação, alarga e aprofunda a definição do acesso, contrapondo-se a uma visão fragmentada e imediatista [...]. Assim, para analisar o acesso na sua etapa inicial (o ingresso), propõe-se a observação da oferta de vagas, do ingresso propriamente e da forma de seleção. Como indicadores da permanência, dados relativos à matrícula, à taxa de diplomação e a programas de fixação do estudante na academia. E para a qualidade na formação é possível ter em vista: categoria administrativa; organização acadêmica; titulação e dedicação do corpo docente; participação discente/docente nas decisões; escolha do curso; avaliação institucional; produção da pesquisa; autonomia político-pedagógica e financeira.

O acesso à educação superior é o ponto de partida para uma jornada acadêmica que pode impactar significativamente a vida dos estudantes. No entanto, a simples oportunidade de ingresso na educação superior não garante que o estudante consiga concluir sua formação. É nesse contexto que a dimensão da permanência assume grande importância. A permanência na educação superior é importante no processo de ensino aprendizagem pois visa aumentar as taxas de conclusão dos cursos e programas, reduzir a evasão estudantil e garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de alcançar seus objetivos educacionais e profissionais. Esta é fundamental para garantir que o acesso à educação superior não seja apenas uma porta de entrada, mas também um caminho efetivo para o sucesso acadêmico. Cury (2002, p. 249) pressupõe que "o Estado deve ser o provedor, por meio da legislação, "seja para garantir a igualdade de oportunidades, seja para uma vez mantido esse objetivo, intervir no domínio das desigualdades".

O autor aponta que o direito à igualdade e à desigualdade são pontos relevantes para o ingresso de estudantes a educação superior, esta igualdade que garanta condições equitativas de acesso e permanência, visando construir uma sociedade onde a educação seja um espaço de oportunidades para todos. Por outro lado, a desigualdade, as diferenças e heterogeneidades entre os grupos sociais, demandando atendimento específico às necessidades individuais e coletivas. Ás diferenças e necessidades específicas representa, em última instância, o reconhecimento e a promoção da igualdade, pois busca garantir que todos os indivíduos tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades, apesar das suas diferenças.

Nesse sentido, a democratização da educação superior como um objetivo necessário. Ela implica a busca constante pela universalização do acesso, com a oferta de vagas e condições que permitam a todos concluir um curso de graduação. A democratização é o processo de tornar diferentes aspectos da sociedade mais acessíveis, participativos e igualitários, promovendo assim o desenvolvimento humano, social e econômico de maneira mais ampla e sustentável, é um processo contínuo que visa alcançar uma verdadeira democracia educacional, onde a

educação superior seja acessível a todos, independentemente de sua origem social, econômica ou cultural. Segundo Costa e Silva (1998):

> [...] há quase duas décadas, progressivamente, esta luta (pela democratização da sociedade brasileira) vem combinando as reivindicações puramente corporativas, a exemplo da mobilização em torno do piso salarial nacionalmente unificado, com as lutas ético – políticas, a exemplo das bandeiras pela descentralização administrativa do Estado brasileiro, pela criação de conselhos municipais, pela participação da população no orçamento das ações planejadas e pelas eleições diretas para diretores de escola e conselhos deliberativos, mecanismos de democratização da gestão do Estado e do sistema educacional que, concomitantemente podem contribuir para a formação e o exercício consciente da cidadania e melhorar a qualidade do ensino que, sem dúvida, constitui uma das principais bandeiras de luta da sociedade brasileira, especialmente, hoje, em que a educação se torna o principal insumo para o processo de modernização (Costa; Silva, 1998, p. 102).

No Brasil, a expansão da educação superior na década de 1990 teve um impacto significativo no perfil educacional da população brasileira, permitindo que um número maior de pessoas tivesse acesso à educação de nível superior e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país. O crescimento do setor privado de educação superior e a parceria entre os setores público e privado desempenharam um papel importante nesse processo. No entanto, essa expansão também trouxe desafios, como a necessidade de garantir a qualidade do ensino e a igualdade de oportunidades.

Em particular, a década de 1990 foi um período de transformação no campo da educação, com o ensino a distância e os cursos tecnológicos emergindo como elementos importantes no cenário educacional, moldando a forma como as pessoas acessam e permanecem com a busca pelo conhecimento ao longo da vida. Essas mudanças foram influenciadas por uma perspectiva mais neoliberal que permeou as políticas educacionais da época. A globalização do capital desempenhou um papel fundamental, influenciando a transferência de recursos públicos para instituições de ensino privadas.

Diante desse contexto complexo e em constante evolução, esta análise se propõe a examinar as políticas de acesso e permanência na educação superior no Brasil. Será feita uma investigação aprofundada dos desafios, transformações e tendências que caracterizaram esse cenário, lançando luz sobre o caminho percorrido e os desafios futuros. A busca por uma educação superior inclusiva e de qualidade continua sendo um objetivo fundamental, e compreender o passado e o presente é essencial para moldar o futuro dessa jornada.

Diante do comprometimento dos atores envolvidos no âmbito da educação superior pública, com foco nas conversas a respeito dos elementos que asseguram a continuidade dos estudantes nas universidades, tem levado a problemática a uma posição proeminente no cenário

contemporâneo da educação superior, suscitando reflexões e demandas por investigações acerca deste tópico. A perspectiva de que o respaldo à permanência necessita de alicerces mais amplos do que somente auxílio financeiro é considerada insuficiente. Isto decorre da necessidade de compreender outros fatores que fomentam o bem-estar do estudante e sua adaptação ao ambiente acadêmico durante o curso de graduação.

Para Nunes e Veloso (2016), a questão da retenção dos estudantes na universidade implica em identificar os obstáculos que contribuem para a desistência prematura ou para a prolongação do tempo de estudo, por vezes obstaculizando a conclusão do curso. Nessa circunstância, o suporte necessário para o êxito da jornada acadêmica deve ser delineado por meio de políticas de retenção e iniciativas institucionais, visando assegurar o acesso à educação superior.

Através de investigações conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a educação superior, constatou-se que a ilustração das taxas de matrícula líquida em 2013 foi notavelmente baixa. Essa taxa, que reflete a proporção entre o número de alunos matriculados nas faixas etárias apropriadas para os diferentes níveis e etapas da educação em relação à população total dessa mesma faixa etária, apresentou-se de maneira insatisfatória.

Nunes e Veloso (2016) ressaltam que é relevante enfatizar que até a década de 90, as vagas disponíveis nas universidades públicas no Brasil eram predominantemente ocupadas por estudantes provenientes de estratos sociais mais privilegiados, que possuíam capital econômico e cultural. A partir de 2003, os primeiros passos para atender às necessidades de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica foram tomados no contexto da educação superior privado, por meio da introdução do Programa Universidade para Todos (PROUNI), estabelecido pela Lei nº 11.096/2005.

Com os avanços nas políticas de acesso e permanência, em 2007, foi aprovado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), mediante o Decreto nº 6.096/2007. Seu propósito era fomentar o crescimento das instituições federais de educação superior, incentivando a criação de cursos noturnos, visando simplificar a admissão de estudantes provenientes de estratos sociais menos privilegiados e atrair aqueles que precisavam conciliar estudos com trabalho.

O estudo de Nunes e Veloso (2016) ressalta que, durante o período do governo do Presidente Lula, foi estabelecido o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Essa decisão foi formalizada por meio da publicação da Portaria Normativa nº 39 em 2007, sendo mais tarde renomeado como Programa Nacional de Assistência Estudantil por meio do Decreto nº 7.234 de 2010.

No decorrer do ano de 2012, sob a liderança da presidente Dilma Rousseff, a promulgação da Lei de Cotas 12.711 em 29 de agosto de 2012 marcou um período de relevância significativa para as políticas de admissão nas instituições de educação superior públicas. Essa iniciativa se destacou como um evento histórico ao abordar as desigualdades e buscar alcançar a equidade no acesso entre pessoas de diferentes etnias, incluindo brancos, negros e pardos.

As instituições enfatizam a relevância da questão da permanência como um elemento essencial para garantir o êxito nos estudos, proporcionando ao estudante mecanismos que garantam sua permanência no decorrer do processo. Isso é efetivado ao fortalecer o suporte aos estudantes, proporcionar um ensino de alta qualidade e estabelecer um ambiente propício que promova o progresso do aluno ao longo de sua jornada acadêmica, culminando na conclusão bem-sucedida do curso de forma integral.

Para que essa permanência aconteça no âmbito da educação superior, deve-se acompanhar o progresso dos estudantes, oferecer apoio psicopedagógico e implementar políticas de orientação acadêmica. A retenção de alunos na educação superior é influenciada por uma série de fatores, abrangendo desde aqueles que ocorrem antes da entrada no ambiente acadêmico até os que se manifestam durante a trajetória educacional e até mesmo em relação às ambições futuras do estudante, levando em consideração suas dificuldades na vida social.

Nunes e Veloso (2016) ressaltam que parte dessas estruturas antepassadas da educação superior estava ligada à história socioeconômica e cultural do aluno; o decorrer da vida acadêmica abarca os incentivos ou obstáculos enfrentados durante a formação, que se refletem diante das perspectivas do estudante sobre sua futura carreira, levando em consideração as circunstâncias sociais atuais. Esses elementos, frequentemente interconectados, têm o potencial de influenciar a decisão desses acadêmicos em continuar os estudos ou, em muitos casos, abandonar o curso, dependendo da capacidade de lidar com as circunstâncias.

Assim, é possível identificar certos fatores que podem impactar a permanência dos estudantes, seja antes de sua entrada na instituição ou relacionados ao seu percurso acadêmico. Explora-se a rotina dos alunos no ambiente universitário, considerando as diferenças culturais e socioeconômicas que podem afetar o sucesso ou os desafios em sua jornada educacional. A ênfase na temática da permanência ganhou destaque a partir do ano 2000, o que justifica a escolha de textos publicados nesse período.

3.3. Políticas Públicas sobre o Acesso e Permanência no Contexto da Educação Superior

No âmbito governamental, como relata Leite (2010) em sua obra, as primeiras medidas visando à internacionalização ocorreram por meio do que é chamado de cooperação internacional, incentivado principalmente por duas agências: a CAPES e o CNPq. Dessa forma, no cenário acadêmico global, a CAPES trabalha um papel notável ao oferecer financiamento para estudos de pós-graduação no exterior e apoiar projetos de pesquisa conjuntos. A internacionalização também abrange um processo complexo de credenciamento de carreiras acadêmicas, um exemplo notável sendo o protagonizado pela RANA no âmbito do Mercosul Educativo. O sistema (ARCU-SUR) credencia programas de adesão, com o objetivo de facilitar a validação de diplomas em diferentes países.

A autora apresenta que uma reforma significativa em direção à democratização do sistema de Educação Superior ocorreu internamente, por meio das políticas estatais durante o segundo governo de Lula. A partir desse processo, foi implementado o Programa Universidade para Todos, conhecido como PROUNI, que oferece bolsas de estudo para estudantes de baixa renda em instituições de educação superior privado, em troca de isenção de impostos nacionais. Esse programa funciona em conjunto com o FIES, um fundo de financiamento estudantil que permite aos alunos financiarem até 100% de seus estudos em instituições privadas de educação superior. Ambos os programas foram integrados no PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), lançado em maio de 2007. Além disso, o PDE satisfez o REUNI, que é o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Dessa forma, no âmbito da inclusão, a partir de 2009, houve uma busca pela eliminação dos exames de admissão para a educação superior. Gradualmente, a aprovação das IES, esses exames vêm sendo parcial ou completamente substituídos pelo ENEM.

Segundo Leite (2010), tais medidas atendem a um anseio antigo dos estudantes e da intelectualidade engajada - a inclusão social nas universidades e, teoricamente, a expansão dos benefícios educacionais para diversos estratos sociais. Isso visa dificultar a manutenção do domínio exclusivo das classes burguesas na ocupação de vagas, especialmente nas universidades públicas.

O sistema educacional se diversificou e expandiu com o objetivo de se tornar inclusivo. Em 2009, havia 5.250.147 alunos de graduação. Como ações afirmativas, que incluem reservas de vagas e cotas para negros e indígenas em universidades públicas, chamaram atenção para a necessidade de reduzir a exclusão social. Houve um aumento na oferta de novas Faculdades Tecnológicas ou reformulação das existentes, notadamente as antigas CEFETS (Centros Federais de Educação Tecnológica).

Ainda, a obra de Leite (2010) afirma que praticamente todos os resultados das políticas de educação superior são monitorados por meio dos programas de avaliação de qualidade, como o SINAES/MEC/INEP e CAPES/MEC. As avaliações externas das IES também são realizadas através de diferentes testes e exames. O controle e regulamentação do sistema continuam centralizados no MEC, embora haja um espaço de autonomia para as IES, especialmente no que se refere à autoavaliação. Novos espaços de autonomia estão sendo encorajados, como os previstos no REUNI.

É importante acrescentar que essas estimativas consideram dimensões sociais e de inclusão social. Além disso, elas fornecem indicações à sociedade e às famílias sobre o perfil de cada instituição, sendo usadas para compor rankings nacionais de cursos de graduação e pós-graduação. Em resumo, como estimativas, ao gerarem indicadores da educação superior e armazená-los em bancos de dados interconectados, conferem distinções às identidades que estão sendo moldadas por meio do poder regulador do estado brasileiro e da autoridade educacional central.

Assim, Leite (2010), afirma que as identidades atuais da universidade brasileira e da educação superior neste momento de análise estão relacionadas aos objetivos e critérios políticos de um governo que chegaram ao poder por meio de processos constitucionais e voto democrático. As identidades atuais da educação superior e da universidade abrangem muitos dos aspectos das aspirações históricas de transformação universitária, particularmente em relação à equidade, atualmente estabelecidas por meio de ações afirmativas com sistemas de cotas (para negros e indígenas), protegidas por lei.

No entanto, a autora atesta que muitas das mudanças que passaram pelo Congresso Nacional foram previamente negociadas, embora nem sempre tenham alcançado a amplitude desejada. Estas frequentemente envolviam grupos influentes da sociedade civil, como os reitores, docentes, intelectuais, associações, movimentos sociais, movimentos estudantis, técnicos e outras partes da sociedade civil. Por exemplo, a elaboração da Lei SINAES e a adoção do ENEM como forma de ingresso ao sistema educacional foram resultado de tais processos. No Brasil, são comuns as audiências públicas, seminários nacionais promovidos pelo Ministério da Educação ou suas agências (CONAES, INEP) e sites na web que fornecem informações e acesso público, como o portal de transparência pública.

Diante das ideias de Leite (2010), as identidades da educação superior, ao serem revistas ao longo de uma linha do tempo histórico, mostram uma evolução desde o modelo colonial e imperial, onde havia preocupações sobre a possível implementação de uma "universidade

obsoleta", até o aprendizado com o espírito da época, refletindo a emergência da brasilidade. Essas identidades foram construídas através das reformas e moldadas pelas distinções avaliativas e pela regulação, destacando a afirmação das diferenças e dualidades.

O sistema de educação superior atual é notavelmente mais diversificado do que em seu passado recente. Ele abriga uma variedade de elementos, como instituições públicas e privadas, federais, estaduais e municipais, assim como IES confessionais, comunitárias, privadas e públicas, englobando universidades, centros comunitários e faculdades.

3.4. Trajetórias da Educação inclusiva na Educação Superior

As trajetórias da inclusão na Educação Superior têm evoluído no decorrer do tempo, refletindo mudanças sociais, políticas e educacionais, individuais e sociais. Essas trajetórias da inclusão na Educação Superior são multifacetadas e continuam a evoluir à medida que os países e as instituições buscam criar ambientes mais acessíveis, equitativos e inclusivos onde cada pessoa tenha assegurado a garantia de acesso ao Educação de qualidade em qualquer modalidade dando suporte para o atendimento de subjetividade e particularidades na oferta.

Tomelin *et al.* (2018) afirma que:

> "no Ensino Superior, a prática inclusiva é recente, e este panorama novo exige das instituições o desenvolvimento de políticas de apoio e acompanhamento com ações que vão além da disponibilidade de vaga". As autoras reconhecem que embora o ingresso de estudantes com deficiência no ensino superior seja um avanço significativo, "é necessário observar que o fato de o aluno estar na sala de aula não significa, necessariamente, a participação plena desse estudante no ambiente universitário e a absorção dos conteúdos propostos", o que coloca a universidade perante a necessidade obrigatória de realizar "adaptações para que a inclusão seja efetiva, já que algumas instituições não possuem um mapeamento do ingresso e permanência desse aluno e não oferecem serviço de apoio, tornando- se assim um processo de exclusão" (Tomolin *et al*, 2008, p. 94).

A Declaração de Salamanca é um documento amplamente reconhecido e importante no contexto da Educação de Pessoas com Necessidades Educativas Especiais. Este documento estabelece princípios fundamentais para a educação inclusiva e enfatiza os seguintes pontos: Toda criança tem o direito fundamental à educação, independentemente de sua situação; cada criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas; os sistemas educacionais devem ser flexíveis e adaptáveis para acomodar a diversidade de características e necessidades dos alunos; as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve adotar uma pedagogia centrada na criança e ser capaz de atender às suas necessidades.

Escolas regulares com uma abordagem inclusiva são as mais eficazes para combater atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade inclusiva e alcançar a educação para todos. A inclusão na educação busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham direito a uma educação de qualidade que respeite suas potencialidades, interesses e necessidades individuais, permitindo-lhes desenvolver-se plenamente e adquirir autonomia e confiança para a vida.

No contexto da educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, enfatiza a importância da educação de qualidade para todas as crianças e define a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, abrangendo todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até a educação superior. Isso reflete o compromisso do Brasil com a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em todos os aspectos da educação.

O art. 12, inciso I, estabelece que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica". Isso permite às escolas terem autonomia sobre sua proposta pedagógica, definindo seu currículo, a prática pedagógica, estabelecendo métodos e medidas para atender o aluno com necessidades educativas especiais dentro dos critérios de crescimento intelectual, social e humano.

Se na lei essas medidas são garantidas, na prática a realidade é diferente. Salvo poucas exceções, a maior parte das escolas brasileiras ainda não se adequou para receber esses alunos com necessidades educativas especiais. Faltam recursos, adaptações, qualificação e maior preparo dos professores. Os cursos de formação inicial de professores oferecem em seus currículos poucas disciplinas ou conteúdos referentes aos temas de Educação Especial ou Inclusiva. Para um ensino mais profundo, são necessários cursos de Especialização para complementar seus estudos. A realidade das escolas é de professores não capacitados que se deparam com alunos que necessitam de novas metodologias de ensino, e o professor acaba em um jogo de tentativas e erros até descobrir o modo correto de atender esse aluno.

Cada deficiência exige um tipo adequado de atendimento, de adaptação da escola, do currículo e dos materiais pedagógicos. Por exemplo, uma criança cega aprende Braille, enquanto a criança surda aprende Libras. Portanto, a escola deve prover materiais pedagógicos necessários e também apoio especializado para cada caso, como o professor intérprete.

A acessibilidade nas instituição de educação superior de grupos historicamente marginalizados e esquecidos, vem rompendo preconceitos e barreiras, buscando que a sociedade e as IES se adequem as mudança e desafios deste novo público que cada vez mais

adentram as universidades, criando nos seus planejamentos e ações, políticas públicas inclusivas que busquem assegurar a educação de qualidade para todos os acadêmicos, como também a interação e participação deste processo juntamente com a equipe gestora dos campi, a reitoria, os docentes e os técnicos educacionais e toda a comunidade acadêmica, para que o pensamento retrógrado envolvendo esses paradigmas sejam rompidos e que fortaleça a universidade como um ambiente inclusivo, capaz de formar os profissionais capacitados e críticos, trabalhando e incentivando esse processo de formação.

No contexto da educação superior, a inclusão de estudantes com surdo-cegueira ou outras deficiências sensoriais, como deficiência visual e auditiva, bem como deficiências intelectuais, continua a ser um desafio importante. As diretrizes e abordagens discutidas nos relatos de experiências com crianças surdocegas também podem ser aplicadas à educação superior, adaptando-se às necessidades de cada acadêmico.

Considerando a Declaração de Salamanca para o contexto da Educação Superior, é responsabilidade que as universidades e instituições de educação superior, fornecer apoio multidisciplinar aos estudantes. O currículo, as estratégias de ensino e os recursos didáticos devem ser adaptados para atender às necessidades específicas dos estudantes. Isso pode envolver a criação de materiais acessíveis, a disponibilidade de intérpretes em língua de sinais e o uso de tecnologias assistivas.

As instituições de educação superior devem garantir que suas instalações sejam acessíveis para estudantes com deficiências, incluindo a disponibilidade de rampas, corrimãos, elevadores, entre outros. Além disso, os recursos digitais, como sites e materiais online, devem ser acessíveis para estudantes com deficiências visuais e auditivas. É fundamental oferecer treinamento aos professores e equipe administrativa para aumentar a conscientização sobre as necessidades dos estudantes deficientes com e garantir que saibam como fornecer o apoio adequado.

A criação de uma rede de apoio que envolva professores, profissionais de saúde, psicólogos e outros especialistas pode ser valiosa para garantir o sucesso acadêmico dos estudantes deficientes na educação superior.

A educação superior inclusiva para estudantes com deficiência é um desafio, mas também uma oportunidade para promover a igualdade de acesso à educação. Ao adotar abordagens colaborativas, adaptativas e multidisciplinares, as instituições de educação superior podem garantir que esses estudantes tenham a oportunidade de atingir seu potencial acadêmico e pessoal.

3.5. Desafios e Superações através da história: a educação Superior como aliada da inclusão

A história da educação tem sido marcada por desafios e superações ao longo dos séculos. Em particular, a inclusão de pessoas com diferentes tipos de deficiências tem sido uma batalha contínua em busca de igualdade de oportunidades no acesso à educação. A trajetória histórica revela que a educação superior desempenhou um papel necessário como aliada na promoção da inclusão de pessoas com deficiências.

Nesta introdução, exploraremos como a educação superior tem enfrentado desafios ao longo da história, em termos de garantir acesso e qualidade para todos, independentemente de suas habilidades e limitações. Além disso, destacaremos como as instituições de educação superior têm trabalhado para superar esses desafios, adotando abordagens inclusivas e proporcionando a estudantes com deficiências a oportunidade de obter uma educação de qualidade.

Ao longo deste texto, examinaremos exemplos de como a educação superior tem desempenhado um papel fundamental na inclusão de estudantes com deficiências, promovendo não apenas a igualdade de acesso, mas também o desenvolvimento acadêmico e pessoal desses indivíduos. Veremos como as instituições de educação superior têm adotado práticas inovadoras, fornecido apoio multidisciplinar e criado ambientes mais acessíveis, demonstrando que a educação superior pode ser uma poderosa aliada na jornada contínua em direção à inclusão e à superação de barreiras educacionais.

A diversidade em seus vários âmbitos é um dos termos mais abordados na atualidade. Os movimentos de acessibilidade, pelo mundo estão envolvendo as questões políticas, culturais, sociais e pedagógicas diante dos direitos a igualdade, respeito, participação e voz contra a discriminação.

As circunstâncias históricas diante do termo igualdade e diferença são elementos a serem discutidos nos currículos escolares e no processo de ensino aprendizagens em geral. A PNEEPEI, lançada em 2008, traz algumas ideias sobre a educação inclusiva e os direitos a serem garantidos nesse processo.

> Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. (Brasil, 2008, p. 4).

Assim, diante da preocupação com o processo de ensino nas escolas, foram construídos sistemas educacionais que tratam do tema inclusão, contando com a organização e mudanças no sistema já existente, a fim de garantir uma educação de qualidade. Um dos documentos atuais, a Lei Brasileira de Inclusão - Lei Nº 13.146/2015, traz em seu artigo 2º, inciso XIII, uma referência sobre a inclusão no educação superior, que diz "[...] o acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas" (Brasil, 2015, p. 4). Desse modo, vale ressaltar que todos devem ter o direito à educação de qualidade. Essas leis vêm reafirmar e assegurar o viés da educação especial.

Ainda no mesmo inciso II, são trazidas as condições dessa garantia, como o "[...] aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena" (Brasil, 2015, p.4). Quanto a essa questão, o acesso se organiza nas matrizes da instituição e se mantém dos recursos para o acesso, sem que haja dificuldades durante esse processo.

Por um longo período, predominou a ideia de que a educação especial, organizada de forma separada à educação comum, seria mais adequada para os alunos com deficiência, problemas de saúde ou qualquer desafio em relação à estrutura estabelecida pelos sistemas de ensino. Essa concepção teve um impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas que enfatizavam os aspectos ligados à deficiência em detrimento da dimensão pedagógica.

Contudo, avanços nos estudos educacionais e nas discussões sobre direitos humanos têm transformado conceitos, legislações e práticas pedagógicas e de gestão, promovendo a reestruturação tanto do ensino regular quanto do especial.

O conceito de necessidades educacionais especiais, difundido a partir dessa declaração, destaca a interação das características individuais dos alunos com o ambiente educacional e social, desafiando o ensino regular a lidar efetivamente com as diferenças. Contudo, mesmo com essa abordagem transformadora, as políticas educacionais implementadas ainda não conseguiram levar a escola comum a assumir plenamente o desafio de atender às necessidades educacionais de todos os alunos.

Na perspectiva da educação inclusiva no contexto da educação superior, a educação especial passa a ser a modalidade da instituição, direcionando-se a alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesses casos e em outros que envolvem transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma integrada com o ensino comum, orientando o atendimento às necessidades educacionais

especiais desses alunos.

Para Vieira (2018), os alunos com deficiência são aqueles com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na instituição e na sociedade. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento incluem aqueles com alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação, como autismo e síndromes do espectro do autismo. Já os alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em diversas áreas, incluindo intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes.

Vieira (2018), ainda declara que, esses transtornos funcionais específicos abrangem condições como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros. É importante ressaltar que as definições do público-alvo devem ser contextualizadas, indo além da simples categorização e especificação associadas a um quadro de deficiência, transtorno, distúrbio ou aptidão. Reconhece-se que as pessoas estão em constante transformação, exigindo uma abordagem pedagógica voltada para a modificação da situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes acadêmicos heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos.

Alguns autores fazem referência ao contexto em que a educação inclusiva vem sendo inserida. Hostins, Silva e Alves (2016, p. 161) se baseiam na ideia de que “[...] o acesso à educação não é suficiente, se nos contextos educacionais (na coletividade) não são propiciadas práticas culturais de colaboração e interação”. Então é dever do estado, das instituições educacionais em geral oferecer através de suas práticas pedagógicas e planejamentos a inclusão nos debates e atividades, questões culturais de colaboração, interação e sensibilização, dos sujeitos com o meio, pois através disso, iremos nos tornar uma sociedade mais igualitária, que permitam ensinar e aprender umas com as outras através da troca de experiências e vivências, respeitando as diferenças de cada um.

Segundo Siqueira e Santana (2010), no exercício de sua função pedagógica, o professor se depara com uma variedade de características nas turmas que leciona, incluindo a presença de estudantes com deficiência ou necessidades especiais. Nesse contexto, é essencial realizar adaptações significativas para assegurar a acessibilidade de todos, especialmente no que diz respeito ao acesso à literatura de apoio, utilização de laboratórios de ensino, acompanhamento das aulas, interpretação de gráficos, esquemas, figuras, filmes não dublados e recursos audiovisuais, entre outros desafios.

As demandas incluem a necessidade de realizar provas em conjunto com a classe,

abordar questões relacionadas à socialização e locomoção, além de sensibilizar os demais estudantes e a comunidade acadêmica para promover um convívio inclusivo e respeitoso com a diversidade. É importante que os docentes, mesmo sem especialização em educação especial, estejam cientes das possíveis soluções para esses desafios antes de negar oportunidades a alunos com deficiência, evitando desconhecimento sobre as alternativas disponíveis.

Siqueira e Santana (2010) enfatizam que um estudo focado nessa temática pode oferecer subsídios valiosos para a implementação de práticas que facilitem o acesso de estudantes com necessidades educacionais especiais a educação superior. Isso contribui para que a universidade desempenhe efetivamente seu papel como agente de transformação social e institucional. Além disso, os resultados do estudo podem estimular debates sobre a qualidade do acesso aos currículos dos cursos universitários, permitindo ajustes ou modificações nos aspectos espaciais, materiais e de comunicação. Essas adaptações diversificadas proporcionam opções educativas que favorecem o desenvolvimento bem-sucedido do currículo proposto pelos cursos, promovendo uma educação mais inclusiva e igualitária.

Mesmo diante dos avanços notáveis nas últimas décadas em relação aos direitos educacionais das pessoas com deficiência, ainda existe uma significativa lacuna entre as diretrizes legais existentes e a efetivação do acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais, especialmente no educação superior. Para Siqueira e Santana (2010), a efetivação da inclusão educacional demanda uma compreensão clara da condição da pessoa com deficiência, suas habilidades e fragilidades, considerando outros aspectos relacionados à qualidade de vida, deslocando o foco das alterações nas funções e estruturas do corpo para analisar os fatores ambientais e pessoais que influenciam a realização de atividades e participação, permitindo a funcionalidade. O novo milênio marca a era da diversidade, na qual não há mais espaço para discriminação e exclusão. O reconhecimento e a inclusão de pessoas com deficiência representam um avanço significativo na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Guerreiro, Almeida e Silva Filho (2014) ressaltam que, antes dessas políticas inclusivas para a educação especial, essas pessoas eram tratadas como expectadores, ou seja, não existia direitos que asseguravam o ingresso nas universidades, eram poucos que conseguiram e mudaram essa realidade. Na atualidade esses acadêmicos e profissionais tem vez e voz para manifestar a importância da garantia de acesso e permanência no ensino tanto regular quanto no superior e sua formação.

É perceptível que as universidades buscam promover Políticas Públicas Afirmativas que garantam o acesso a vários grupos sociais e raciais ditos esquecidos no contexto histórico do

nosso país, o que fez com que a necessidade de elaboração e implantação de vários projetos de leis que colaboraram com a garantia desse direito a educação e a formação no ensino superior. A ocupação de deficientes em todos os campos de atuação é grande e vista como inspiração para os jovens e adultos que tiveram esse direito negado.

Esse olhar é importante a ser pensado na formação inicial pois, como apontam Moreira, Bolsanello e Seger (2011):

> [...] uma universidade inclusiva só é possível no caminhar em busca da mudança que vai eliminando barreiras de toda ordem, desconstruindo conceitos, preconceitos e concepções segregadoras e excludentes. É um processo que nunca está finalizado, mas que, coletivamente, deve ser constantemente enfrentado. (Moreira; Bolsanello; Seger, 2011, p. 141).

O processo de inclusão nas instituição de educação superior vem rompendo preconceitos e barreiras, buscando se adequar as mudança e desafios deste novo público que cada vez mais adentram as universidades, criando nos seus planejamentos e ações, políticas públicas inclusivas que busquem assegurar a educação de qualidade para todos os acadêmicos, como também a interação e participação deste processo juntamente com a equipe gestora dos campi, a reitoria, os docentes e os técnicos educacionais e toda a comunidade acadêmica, para que o pensamento retrógrado envolvendo esses paradigmas sejam rompidos e que fortaleça a universidade como um ambiente inclusivo, capaz de formar os profissionais capacitados e críticos, trabalhando e incentivando esse processo de formação.

Segundo o documento elaborado e nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007 e entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008, intitulado "Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva" e relacionado com o contexto dos desafios enfrentados pelos acadêmicos deficientes na permanência na educação superior, essa Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva desempenha um papel necessário. Esta política visa garantir a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Ela orienta os sistemas de ensino para assegurar o acesso ao ensino, promovendo a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino. Além disso, destaca a necessidade de transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior.

A oferta do atendimento educacional especializado é destacada como parte integrante dessa política, visando apoiar os acadêmicos deficientes em sua jornada acadêmica. A formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da

educação para a inclusão é incentivada, reconhecendo a importância do preparo adequado para lidar com as necessidades específicas desses estudantes. A infraestrutura conta muito, neste sentido, a promoção da acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e na informação, são componentes essenciais para criar um ambiente inclusivo. Na implementação das políticas públicas destaca-se a importância da colaboração entre diferentes setores para garantir a eficácia dessas iniciativas. Nesse sentido, ao analisar como esses princípios são aplicados na prática, podemos compreender melhor como as políticas públicas influenciam a permanência e o sucesso dos acadêmicos deficientes no educação superior.

A inclusão de pessoas com deficiência na educação superior tem tido um enfoque muito grande diante das metodologias utilizadas, dos recursos didáticos e pedagógicos, e da preparação dos funcionários, incluindo a formação inicial e continuada na área desses profissionais que são encarregados de transmitir o conhecimento e trabalhar diante das especificidades de cada acadêmico(a). Freitas (2010) cita que ao:

> [...] realizar um processo de aculturação de inclusão dos bárbaros ao ensino das elites. "Esta forma de ver nos leva à questão de quais são os objetivos da educação. São os mesmos para os dois lados da margem: incluídos e excluídos? Quem fixa tais objetivos? Quais conteúdos educativos e instrutivos são deduzidos de tais objetivos? Que conceito e prática de avaliação são instituídos? É sabido que a hegemonia da política educacional é dos que já estão incluídos e que pretendem falar em nome dos excluídos. (p. 92)

A partir dos diálogos apresentados por Freitas (2010) sobre esse processo de aculturação a autora Dalila Andrade Oliveira em seu artigo intitulado: "A Lei 12.711/2012 e os desafios da Educação Superior pública no Brasil" apresentados nos cadernos do GEA cita que "O acesso à educação superior no Brasil é um problema histórico que se agrava ainda mais quando se trata de ingresso nas universidades públicas. A seletividade da educação superior público tem garantido excelência destacada no país quando se compara ao setor privado" (p. 05), partindo desta problemática verificamos que muitas vezes esse acesso se torna mais "fácil" nas unidades privadas onde a busca a cada ano que se passa se torna maior, buscando desta forma uma educação superior mais rápido, mais dinâmico, para a sua conclusão e com processos de seleção mais flexíveis.

A seletividade tem o a maior referência no contexto das políticas mercantis e no sistema neoliberal que muitas vezes leva em conta o sistema numérico, estáticos para obter essa excelência que opera muito mais na quantidade do que na qualidade do ensino, que está pautado em número para os financiamentos internacionais no campo da educação.

Leite (2010) cita que:

> [...] dentre as singularidades do período registra-se a força dos procedimentos avaliativos e dos rankings sobre um sistema que se expandiu no setor privado e no setor público. Seria está uma nova identidade a da IES que procura seu padrão de qualidade ou uma reacomodação aos imperativos da globalização? (p.10)

A partir dessa concepção de avaliação a de se compreender que o sistema de educação atual busca por formar uma identidade baseada ao novo modelo de educação, que utiliza de princípios ligados ao sistema global, aos avanços tecnológicos e industriais a uma educação muito mais técnica do que pedagógica, em que forma este acadêmico ao sistema onde o mercado o molda para servir ao mercado com custo baixo e produção em grande escala, muitas vezes é questionado o rendimento das instituições de ensino básico e superior, mais marcante na educação superior.

Oliveira (2012) enfatiza sob o argumento de que:

> [...] a provação desta lei fere o princípio constitucional da autonomia universitária, alguns setores vêm criticando a política de cotas como uma ameaça à qualidade da educação superior, defendendo o critério de proficiência dos alunos como pré-requisito essencial para o ingresso nas universidades públicas (p. 6).

Com base nestes argumentos podemos considerar que os sistemas de cotas podem ser prejudiciais a qualidade da Educação mais como trabalhar com uma educação inclusiva que que seja baseada não somente na política de ranking mais também que seja levada em conta as particularidades e subjetividades deste individuo no meio em o mesmo está inserido.

Streck (2009) apresenta que:

> Desde que Paulo Freire escreveu o hoje clássico Pedagogia do oprimido, na virada da década de 1960, até os dias de hoje, quando surgem diferentes formatos de pedagogia da exclusão, houve importantes mudanças na sociedade que se refletem nas políticas educacionais e nas práticas educativas ou no sentido que se atribui a essas práticas. (p.540)

Então surge-se uma indagação como estas práticas educacionais e políticas que operam para esta inclusão pode se tornar exclusivas como estas políticas são essenciais para que haja essa transformação de ideologias educacionais eletivas no sentindo de uma educação baseada nos moldes da educação colonial. Somente depois da reelaboração e reformulação da nossa Carta Magna a “Constituição” de 1988 houve a inclusão de leis que favorecessem as camadas populares e os marginalizados no contexto sociocultural do país como cita Streck (2009, p. 539):

> Os usos do binômio exclusão social/inclusão social na área da educação parecem ser uma expressão de incertezas epistemológicas que, conforme este autor períodos de transição. Se, por um lado, a multiplicidade de vozes torna difícil reconhecer caminhos e direções, por outro, ela também desafia à criatividade e ao diálogo.

Então, as questões das nomenclaturas foram estabelecidas de acordo com os estudos e pesquisas na área, que proporcionaram esse processo de entendimento e reconhecimento as pessoas com deficiência. Então a um desafio aí enunciado como dar vozes a esses sujeitos no sentido de utilizar de mecanismos para essa inclusão nos espaços acadêmicos qual direção seguir num contexto burocrático de inclusão de acesso de permanência nestes espaços.

Segundo Leite (2010), esse avanço no sentido da democratização da educação.

> Em nosso país, no entanto, o processo antropofágico parece ter atuado mais uma vez. Aproveitamos das reformas dos anos 90 algumas oportunidades e entramos com o novo governo no acalanto da democratização. Ao início do governo do presidente Lula da Silva, 2003, a educação superior foi novamente agitada pela perspectiva da consolidação da democracia social durante tantos anos acalentada. Foi projetada uma nova reforma da educação superior visando dentre outros pontos, a ampliação do acesso e a gestão participativa (Leite, 2010, p. 16).

A partir dessas reflexões sobre a democratização na educação, nota-se que mesmo em passos pequenos começa a realizar uma inclusão desses grupos que até então, obtinha acesso ao ensino tardiamente. A autora ainda se dispõe que a mudança no executivo proporcionou essa agitação na educação superior, que promoveu diversos avanços nas políticas de acesso a uma educação superior, beneficiando parte da população que, até então, não havia tido oportunidade de ingressar em uma Universidade.

Lima, Malange e Barbosa (2015, p. 215) citam que:

> Buscando compreender as políticas de expansão da educação superior no Brasil, especificamente para a Educação, analisamos os Planos Plurianuais (PPA) de 1996 a 2015 e também o Plano Nacional de Educação vigente 2014/2024, com o objetivo de identificar ações que se possam ser analisadas a partir das categorias acesso e permanência e, consequentemente, democratização, para ao final verificar seu reflexo na IES em estudo.

Os autores apresentam em suas discussões a criação desse mecanismo a fim de auxiliar nesse processo de inclusão mais acessível como o ENEM, Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) esses programas que têm por finalidade a inclusão desses alunos na educação superior utilizando a UNEMAT como exemplo. Através dos exames avaliativos para ingressar na educação superior e os programas de bolsas e financiamentos, a educação superior começou a crescer e expandir, tanto na questão de oferta

de vagas, quando a dar oportunidade para que pessoas ingressassem de acordo com as suas necessidades especificas, como é o caso das vagas destinadas aos ingressantes deficientes.

> Podemos afirmar que o boom expansionista da Unemat ocorreu nos anos 2000, diferentemente da tendência nacional cuja visível expansão ocorreu nos anos 1990, bem como, podemos afirmar que a expansão da Unemat teve como foco a democratização. Sua história comprova que, em relação ao ingresso, a IES vem cumprimento sua missão de ser democrática, à medida em que prioriza nas suas políticas, diferentes modalidades de oferta da Educação superior o que a diferencia, se comparado à trajetória das demais universidades brasileiras. (Lima; Malange; Barbosa, 2016, p. 223).

Neste caso, o processo de democratização resultou em uma expansão do ensino. As pessoas tiveram mais oportunidades de avançar nos estudos e de ter suas especificidades e subjetividades garantidas durante o processo, conseguindo obter a garantia dos direitos e das possibilidades que as políticas públicas afirmativas estabelecem, como ter uma educação de qualidade, ter acesso e garantir a permanência na Educação Superior. Além disso, houve a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES), que deixaram de estar presentes apenas nos grandes centros, expandindo-se, como no caso da UNEMAT, para o interior, com um perfil de universidade voltada para atender às demandas do interior. Isso colaborou para que as camadas populares tivessem a oportunidade de cursar a educação superior.

Os autores Lima, Malange e Barbosa (2015, p. 233) citam que:

> Ao analisarmos a expansão da Unemat como uma IES estadual com característica de ter origem no interior e expandir para o interior, observamos que as diferentes formas de ampliação de ingresso implantadas pela Unemat a partir dos anos 2000 estavam relacionadas às especificidades locais e demanda reprimida no interior do Mato Grosso, principalmente em relação a formação de professores para a educação básica. Nesse sentido, a ampliação do ingresso atingiu todas as camadas sociais da população (negros, índios, brancos, alunos oriundos de escolas públicas) o que também foi constatado na análise sobre o perfil do ingressante. Os dados nos levam a afirmar que a expansão da Unemat teve um processo considerado democratizado, ainda que não estivesse em foco o viés da democratização, o que aconteceu naturalmente no processo devido o contexto regional, histórico, cultural e político da Unemat e do estado de Mato Grosso.

A Educação, a pedagogia emancipatória e participativa, assim como as políticas afirmativas de acesso e permanência, devem sair dos escritos e engavetamentos para a práxis, ou seja, a prática diária. O slogan da universidade "UNEMAT PARA TODOS" não deve ser apenas uma frase no papel, mas sim uma realidade vivenciada, onde a universidade seja sempre um local de produção de saberes, conhecimento e ciência, com possibilidade de acesso a todos, independentemente de raça, gênero e deficiência, como nos apresentam Guerreiro, Almeida e Silva Filho (2014). Antes dessas políticas inclusivas para a educação especial, essas pessoas

eram tratadas como expectadores, ou seja, não tinham direitos que assegurassem o ingresso nas universidades. Eram poucos os que conseguiam mudar essa realidade. Na atualidade, esses acadêmicos e profissionais têm vez e voz para manifestar a importância da inclusão no ensino, tanto regular quanto no superior, e sua formação.

4. O PROCESSO DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O ESTUDO DE CASO DA UNEMAT CAMPUS DE CÁCERES

A educação superior é um importante caminho para o desenvolvimento pessoal e profissional, oferecendo inúmeras oportunidades de crescimento e aprendizado. No entanto, para muitos estudantes, especialmente aqueles que enfrentam desafios específicos, como a deficiência, a permanência na educação superior pode ser um processo complexo e repleto de obstáculos.

Esta sessão se dedica a explorar o tema sobre os resultados e discussões encontrados na pesquisa a campo com as entrevistas feitas com os acadêmicos deficientes que ingressaram no ano de 2019, apresentando suas percepções relacionadas ao processo de permanência na Educação Superior.

Através das entrevistas com esses estudantes, buscamos compreender os desafios que enfrentam, as estratégias que utilizam para superá-los e os resultados alcançados, a fim de promover uma investigação sobre o tema e subsidiar a busca por soluções que possam tornar a educação superior mais inclusiva e acessível a todos os estudantes, independentemente de suas capacidades relacionadas a sua deficiência.

Nesse contexto, buscamos compreender o processo de permanência na UNEMAT, todas os direitos relacionados as políticas de acesso que a universidade oferece, e como os alunos obtém o acesso e tornam esse processo de permanência na universidade parte do seu cotidiano. Assim, para responder os objetivos propostos para essa pesquisa. apresentaremos o histórico do processo de construção da educação superior na UNEMAT, bem como as políticas que se referem ao processo de acesso e permanência.

4.1. A educação Superior na Universidade do Estado de Mato Grosso: trajetórias

A história da UNEMAT é um reflexo das transformações e desafios enfrentados pela educação superior no contexto da região Centro-Oeste do Brasil. Para compreender sua evolução e as políticas de acesso, é fundamental explorar o panorama histórico que a antecedeu, mergulhando nas raízes da universidade e apresentando sua trajetória de ensino e formação.

Em 20 de julho de 1978, com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, um novo marco na história da educação superior no país foi estabelecido. O texto constitucional reforçou o compromisso do Estado em promover a educação como um direito fundamental e

dever do Estado, com destaque para o acesso universal a educação superior. A criação de universidades estaduais, como a UNEMAT, foi uma resposta a esse chamado constitucional.

Inicialmente nomeada Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), teve uma história marcante que reflete sua origem no interior do estado. Sua criação foi fundamentada na Lei Municipal de Cáceres nº 703, que resultou na publicação do Decreto Municipal 190. Esse decreto estabeleceu o IESC, vinculando-o à Secretaria Municipal de Educação e à Assistência Social. O principal objetivo do IESC era promover a educação superior e a pesquisa na região. Posteriormente, em 1985, por meio da Lei Estadual 4.960, o Poder Executivo estadual instituiu a Fundação Centro Universitário de Cáceres (FUCUC). Essa Fundação, entidade autônoma, passou a ser vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso. A FUCUC tinha como missão principal fomentar a pesquisa e o estudo em diversos campos do conhecimento, além de promover a divulgação científica, técnica e cultural. Sete anos depois, a Lei Estadual 5.495, de 17 de julho de 1989, alterou o nome da instituição, atendendo às normas da legislação educacional da época. A entidade passou a se chamar

Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC).

Em 1992, a Lei Complementar nº 14, de 16 de janeiro, efetuou outra mudança significativa no nome da instituição, que passou a ser denominada Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso (FESMAT). A estrutura organizacional da FESMAT foi implementada a partir de maio de 1993. Finalmente, em 15 de dezembro de 1993, por meio da Lei Complementar 30, foi criada a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), mantida pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (FUNEMAT). Essa transformação foi um passo importante na evolução da instituição, permitindo que ela expandisse sua atuação em todo o estado.

Para superar os desafios geográficos impostos pela grande extensão territorial de Mato Grosso, a Universidade adotou uma estrutura multi-campi. Em 10 de janeiro de 1995, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso homologou e aprovou os Estatutos da FUNEMAT e da UNEMAT, proporcionando uma base sólida para o funcionamento da universidade. No entanto, somente em 10 de agosto de 1999, a Universidade conquistou sua credencial junto ao Conselho Estadual de Educação, conferindo-lhe autonomia didática, científica e pedagógica. Esse marco foi essencial para o desenvolvimento e consolidação da instituição como uma de educação superior de referência no estado de Mato Grosso. Ela desempenhou um papel significativo na expansão e democratização da educação superior na região, ao longo de sua trajetória, implementando políticas educacionais que refletem as necessidades específicas do estado e do país.

A criação da Universidade é parte de um movimento mais amplo de expansão da educação superior no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Esse movimento visava a promover o acesso à educação superior em regiões menos desenvolvidas, reduzindo as desigualdades regionais no acesso à formação acadêmica. A Universidade, como parte desse movimento, foi criada para atender a demanda por educação superior em Mato Grosso e suprir a necessidade de formação de profissionais para a região.

Ao longo de sua história, a Universidade desenvolveu e implementou diversas políticas educacionais com o objetivo de tornar o acesso à educação superior que seja para todos como é citado na Constituição Federal. Uma das políticas notáveis é o sistema de cotas, que reserva vagas para estudantes de escolas públicas e para candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e PCDs. Essa iniciativa tem como objetivo ampliar o acesso desses grupos historicamente esquecidos, na educação superior.

Além disso, a Universidade tem estabelecido parcerias com escolas públicas locais, desenvolvendo programas de ingresso diferenciados e atividades de extensão que fortalecem a relação entre a universidade e a comunidade. Essas iniciativas contribuem para a formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento do estado.

No que diz respeito à pesquisa, a Universidade também tem se esforçado para promover a produção científica e tecnológica na região. Por meio de programas de incentivo à pesquisa, a universidade tem estimulado a produção de conhecimento que aborda os desafios específicos de Mato Grosso.

A UNEMAT desempenha um papel fundamental no panorama da educação superior em Mato Grosso, contribuindo para a formação de profissionais qualificados, o desenvolvimento da pesquisa e o fortalecimento das políticas educacionais que buscam a inclusão e a igualdade de oportunidades. Sua trajetória demonstra um compromisso constante com a missão de oferecer educação superior de qualidade para a população do estado.

Autores como Paulo Freire, referência no campo da educação, destacam a importância de universidades regionais para a formação de profissionais comprometidos com as realidades locais. Nesse sentido, a UNEMAT surge como um pilar fundamental na expansão da educação superior em Mato Grosso, buscando atender às demandas específicas da região, promovendo o desenvolvimento econômico, social e cultural.

Com dados que remontam à década de 1990, a UNEMAT se estabeleceu como uma instituição de educação superior pública e de qualidade, que implementou políticas de acesso, como o sistema de Cotas, visando a inclusão de estudantes de diferentes origens socioeconômicas e culturais. Essas políticas têm desempenhado um papel necessário na

democratização da educação superior, permitindo que estudantes de diversos perfis tenham a oportunidade de cursar a educação superior.

4.2. Políticas Públicas de acesso e permanência na UNEMAT para pessoas com deficiência ingressantes por meio do sistema de Cotas

No contexto da análise das políticas de acesso e permanência na educação superior, destaca-se a relevância das políticas e Ações Afirmativas estabelecidas pela Resolução nº 017/2013 – CONEPE da UNEMAT. Essas medidas, concebidas para promover a inclusão e diversidade na instituição, têm sido objeto de considerável interesse, especialmente após a alteração ocorrida em 2019. Anteriormente, não havia cotas específicas para pessoas com deficiência (PCD), contudo, a discussão sobre a necessidade de sua implementação ganhou espaço nesse ano, resultando na revisão da Resolução para incluir tais cotas. Assim, foi no processo seletivo de 2020/1 que se testemunhou o ingresso pioneiro de PCD por meio dessas cotas.

Ao analisar os editais divulgados pela UNEMAT, é perceptível o impacto da implementação das Cotas para PCD a partir de 2019. Em processos seletivos anteriores, como o vestibular 2019/2 e o ingresso pelo SISU no primeiro semestre de 2019, não se registrava reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme documentação oficial. Contudo, a partir do Edital nº. 002/2019 – UNEMAT/COVEST, referente à inscrição e seleção de vagas dos cursos de graduação da UNEMAT pelo SISU, com ingresso em 2020/1, a reserva de vagas para PCD foi instituída. Atualmente, a Resolução 046/2023, é uma resolução que detalha as políticas de ações afirmativas para o ingresso de estudantes na UNEMAT. Estas Resoluções estabelecem:

A criação de duas comissões para supervisionar e verificar o cumprimento das políticas de ações afirmativas. A Comissão de Acompanhamento acompanha a permanência dos estudantes nas vagas reservadas, e a Comissão de Verificação verifica a autenticidade das autodeclarações dos candidatos.

O Acompanhamento é uma ação afirmativa para apoiar a permanência de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e deficientes na UNEMAT. Isso envolve divulgar informações sobre como as autodeclarações são avaliadas e promover eventos para destacar a importância das políticas de reserva de vagas.

Quanto ao Capítulo IV sobre o Procedimento de Verificação que se aplica aos candidatos que concorrem às vagas reservadas para negros, indígenas e pessoas com

deficiência. A Comissão de Verificação usa critérios específicos para confirmar as autodeclarações, como a análise fenotípica, declarações de origem indígena ou laudos médicos. Já o Capítulo V, estabelece que as decisões da Comissão de Verificação podem ser contestadas por meio de recurso à Comissão Recursal, de acordo com as regras do edital. No entanto, as decisões da Comissão Recursal não podem ser objeto de recurso adicional.

No Capítulo VI se estabelece em várias disposições, incluindo a criação de Comissões Temporárias para investigar fraudes no uso de vagas reservadas e as possíveis ações a serem tomadas se fraude for confirmada. Também menciona que o edital de processo seletivo de ingresso regulamentará casos omissos e que a legislação federal e estadual se aplica subsidiariamente às políticas de ações afirmativas da UNEMAT.

Assim, ela estabelece procedimentos detalhados para garantir a implementação das políticas de ações afirmativas na UNEMAT, com o objetivo de assegurar o acesso e a permanência de estudantes de diversos grupos, promovendo a diversidade e a inclusão.

Essa resolução é um exemplo de iniciativa que busca promover a inclusão e a diversidade na educação superior. Ela é baseada em princípios de equidade e justiça social, visando garantir que estudantes de diferentes origens e grupos tenham igualdade de oportunidades para ingressar na universidade. Vamos explorar os principais pontos dessa política e como ela se relaciona com os conceitos discutidos anteriormente:

A Universidade, com as ações afirmativas no ingresso por meio de cotas, visa garantir o direito à educação inclusiva e equitativa que visa atender às necessidades de todos os estudantes, promovendo o acesso igualitário e oportunidades justas de aprendizado.

Adesão ao SISU e ENEM: A resolução menciona a adesão da UNEMAT ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), que é um sistema do governo brasileiro que permite que instituições da educação superior ofereçam vagas com base nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Política de Ações Afirmativas: A UNEMAT está estabelecendo uma política de Ações Afirmativas para o ingresso na educação superior. As Ações Afirmativas são medidas tomadas para promover a inclusão de grupos historicamente excluídos, como estudantes de escolas públicas e pessoas de grupos étnico-raciais minoritários.

Distribuição de Vagas: A resolução determina a distribuição das vagas da seguinte forma: 40% das vagas são destinadas à ampla concorrência; 25% das vagas são destinadas a estudantes que se enquadram no Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial (PIIER); 35% das vagas são destinadas a estudantes de escolas públicas.

Essa resolução visa promover a inclusão e a diversidade no processo de seleção da

UNEMAT, oferecendo oportunidades equitativas para diferentes grupos de candidatos. As ações afirmativas são uma abordagem comum em instituições de ensino para reduzir as desigualdades e garantir que a educação superior seja acessível a todos, independentemente de sua origem socioeconômica, etnia ou tipo de escola frequentada.

Já as vagas em diferentes vestibulares da UNEMAT serão distribuídas entre diferentes categorias, de acordo com a política de Ações Afirmativas estabelecida na resolução. Diante da Distribuição de Vagas, o documento estabelece que em vestibulares com base em diferentes números totais de vagas, há três categorias principais: o PIIER, estudantes de escolas públicas e a ampla concorrência.

Neste sentindo, a proporção de vagas entre essas categorias varia de acordo com o número total de vagas em cada vestibular, seguindo esse critério. Em um vestibular com 30 vagas, por exemplo, 8 vagas são para o PIIER, 10 para estudantes de escolas públicas e 12 para ampla concorrência. O documento estipula que, se houver números decimais na distribuição de vagas, eles serão arredondados para garantir que haja uma vaga completa para a categoria com a menor porcentagem do total de vagas.

Caso haja vagas não preenchidas em uma das categorias e não haja candidatos suficientes para preenchê-las, as vagas não preenchidas serão distribuídas entre as demais categorias, respeitando a proporcionalidade estabelecida no Artigo Primeiro. Isso significa que as vagas remanescentes são redistribuídas de acordo com as porcentagens originais.

Essa política de distribuição de vagas tem o objetivo de promover a inclusão de grupos sub-representados, como estudantes de escolas públicas e aqueles abrangidos pelo PIIER, garantindo que eles tenham uma chance justa de ingressar na UNEMAT, enquanto também respeita a proporção entre as categorias.

Essa política da UNEMAT está alinhada com os princípios de democratização do acesso à educação, criação de condições adequadas para a permanência dos estudantes, reconhecimento da diversidade e promoção da aprendizagem significativa. Ao adotar políticas de Ações Afirmativas, a universidade busca criar um ambiente inclusivo que reflita a diversidade da sociedade e oferece oportunidades igualitárias para todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica, etnia ou tipo de escola frequentada. Isso não apenas beneficia os estudantes individualmente, mas também contribui para uma sociedade mais justa e equitativa, preparando cidadãos ativos e informados ao longo de suas vidas.

A Resolução nº 012/2021 – CONSUNI, que trata da Reestruturação do Programa de Assistência Estudantil (PAE) da UNEMAT, estabelece, em seu conjunto de artigos e parágrafos, as diretrizes para a reorganização do referido programa na instituição. Quanto ao

conteúdo do documento, a resolução determina a reestruturação do PAE de acordo com suas disposições. Além disso, define os objetivos do PAE, que têm como propósito oferecer suporte aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com o intuito de melhorar seu desempenho acadêmico e reduzir os índices de reprovação, retenção e evasão.

A gestão do PAE é atribuída à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) em conjunto com os *Campi* da instituição. Permite que estudantes beneficiados atuem como voluntários em ações extensionistas, de ensino ou de pesquisa, recebendo certificados. O texto também contém informações adicionais sobre Bolsas-Auxílio, procedimentos de solicitação e seleção, e responsabilidades da PRAE e dos *Campi*.

Em resumo, a resolução estabelece as regras e critérios para a concessão de assistência estudantil a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na instituição UNEMAT, com o objetivo de apoiar a permanência e o desempenho acadêmico desses estudantes.

As políticas e ações afirmativas estabelecidas nas resoluções da UNEMAT são exemplos de iniciativas que buscam promover a inclusão e a diversidade na educação superior. Elas se baseiam em princípios de equidade e justiça social, visando garantir que estudantes de diferentes origens e grupos tenham igualdade de oportunidades para ingressar na universidade. A política de ações afirmativas da UNEMAT, por sua vez, inclui a adesão ao SISU e ao ENEM, a fim de proporcionar oportunidades equitativas de ingresso na educação superior. A distribuição de vagas de acordo com critérios específicos, como PIIER e estudantes de escolas públicas, visa promover a inclusão de grupos historicamente excluídos aos olhos da sociedade.

Além disso, a política estabelece diretrizes claras para a distribuição de vagas em diferentes vestibulares, garantindo uma abordagem justa e equitativa.

No contexto do PAE da UNEMAT, a resolução visa apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com o objetivo de melhorar seu desempenho acadêmico e minimizar a evasão. Isso envolve a concessão de Bolsas-Auxílio e outras medidas de suporte. A possibilidade de estudantes beneficiados atuarem como voluntários em atividades acadêmicas também demonstra um compromisso com a formação de cidadãos ativos e informados.

Em resumo, as políticas e ações afirmativas da UNEMAT refletem o compromisso da instituição em criar um ambiente inclusivo e equitativo na educação superior, em que a diversidade é valorizada e onde todos os estudantes têm igualdade de oportunidades, independentemente de sua origem socioeconômica, etnia ou setor de ensino básico cursado público ou privado. Essas políticas não apenas beneficiam os estudantes individualmente, mas

também contribuem para uma sociedade mais justa e equitativa, preparando cidadãos ativos e informados ao longo de suas vidas.

4.3. Acesso e Permanência: as vozes dos acadêmicos PCDs ingressantes em 2019

A inclusão de pessoas com deficiência na educação superior é um tópico de grande importância que demanda atenção e estudo aprofundado. Para compreender os desafios e as experiências desses acadêmicos, as entrevistas representam uma ferramenta fundamental. Através das vozes dos estudantes PCDs, podemos explorar suas perspectivas individuais, desafios enfrentados, sucessos alcançados e, principalmente, entender como as políticas de acesso e permanência impactam suas jornadas acadêmicas. Essas entrevistas oferecem uma oportunidade única para dar voz a uma comunidade muitas vezes excluídos aos olhos da sociedade, bem como para informar e melhorar as políticas e práticas de inclusão na Educação Superior.

O perfil dos acadêmicos que ingressaram no sistema de Cotas para estudantes de escola pública no ano de 2019, é apresentado nos quadros abaixo, sendo que dos sete (07) alunos, apenas cinco (05) desses participaram das entrevistas e apresentaram suas realidades diante das inquietudes que a pesquisa aborda, bem como expressar através dessas vozes, as oportunidades que foram possíveis por meio das políticas de acesso e permanência na UNEMAT.

Quadro 6 - Estudantes participantes da pesquisa

Estudantes Deficientes que ingressaram no ano de 2019 que participaram da entrevista.	Quantidade
Ciências Biológicas	01
Bacharelado em Enfermagem	01
Letras	02
Ciências Contábeis	01

Fonte: Elaboração própria através de dados fornecidos pela SAA/UNEMAT.

A relação dos discentes que participaram da entrevista está dividida entre os cursos de licenciatura e bacharelado no Campus da UNEMAT de Cáceres, sendo três (03) de licenciatura e dois (02) dos cursos de bacharelado.

Quadro 7 – Discentes NÃO participantes da pesquisa

Discentes Deficientes que ingressaram no ano de 2019 que não participaram da entrevista.	Quantidade	Motivo
Ciências Biológicas	01	Desistiu do Curso.

Bacharelado em Direito	01	Justificou que não se enquadra nos requisitos de entrevistados estabelecidos pela pesquisa, pois ingressou no curso pela ampla concorrência e não pelo programa de cotas

Fonte: Elaboração própria através de dados fornecidos pela SAA/UNEMAT.

A relação dos discentes que não participaram da entrevista está dividida entre os cursos de licenciatura e bacharelado no Campus da UNEMAT de Cáceres, sendo um (01) de licenciatura e um (01) dos cursos de bacharel em Direito.

Isso nos revela que no ano de 2019, 06 estudantes com deficiência ingressaram pelo sistema de Cotas para escola pública na UNEMAT, 01 ingressou pela ampla concorrência, porém, apenas cinco deles participaram das entrevistas. Essas entrevistas são uma valiosa fonte de informações que podem oferecer suporte teórico e metodológicos, importantes sobre a eficácia das políticas de permanência da universidade para estudantes com deficiência. A divisão dos acadêmicos que participaram das entrevistas entre cursos de licenciatura e bacharelado no Campus de Cáceres destaca a variedade de áreas de estudo representadas. Isso é relevante, uma vez que as experiências e desafios podem variar de acordo com o campo de estudo e as demandas específicas de cada curso, (02) dois acadêmicos, um de licenciatura e um de bacharelado, não participaram das entrevistas. Isso pode ser devido a várias razões, incluindo indisponibilidade ou desinteresse em compartilhar suas experiências. No entanto, é importante ressaltar que suas perspectivas também são valiosas e podem fornecer informações adicionais sobre o cenário de inclusão na universidade.

No geral, as entrevistas com as pessoas com deficiência que ingressaram na Educação Superior através das políticas de Cotas, oferecem uma oportunidade única de dar voz a esses estudantes, compreender suas realidades e destacar as oportunidades e desafios que enfrentam. Essas vozes são importantes para avaliar o impacto das políticas de acesso e permanência e para informar melhorias futuras no sentido de garantir uma educação inclusiva e equitativa para todos os estudantes, independentemente de suas condições.

Os acadêmicos que participaram das entrevistas representam uma variedade de transtornos e deficiências, o que demonstra a diversidade e a inclusão na educação superior. A seguir apresentamos os diferentes tipos de transtornos e deficiências dos acadêmicos participantes.

Um dos participantes possui o TEA que, segundo Silva (2009), é um transtorno neuropsiquiátrico que afeta a comunicação e a interação social. Acadêmicos com TEA podem

ter desafios na compreensão de interações sociais, bem como interesses e comportamentos repetitivos.

Já outro participante possui a deficiência auditiva que afeta a capacidade de ouvir sons e pode variar de graus de perda auditiva leve a profunda. Segundo Conte (2017), esses estudantes com deficiência auditiva podem depender de tecnologias assistivas, como aparelhos auditivos ou implantes cocleares, para acessar informações auditivas.

Uma das entrevistadas possui a Fibromialgia que é uma condição caracterizada por dor crônica e sensibilidade em músculos e tecidos moles. Para Lorena (2016), os acadêmicos com fibromialgia podem enfrentar desafios relacionados à dor e à fadiga, que podem afetar sua capacidade de concentração e participação.

Um dos participantes possui Dislexia que é um distúrbio de aprendizagem que afeta a leitura e a escrita. Estudantes com dislexia podem ter dificuldade em decodificar palavras e podem precisar de estratégias específicas para melhorar suas habilidades de leitura e escrita.

E outro apresenta também TDAH, sendo um transtorno neurocomportamental que pode afetar a atenção, a impulsividade e a hiperatividade. Acadêmicos com TDAH podem enfrentar desafios relacionados à concentração e ao gerenciamento do tempo.

Uma das participantes possui a miastenia grave que, segundo Kauling (2011), é uma doença neuromuscular que causa fraqueza muscular e fadiga. Os acadêmicos com miastenia grave podem enfrentar desafios relacionados à força física e à resistência.

Esses diferentes transtornos e deficiências destacam a importância da inclusão na Educação Superior e da implementação de Políticas de Acesso e Permanência que atendam às necessidades específicas de cada estudante. Cada uma dessas condições pode demandar adaptações e apoio individualizado para garantir que os acadêmicos tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma educação de qualidade.

A diversidade de transtornos e deficiências dos acadêmicos participantes das entrevistas destaca a necessidade de promover a inclusão na educação superior. Cada uma dessas condições traz desafios específicos que precisam ser abordados por meio de adaptações e apoio individualizado. Isso não apenas garante que os acadêmicos tenham igualdade de oportunidades, mas também reconhece o valor das contribuições únicas que cada estudante pode trazer para a comunidade acadêmica.

A implementação de políticas de acesso e permanência eficazes é fundamental para garantir que os estudantes com transtornos e deficiências possam não apenas ingressar na universidade, mas também permanecer e concluir seus estudos. Isso pode envolver a disponibilização de tecnologias assistivas, como audiodescrição para estudantes com

deficiência auditiva, estratégias de ensino diferenciadas para alunos com dislexia, acomodações para estudantes com TDAH, ou acesso a recursos de saúde para lidar com condições como a fibromialgia ou a miastenia grave.

Além disso, é importante que a comunidade acadêmica e os educadores estejam cientes dessas condições e sejam treinados para oferecer apoio adequado. A educação inclusiva não se trata apenas de garantir o acesso à Educação Superior, mas também de criar um ambiente que seja acolhedor, respeitoso que haja empatia entre todos que compõem a universidade, para atender às diversas necessidades dos estudantes.

Portanto, reconhecer e acomodar as diferenças é fundamental para promover uma educação de qualidade e uma sociedade mais justa e equitativa. Isso não apenas beneficia os acadêmicos com transtornos e deficiências, mas enriquece a experiência educacional de todos, preparando os estudantes para enfrentar desafios e serem cidadãos ativos e informados ao longo de suas vidas.

4.4. Percepção dos acadêmicos entrevistados

No presente tópico, será explorado a percepção dos acadêmicos com deficiência que foram entrevistados, focalizando em suas experiências, desafios e se manter na Educação Superior. Ao analisar criteriosamente as vozes deles de perto e as trajetórias individuais desses estudantes, sempre buscando compreender as nuances e obstáculos que enfrentaram durante seu percurso educacional. Ao analisar suas percepções, teremos uma visão mais aprofundada das questões relacionadas à acessibilidade e inclusão no ambiente acadêmico, visando contribuir para uma compreensão mais abrangente e sensível das necessidades desses acadêmicos.

Assim, dedicaremos uma análise detalhada à percepção dos acadêmicos com deficiência que participaram das entrevistas, concentrando-nos minuciosamente em suas vivências e nos desafios enfrentados e manter-se na Educação Superior, levando em consideração os estudantes que ingressaram no ano de 2019. A proposta é mergulhar nas vozes individuais desses estudantes, explorando suas trajetórias educacionais para compreender de forma aprofundada as complexidades e obstáculos enfrentados ao longo desse percurso.

Ao examinar cuidadosamente as percepções dos acadêmicos deficientes, almejamos obter uma compreensão mais ampla das questões relacionadas à acessibilidade e inclusão no ambiente acadêmico. analisando as trajetórias acadêmica dos beneficiários, avaliando a eficácia das medidas implementadas.

É essencial avaliar o papel das políticas públicas no fornecimento de recursos e infraestrutura adequada para os acadêmicos com deficiência, bem como analisar o suporte oferecido pelos profissionais e colegas ao longo de sua jornada acadêmica. Essa análise abrangente permitirá compreender de que forma essas iniciativas impactam a formação desses estudantes, examinando tanto os desafios superados quanto os pontos de sucesso. Ao fazê-lo, estaremos em melhor posição para promover discussões informadas e colaborar na melhoria contínua dessas políticas, contribuindo para a formação bem-sucedida de profissionais capacitados e inclusivos.

Este processo de análise permitirá uma compreensão mais completa da realidade dos acadêmicos da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Cáceres, partindo de suas experiências marcantes durante o ingresso e a subsequente permanência em seus cursos desejados. Além disso, serão identificados e explorados os desafios percebidos ao longo desse processo, proporcionando percepções valiosas que podem orientar iniciativas e políticas que visem aprimorar a acessibilidade e inclusão no ambiente universitário.

a) Perfil dos estudantes deficientes

Para o início do diálogo vamos ressaltar as características dos entrevistados diante dos perfis coletados no processo de coleta de dados. Os perfis dos entrevistados para a dissertação de mestrado sobre "A Permanência de Acadêmicos com Deficiência Ingressantes na Universidade do Estado de Mato Grosso/Campus de Cáceres no ano de 2019" incluem acadêmicos de vários cursos entre licenciatura e bacharelado da UNEMAT, os indivíduos estão inseridos no ambiente universitário, buscando sua formação nos seguintes cursos: Letras (Licenciatura), Ciências Contábeis (Bacharel), Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado), e Enfermagem (Bacharel).

A diversidade dos participantes entrevistados para a dissertação de mestrado é evidente a escolha dos cursos, abrangendo áreas distintas e essa variedade, reflete a amplitude de oportunidades oferecidas pela UNEMAT, abrindo caminhos para o ingresso de estudantes em diversos cursos.

A representatividade de gênero destaca-se com três (03) participantes femininas e dois (02) participantes do gênero masculino, evidenciando um equilíbrio na inclusão de diferentes identidades de gênero. Esse aspecto contribui para um ambiente acadêmico mais inclusivo, onde a diversidade é valorizada e respeitada.

A faixa etária dos entrevistados, variando de 23 a 41 anos, reflete uma ampla diversidade

de experiências de vida e estágios na trajetória acadêmica. Essa variabilidade destaca que as oportunidades de ingresso que são acessíveis para os indivíduos em diferentes fases de suas vidas, garantindo que estudantes de diversas idades possam beneficiar-se da inclusão na educação superior.

Portanto, a análise desses elementos evidencia que as oportunidades de ingresso proporcionadas, são abrangentes e alcançam indivíduos de variadas áreas de estudo, gêneros e faixas etárias, contribuindo para a construção de um ambiente universitário mais inclusivo e representativo.

Certamente, a influência do período da pandemia na formação dos acadêmicos é um aspecto a ser destacado na dissertação de mestrado. A análise dos perfis dos participantes revela que suas trajetórias acadêmicas foram impactadas significativamente por esse contexto desafiador. É importante ressaltar como a pandemia se tornou um fator adicional que moldou a experiência desses estudantes no ambiente universitário, afetando não apenas o processo de aprendizado, mas também a continuidade e conclusão de seus cursos.

A variedade de cursos, gêneros e faixas etárias dos entrevistados destaca que os desafios impostos pela pandemia não discriminaram, afetando estudantes de diversas áreas e estágios de vida. Os atrasos no andamento dos semestres, mencionados por alguns participantes, demonstram como as condições adversas, como restrições de acesso às instituições, mudanças nas modalidades de ensino e outros impactos relacionados à pandemia, podem ter consequências significativas na conclusão dos cursos.

E partindo desse contexto, como esses desafios específicos relacionados à pandemia foram enfrentados pelos estudantes com deficiência, considerando a necessidade de adaptações, apoio institucional e estratégias pessoais para superar as dificuldades. Esse enfoque enriquecerá a compreensão da interseção entre a inclusão de estudantes com deficiência e os desafios impostos por eventos extraordinários, como a pandemia, proporcionando insights valiosos para aprimorar políticas e práticas inclusivas nas instituições de educação superior.

A pandemia emerge como um desafio comum, influenciando o percurso acadêmico de todos os entrevistados e aprofundando a necessidade de estratégias adaptativas e apoio institucional. A resiliência demonstrada por esses estudantes frente aos impactos da pandemia destaca a importância de políticas inclusivas e flexíveis para garantir a continuidade dos estudos, especialmente para grupos que enfrentam obstáculos únicos.

E quanto as deficiências e transtornos encontrados nos acadêmicos entrevistados se enquadram da seguinte forma:

Deficiência Auditiva:

Uma das acadêmicas apresenta deficiência auditiva, sendo surda. Isso pode impactar sua participação em atividades acadêmicas tradicionais, destacando a importância de recursos de acessibilidade, como intérpretes de língua de sinais e materiais adaptados.

Sindrôme Multifuncional (Deficiência Oculta):

Uma participante enfrenta fibromialgia, uma condição de saúde que, embora não seja visível externamente, pode causar dores crônicas e fadiga. A deficiência oculta destaca a necessidade de flexibilidade nas demandas acadêmicas e sensibilidade institucional para acomodar condições de saúde diversas.

Transtorno do Espectro Autista (TEA):

Um dos acadêmicos possui Transtorno do Espectro Autista (TEA), que pode influenciar suas interações sociais e preferências de aprendizado. Estratégias de apoio, como ambientes inclusivos e compreensão das necessidades individuais, são fundamentais para promover seu sucesso acadêmico.

Transtorno de Dislexia e TDAH:

Outro acadêmico enfrenta transtorno de dislexia e TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), condições que podem afetar a leitura, escrita e concentração. Abordagens diferenciadas de ensino e suporte personalizado são cruciais para otimizar seu desempenho acadêmico.

Miastenia Grave (Doença Autoimune):

Uma acadêmica lida com Miastenia Grave, uma doença autoimune que afeta a força muscular. Isso pode impactar sua capacidade de participar plenamente em atividades acadêmicas e destaca a necessidade de adaptações físicas e apoio médico.

Diante do exposto, cada perfil, desde a deficiência auditiva até condições invisíveis como a fibromialgia, passando pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA), transtorno de dislexia e TDAH, até a Miastenia Grave, ilustra a riqueza das experiências e desafios enfrentados por estudantes com deficiência.

A implementação efetiva de cotas não apenas reconhece e respeita suas necessidades individuais, mas também representa um passo significativo em direção a um ambiente acadêmico inclusivo, que valoriza a diversidade e proporciona a todos os estudantes, independentemente de suas capacidades, oportunidades justas de participação e sucesso. Essa abordagem não apenas enriquece a experiência educacional de todos, mas também contribui para a formação de profissionais mais empáticos e conscientes da diversidade, preparando-os para um futuro profissional mais inclusivo e equitativo.

b) <u>Percepção sobre o acesso e permanência nos cursos da educação superior</u>

Com base nos perfis acadêmicos delineados a partir dos questionamentos iniciais para identificar os participantes da pesquisa, procedemos à entrevista sobre a primeira experiência dos entrevistados no contexto da educação superior. Os estudantes foram indagados sobre o processo de ingresso na UNEMAT, Campus Cáceres. As opções de ingresso disponibilizadas nos editais da universidade em 2019 incluíram admissões por meio do ENEM que faz essa seleção através do SISU no início do ano letivo, seguindo o calendário disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC). E a própria instituição faz seu processo seletivo, voltado para o público local no 2° semestre do mesmo ano.

Assim, tanto o ENEM quanto o processo seletivo da própria instituição, desempenham um papel fundamental como uma das vias de acesso à UNEMAT, Campus Cáceres. Os quais tiveram a oportunidade de escolher essa alternativa como meio de ingresso, refletindo sobre a relevância desses processos seletivos as vagas que se interessaram a concorrer.

Além disso, o SISU foi outra opção destacada nos editais de 2019 da universidade. Este sistema, vinculado ao ENEM, possibilita aos estudantes concorrerem a vagas em diversas instituições de educação superior do país, incluindo a UNEMAT. Neste sentido, os entrevistados puderam compartilhar suas experiências e percepções sobre esse processo seletivo unificado, abordando aspectos como a escolha dos cursos, as expectativas em relação às instituições e os desafios enfrentados durante o processo de seleção.

Importante mencionar que o Sistema de Cotas para Pessoas com Deficiência (PCD) no âmbito do SISU constitui um elemento significativo no contexto do ingresso dos acadêmicos na UNEMAT, Campus Cáceres. A implementação dessas cotas em 2019 com primeiro ingresso em 2020, visa promover a inclusão e a equidade, oferecendo oportunidades específicas para estudantes com deficiência no processo de seleção para a educação superior.

Os desafios enfrentados durante o período de inscrição e as adaptações promovidas pela universidade para garantir a acessibilidade e a igualdade de oportunidades aos estudantes PCD. Esse enfoque permite uma compreensão mais abrangente das dinâmicas e perspectivas dos entrevistados em relação ao Sistema de Cotas PCD no âmbito do SISU.

Os entrevistados foram questionados sobre sua compreensão e experiências em relação a esse sistema de cotas específico. As perguntas foram direcionadas para aspectos como a conscientização sobre a política de inclusão, os procedimentos para solicitação de cotas PCD e as percepções dos estudantes sobre a eficácia desse sistema em promover a igualdade de

oportunidades no ingresso à educação superior.

Essa abordagem possibilitou obter suas percepções sobre a experiência dos participantes nos processos de seleção de vagas para ingressar na educação superior, principalmente na UNEMAT, que é o foco desta pesquisa, bem como suas perspectivas em relação às políticas de inclusão voltadas para pessoas com deficiência.

Ao nos voltarmos para as individualidades das vozes dos entrevistados sobre essa questão do ingresso na universidade do estado do Mato Grosso, deparamo-nos com as seguintes informações, conforme relatado pelos estudantes.

A ***Estudante 02 L*** descreveu seu ingresso na UNEMAT através do vestibular no primeiro semestre de 2019 como uma conquista pessoal. Ela possui deficiência auditiva e se considera surda. Ao abordar a fase de adaptação, ela compartilhou que encontrou desafios notáveis e esses obstáculos demandaram um esforço considerável, pois teve que estudar intensivamente para superar dificuldades em compreender certas palavras e conceitos.

> *Foi pouco difícil, tive que estudar muito, algumas palavras, conceitos que eu não compreendia, sofri um pouco [...] mas eu me esforcei e consegui. Às vezes tinha intérprete, às vezes não tinha, e essas foram as dificuldades (Estudante 02 L, 2023).*

A experiência da ***Estudante 02 L*** na adaptação também foi marcada por variações na disponibilidade de intérpretes, o que adicionou complexidade ao seu percurso acadêmico. Ela destacou que, em alguns momentos, contava com apoio interpretativo, enquanto em outros não, resultando em desafios adicionais.

Apesar dessas adversidades, a ***Estudante 02 L*** ressaltou sua determinação e esforço como elementos-chave para superar as dificuldades. Seu relato evidencia não apenas a superação das barreiras linguísticas, mas também a capacidade de adaptação diante das condições variáveis, refletindo uma trajetória acadêmica caracterizada pela resiliência e comprometimento.

Nesse contexto, Guerreiro, Almeida e Silva Filho (2014) destacam que, antes dessas políticas inclusivas para a educação especial, essas pessoas não tinham os direitos que asseguravam o ingresso nas universidades. Eram poucos os que conseguiam mudar essa realidade, permitindo que a ***Estudante 02 L*** e os demais entrevistados pudessem participar dessa entrevista, tendo algum suporte prestado por meio das políticas de acesso presentes na educação superior.

A resposta de ***Estudante 01 L*** sobre esse questionamento, quanto à forma como

ingressou na Educação Superior, aborda sua experiência de entrada na faculdade por meio do ENEM. Ela relata que, quando ingressou, a faculdade não ofereceu inicialmente nenhum tipo de apoio relacionado à sua deficiência oculta, a fibromialgia, pois ela descobriu sua condição em 2019, depois de já estar na instituição.

> *Não, porque em 2019, eu descobri, acho que foi em 2019, depois que eu já estava na faculdade, então eles não tiveram o conhecimento assim de imediato (Estudante 01 L, 2023).*

Essa revelação destaca a importância da sensibilização das instituições de ensino para identificar e proativamente oferecer suporte aos alunos com deficiência, mesmo após o ingresso. E logo ela teve acesso a esses direitos relacionado as políticas de acesso e permanência no curso em que esses acadêmicos desejam ingressar. ***Estudante 01 L,*** destaca que, apesar de sua condição de fibromialgia ter sido diagnosticada em 2019, após seu ingresso na faculdade, a instituição não estava inicialmente ciente dessa condição. Isso ressalta a importância de uma comunicação aberta e eficaz entre os estudantes e as instituições de ensino, garantindo que as necessidades específicas sejam identificadas e atendidas de forma proativa.

E como citado na primeira sessão desta pesquisa, Guerreiro, Almeida e Silva Filho (2014) destaca esse avanço nas políticas inclusivas. Antes dessas políticas para a educação especial, as pessoas com deficiência eram excluídas da educação superior. Poucos conseguiam ingressar, mudando essa realidade. Hoje, acadêmicos e profissionais com deficiência têm voz para destacar a importância dessas políticas públicas.

As universidades recebem uma crescente demanda de estudantes com deficiência, impulsionada por leis que garantem seu direito à educação superior. A presença dessas pessoas em diversos campos é inspiradora para outros que, no passado, foram privados desse direito. O avanço reflete a importância das políticas inclusivas, proporcionando igualdade de oportunidades e ocupação de espaços anteriormente negados.

Seguindo com a entrevista com a ***Estudante 01 L***, foi perguntado quanto à dificuldade na realização da prova do ENEM, ela compartilha que enfrentou desafios devido à fibromialgia. Ela descreve sua condição de saúde na época, com crises da doença, destacando a magreza, dores no corpo e a dificuldade de permanecer sentada por longos períodos.

> *Nessa questão da prova do Enem, para mim foi pouco dificultoso, porque estava muito doente, e com crise da fibromialgia, mas não sabia. Estava muito magra, com muita dor no corpo e fazia exames, não aparecia nada e me sentia debilitada. No dia da aplicação da prova do ENEM, que foram dois dias, para mim foi pouco difícil porque fiquei muito tempo sentada e, para mim, não é*

> *bom e nem muito tempo de pé. Então eu tive dificuldades nessa questão de ficar as quatro horas sentada (Estudante 01 L, 2023).*

Essa narrativa destaca os obstáculos físicos e emocionais enfrentados por estudantes com deficiência e condições de saúde crônicas durante o processo de seleção, reforçando a importância de estratégias de avaliação acessíveis e adaptativas. No que diz respeito à realização da prova do ENEM, Eugênia compartilha as dificuldades enfrentadas devido à fibromialgia, evidenciando a complexidade adicional que condições de saúde crônicas podem impor aos processos de avaliação padronizados. Seu relato destaca a necessidade de abordagens flexíveis nas formas diferenciadas de avaliação, considerando as diversas condições dos candidatos, a fim de garantir a equidade no acesso à educação superior.

No geral, a experiência de ***Estudante 01 L*** destaca não apenas os desafios encontrados durante o ingresso na educação superior, mas também a necessidade contínua de sensibilização e suporte institucional para garantir uma transição suave e inclusiva para os alunos com deficiência.

Essa narrativa ressalta, portanto, a importância não apenas de oferecer apoio imediato à entrada na faculdade, mas também de adotar práticas inclusivas e adaptativas ao longo de todo o percurso acadêmico. Este caso destaca a necessidade contínua de conscientização e ajustes institucionais para garantir uma experiência educacional verdadeiramente inclusiva para os estudantes com deficiência e condições de saúde crônicas.

Essas situações foram possíveis através da PNEEPEI, lançada em 2008 no Brasil, em resposta às dificuldades identificadas nos sistemas de ensino. Essas propostas reconhecem a necessidade de confrontar práticas discriminatórias e propõem alternativas para superá-las. A principal diretriz da política é promover a educação inclusiva, destacando sua importância central no debate contemporâneo sobre a sociedade e o papel fundamental da educação na superação da exclusão. Ao priorizar a inclusão, a PNEEPEI busca transformar as estruturas educacionais, tornando-as mais acessíveis e igualitárias para todos os estudantes.

Nesse cenário, as políticas públicas de acesso e permanência têm desempenhado um papel importante, no cotidiano das práticas pedagógicas na educação superior. Há um esforço generalizado em buscar aprimoramentos para atender essa parcela da população que almeja a uma formação superior. Essas políticas visam não apenas proporcionar o ingresso de diferentes grupos sociais na educação superior, mas também garantir que esses estudantes tenham condições adequadas para permanecer e prosperar ao longo de sua jornada acadêmica. O objetivo é criar um ambiente inclusivo e equitativo, promovendo o acesso efetivo e a permanência bem-sucedida de todos os estudantes que buscam a educação superior.

E ao retomar as vozes dos entrevistados, questionamos o estudante do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis. Esse estudante é diagnosticado com TEA. A sua entrada na universidade se deu através do vestibular no segundo semestre. A escolha por essa modalidade de ingresso pode refletir diversas considerações, incluindo a preferência pessoal do ***Estudante 03 BCC*** ou a adaptação ao calendário acadêmico em função de suas necessidades específicas.

A decisão de ingressar no segundo semestre pode indicar uma abordagem mais cuidadosa e adaptada ao processo de transição para o ambiente universitário, considerando o TEA de ***Estudante 03 BCC***. A possibilidade de iniciar os estudos em um momento alternativo ao início do ano letivo padrão. Desse modo, pode ter sido estrategicamente escolhida para proporcionar uma adaptação mais suave, levando em consideração as características individuais do TEA, como a sensibilidade a mudanças na rotina.

Além disso, ao retomar as vozes dos entrevistados, importa destacar como as escolhas de ingresso, como o vestibular, podem oferecer opções acessíveis e inclusivas para estudantes com diferentes necessidades e características, contribuindo para uma experiência universitária mais personalizada e adaptada.

Siqueira e Santana (2010) salientam que a concretização da inclusão educacional exige uma compreensão clara da condição da pessoa com deficiência, considerando suas habilidades, fragilidades e outros aspectos relacionados à qualidade de vida. Essa abordagem implica em deslocar o foco das alterações nas funções e estruturas do corpo para analisar os fatores ambientais e pessoais que influenciam a realização de atividades e participação, permitindo a funcionalidade. Essa perspectiva abrangente é essencial para promover uma inclusão efetiva no contexto educacional.

As autoras ressaltam que a acessibilidade e as adaptações específicas, relacionadas a implementação das cotas permite que as instituições desenvolvam e forneçam recursos específicos de acessibilidade, como salas adaptadas, materiais acessíveis e suporte individualizado, garantindo que os estudantes com deficiência tenham as condições necessárias para o sucesso acadêmico.

E continuando com a entrevista, foi perguntado ao ***Estudante 03 BCC*** se teve alguma dificuldade quando realizou o teste de seleção para ingressar no curso, e ele nos diz que sua maior dificuldade foi durante o curso.

> *No vestibular, não. Digamos que para ingressar no curso, inicialmente, não. Mas, diria que eu tive dificuldade com algumas matérias mesmo, coisa normal*

(Estudante 03 BCC, 2023).

A resposta de ***Estudante 03 BCC*** revela uma dinâmica interessante em sua experiência de ingresso no curso por meio do vestibular. Inicialmente, ele destaca que não enfrentou dificuldades significativas durante o processo seletivo em si. No entanto, ao abordar o período subsequente, ao ingressar efetivamente no curso, ele reconhece a presença de algumas dificuldades, classificando-as como "*coisa normal*".

Essa perspectiva sugere que, enquanto o vestibular pode não ter apresentado desafios específicos relacionados ao TEA, a adaptação ao ambiente universitário e às demandas específicas do curso pode ter gerado algumas dificuldades. As "*dificuldades com algumas matérias*" mencionadas por ***Estudante 03 BCC*** podem estar relacionadas a aspectos acadêmicos, sociais ou organizacionais, destacando a complexidade da transição para a educação superior.

É relevante ressaltar que a resposta de ***Estudante 03 BCC***, destaca a importância de oferecer suporte contínuo e personalizado aos estudantes com TEA, não apenas durante o processo de seleção, mas ao longo de sua trajetória acadêmica. Essa abordagem contribui para a construção de ambientes inclusivos que reconhecem e respondem às necessidades individuais de cada aluno.

Ao prosseguir com os sujeitos entrevistados, ouvimos as narrativas das experiências de ***Estudante 05 BLCB***, que ingressou na UNEMAT através do ENEM. Ele nos fornece uma visão detalhada do seu processo de adaptação a educação superior, considerando sua condição de aluno com TDAH e dislexia. A ausência de assistência durante a realização da prova do ENEM sugere que ***Estudante 05 BLCB***, enfrentou esse desafio de forma independente, o que destaca sua capacidade de superação e resiliência, ao ser questionado sobre auxilio da instituição e a sua própria adaptação durante o processo de ingresso no curso desejado. E ao ser perguntado sobre suas dificuldades ele citou da seguinte maneira:

> *A questão mesmo que foi o choque cultural, na verdade, acabou ocorrendo no ingresso da universidade em si e também por estar em um ambiente novo, onde eu não tinha conhecimento de muitas coisas que eu fui adquirindo ao longo do tempo. Mas principalmente foi isso, o período de adaptação mesmo, de literalmente sair do ensino médio, entrar para o ensino superior, sair de casa, morar sozinho todo, meio que juntou uma coisa com a outra ali, [...] (Estudante 05 BLCB, 2023).*

A identificação de dificuldades durante a adaptação à faculdade, especialmente relacionadas a um "*choque cultural*", destaca a complexidade adicional que alunos com

condições como TDAH e dislexia podem enfrentar durante a transição para o ambiente acadêmico superior. O reconhecimento de que esse choque cultural ocorreu tanto no ingresso na universidade quanto na assimilação de conhecimento ao longo do tempo destaca a necessidade de estratégias adaptativas contínuas.

A transição do ensino médio para a educação superior, combinada com a mudança para morar sozinho, acrescenta camadas adicionais de desafios, destacando a importância de oferecer suporte abrangente não apenas para o aspecto acadêmico, mas também para as demandas da vida cotidiana.

E ainda levando em consideração que, ***Estudante 05 BLCB*** destaca a sua origem do interior de Cáceres acrescenta uma dimensão geográfica e cultural à sua jornada, sublinhando a importância de considerar esses fatores ao desenvolver estratégias de apoio. Essa narrativa destaca a complexidade das experiências dos alunos com condições de TDAH e dislexia, enfatizando a necessidade de abordagens personalizadas e sensíveis às diversas dimensões do processo de adaptação a educação superior. O entendimento desses desafios é importante para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais inclusivas e eficazes.

Diante desse contexto de vivências e mudanças no cenário da educação superior ao longo do tempo, conforme observado por Leite (2010), as transformações influenciadas por fatores como os mercados educacionais, a internacionalização, os processos de avaliação e acreditação, e a diversificação de modelos institucionais bem como, as condições físicas e psicomotoras do público que as universidades vêm atendendo, moldaram novas identidades para as instituições de ensino. Isso faz repensar suas práticas pedagógicas, adaptando tanto a infraestrutura e suporte pedagógico, quanto as possibilidades de acesso e deixando os ingressantes mais adaptados às novas realidades que encontram, com a disponibilidade de auxílio a todos.

Durante a adaptação à faculdade, a identificação de dificuldades, especialmente relacionadas a um "choque cultural", destaca a complexidade adicional enfrentada por alunos com condições como TDAH e dislexia durante a transição para o ambiente acadêmico superior. Esse choque cultural, reconhecido tanto no ingresso na universidade quanto na assimilação de conhecimento ao longo do tempo, destaca a necessidade de estratégias adaptativas contínuas.

A transição do ensino médio para a educação superior, combinada com a mudança para morar sozinho, acrescenta camadas adicionais de desafios, sublinhando a importância de oferecer suporte abrangente não apenas para o aspecto acadêmico, mas também para as demandas da vida cotidiana.

Essas mudanças nas realidades das universidades públicas estão ligadas ao período de adaptação dos acadêmicos diante das realidades observadas para iniciar seu processo de ingresso na educação superior.

No sentido voltado à educação inclusiva na educação superior, destaca-se essa narrativa diante da complexidade das experiências dos alunos com condições de TDAH e dislexia, sublinhando a necessidade de abordagens personalizadas e sensíveis às diversas dimensões do processo de adaptação a educação superior. Compreender esses desafios é fundamental para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais inclusivas e eficazes.

Para finalizar com os sujeitos da pesquisa, a experiência de ***Estudante 04 BE***, destaca a jornada única de adaptação a educação superior.

> *De início foi difícil, por conta da minha rotina mesmo e por conta da minha convivência com a minha família. Mas hoje está tranquilo. Só na correria com o dia a dia, mesmo sendo de Cáceres. (Estudante 04 BE, 2023).*

Sua resposta indica que, inicialmente, enfrentou desafios significativos devido à sua rotina e à convivência com a família. A rotina acadêmica, combinada com as demandas pessoais e familiares, pode criar um ambiente desafiador para os estudantes. A afirmação de que, atualmente, a situação está tranquila sugere um processo de adaptação ao longo do tempo. No entanto, a menção da correria do dia a dia indica que, apesar da tranquilidade percebida, a vida universitária ainda apresenta desafios e demandas contínuas.

A experiência de ***Estudante 04 BE*** ressalta a importância de oferecer suporte abrangente aos alunos. O entendimento das especificidades dessas experiências é fundamental para o desenvolvimento de estratégias que promovam a inclusão e o sucesso acadêmico. A inclusão por meio das cotas não apenas beneficia os estudantes com deficiência, mas também contribui para a construção de ambientes acadêmicos mais inclusivos, sensíveis às diversidades e que preconizam a igualdade de oportunidades para todos.

A análise das entrevistas revela uma diversidade notável entre os acadêmicos entrevistados, destacando diferentes necessidades educativas determinadas pelas caracteristicas dos tipos de deficiência de cada um e de sua relação com o contexto educacional. Considerando tambem as trajetórias de ingresso na educação superior e desafios enfrentados ao longo de suas jornadas acadêmicas. Cada narrativa oferece insights valiosos sobre a complexidade das experiências de estudantes com deficiência.

As vozes desses estudantes refletem as dificuldades iniciais na adaptação, especialmente em relação à rotina e convivência familiar, auxílio de profissionais, entre outros fatores que

ressaltando a importância do apoio contínuo.

No geral, as entrevistas sublinham a importância de estratégias inclusivas desde o processo seletivo até a vida acadêmica diária. Os desafios enfrentados por esses acadêmicos destacam a necessidade de sensibilização, recursos acessíveis e apoio personalizado para garantir uma educação superior verdadeiramente inclusiva e equitativa para todos.

A importancia do ingresso de acadêmicos com deficiência, enriquece a experiência acadêmica de todos os estudantes, promovendo uma compreensão mais ampla das diferentes realidades e necessidades, preparando os futuros profissionais para um ambiente de trabalho inclusivo.

4.4.1. As percepções dos entrevistados sobre as políticas de permanência para PCDs na Unemat

No contexto da UNEMAT, é fundamental explorar as percepções dos entrevistados, visando entender como esses estudantes percebem as políticas de acesso e permanência da UNEMAT e suas contribuições para a inclusão e acessibilidade. Após o tópico anterior nos apresentar esses estudantes e deixar claro suas experiências com o acesso à educação superior, agora iremos compreender como essas políticas e ações são implementadas e como esses alunos se sentem assistidos e adaptados para que sua permanência e conclusão no curso desejado seja garantido.

As Perguntas específicas sobre a conscientização acerca das ações afirmativas, sua visão sobre a eficácia dessas medidas na promoção da inclusão e se percebem a existência de obstáculos ou desafios no ambiente acadêmico são aspectos relevantes a serem considerados.

Além disso, é importante explorar através dessas vozes, como os acadêmicos enxergam a capacidade da UNEMAT em assegurar efetivamente essas políticas de acesso e ações afirmativas, garantindo a inclusão e atendendo às necessidades específicas da educação especial. Suas perspectivas e experiências apresentou perspectivas valiosas sobre a efetividade das políticas de acesso na educação superior, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e informada sobre o cenário inclusivo na UNEMAT, bem como auxiliando as pesquisas na área de melhorias para a educação superior na instituição e fora dela.

Essa parte da entrevista iniciou através do seguinte questionamento: Você tem conhecimento sobre as políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na educação superior? Através desses diálogos como os estudantes, podemos perceber suas percepções e sentimentos em torno do acesso as informações relacionadas as políticas públicas voltadas para

as ações afirmativas de inclusão.

A afirmação de Letras I, sobre receber ajuda interna na universidade destaca a presença de algum suporte interno, mas a resposta subsequente **revela uma falta de informações detalhadas sobre as políticas públicas existentes para PCDs na UNEMAT**. A indicação de que conversaram pouco sobre o assunto e não explicaram sugere a necessidade de uma comunicação mais efetiva sobre essas políticas aos estudantes.

A revelação de que a *Estudante 01 L*, não sabia da existência dessas políticas públicas ao fazer o vestibular ressalta a importância de aumentar a conscientização sobre as oportunidades e apoios disponíveis para os candidatos que se qualificam para as cotas. A falta de conhecimento prévio pode afetar a tomada de decisão dos estudantes durante o processo de ingresso.

> ***Mestranda:*** *Eles conversaram com você a respeito das Políticas Públicas existentes na UNEMAT para os PCDs?*
> Letras I*: Pouco sobre o assunto, não explicaram.*
> ***Mestranda:*** *Você sabia que já existia essas políticas públicas quando você fez o vestibular?*
> ***Estudante 01 L:*** *Não, não conhecia. (Estudante 01 L, 2023).*

Por fim, a confirmação de que *Estudante 01 L*, conhece outras pessoas na universidade e sugere que, apesar das limitações percebidas no acesso à informação, existe uma rede de estudantes beneficiados por essas políticas. Este aspecto pode influenciar positivamente a integração e apoio mútuo entre os acadêmicos que ingressaram por meio das cotas para PCDs na UNEMAT. "***Estudante 01 L:****Depende, mas conheço sim. Sim." (Estudante 01 L, 2023).*

Assim, essa resposta sugere que, embora haja alguma variabilidade na experiência, ela tem consciência da presença de outros estudantes na universidade que também foram beneficiados por esse sistema de ingresso. E através do diálogo com Letras I, que ainda há lacunas no conhecimento sobre o acesso por cotas na UNEMAT. Isso está alinhado com a observação de Nunes e Veloso (2016), que ressaltam a relevância de considerar que, até a década de 90, as vagas nas universidades públicas no Brasil eram ocupadas na maior parte por estudantes mais privilegiados com poder econômico e cultural.

O cenário passou a modificar a partir de 2003, quando os primeiros passos para atender às necessidades de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica foram dados no contexto da educação superior privada.

Já a ***Estudante 02 L*** destaca uma limitada familiaridade com as políticas de acesso por cotas na UNEMAT. Ela expressa que possui alguma noção, mas reconhece a falta de um

conhecimento mais aprofundado sobre o assunto.

> *Eu tenho conhecimento não, mas alguma noção eu tenho mais ou menos [...]Não, eu me lembro que na época só teve aquele Bem-vindo que eles dão para os alunos que estão ingressando lá e que eles colocam ali no parque. Eles falam sobre o SIGAA, fala sobre o seguro do estudante, fala essas coisas assim (Estudante 02 L,2023)*

Quando questionada sobre ações da universidade para apresentar essas políticas, *Estudante 02 L*, relata que, durante o período de ingresso, as informações fornecidas se concentraram em aspectos práticos, como o sistema acadêmico (SIGAA) e questões logísticas, sem abordar de maneira abrangente as políticas de acesso e permanência para pessoas com deficiência.

A percepção da ***Estudante 02 L***, sobre como as pessoas com deficiência ingressam na universidade revela a crença de que muitas delas não estão plenamente cientes de seus direitos.

> ***Mestranda:*** *E como que você imagina que essas pessoas que têm algum tipo de deficiência, elas ingressam na universidade. Você acredita que elas ingressam sabendo dos seus direitos ou não?*
> ***Estudante 02 L:*** *Não, não sabem, não sabem por que eu penso muito que eu ingressando agora, eles não sabem nem sobre as bolsas de auxílio, eles sabem muito pouca coisa. Então, sobre essas políticas de acesso e permanência, acho que teria que ser falado pouco mais (Estudante 02 L, 2023).*

Ela argumenta que, mesmo ingressando na instituição, esses estudantes têm conhecimento limitado sobre bolsas de auxílio e outras políticas relevantes. Essa perspectiva ressalta a necessidade de uma comunicação mais efetiva sobre as políticas de acesso e permanência, a fim de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, estejam cientes e informados sobre seus direitos e recursos disponíveis na universidade.

E quanto o terceiro sujeito participante da pesquisa, relata ter conhecimento parcial das políticas de acesso e permanência para PCDs. Ele destaca algumas áreas específicas, como o atendimento às necessidades das PCDs, mencionando a falta de um psicólogo no campus de Cáceres como exemplo.

Ao ser questionado sobre como a universidade informa os alunos sobre essas políticas, ***Estudante 03 BCC*** sugere que as informações não são omitidas, mas são disponibilizadas em locais de difícil acesso para os alunos, como no site da UNEMAT. Ele enfatiza a necessidade de melhorar a acessibilidade às informações para que os estudantes estejam cientes das políticas de acesso e cotas.

> ***Mestranda:*** *A Universidade, ela faz parte, por exemplo, ela deixa vocês informados a respeito das políticas de acesso de permanência, sobre as cotas, se tem ou não?*
> ***Estudante 03 BCC:*** *Eu diria que, na verdade, é mais como se... Por exemplo, eles não omitem as informações, eles dão informações, só que eles dão essas informações em lugares que os alunos geralmente não acessam. Por exemplo, mas aonde que eu vou para fazer tal coisa? Tem aqui no site da UNEMAT, você entra aqui num tópico aqui, você vai clicando aqui, daí você vai ser direcionado para cá, é somente isso. Aí os alunos não tem ciência, só que a informação está lá, de certa forma. A universidade, ela promove algumas pautas, palestras, algum curso que fala a respeito dessas políticas públicas? Bastante palestras e esse tipo de coisa, mas no geral mais mesmo é sobre questões raciais e sexuais (Estudante 03 BCC, 2023).*

Quanto à promoção de pautas e palestras, ***Estudante 03 BCC,*** observa que a universidade tende a abordar mais questões relacionadas a raça e sexualidade do que políticas específicas de acesso e permanência. Isso indica uma possível ênfase em determinadas áreas de diversidade e inclusão nas atividades promovidas pela instituição. Portanto, fica defasado o acesso as informações diante das abordagens relacionadas as políticas de acesso e permanência, principalmente sobre as ações afirmativas.

Ao discutir a importância do conhecimento sobre essas políticas públicas, ***Estudante 03 BCC,*** destaca a capacidade que esse conhecimento oferece às pessoas para identificar e evitar a exclusão de indivíduos que podem estar enfrentando desafios. Ele expressa a compreensão da importância desse conhecimento, derivada de suas próprias experiências pessoais em um ambiente que não foi fácil lidar com esse tipo de situação. Essa perspectiva ressalta a relevância do entendimento para promover uma cultura inclusiva e empática na universidade.

> ***Mestranda:*** *Qual a importância para você? Qual que é a importância que você acha de ter conhecimento sobre essas políticas públicas?*
> ***Estudante 03 BCC:*** *Acredito que é para as pessoas conseguirem identificar e não tentarem excluir aquele indivíduo que muitas vezes pode estar sofrendo alguma coisa ali, deve estar se deparando com uma coisa difícil para ele. E geralmente, como uma pessoa que cresceu no meio que não foi muito fácil lidar com esse tipo de coisa, eu entendo que isso é uma coisa muito importante para ter a compreensão das pessoas (Estudante 03 BCC, 2023).*

A percepção de ***Estudante 03 BCC,*** sobre a importância do conhecimento sobre políticas públicas de inclusão reflete uma sensibilidade profunda para com os desafios enfrentados por indivíduos em situações difíceis. Sua crença de que essa compreensão é fundamental para evitar a exclusão de pessoas que podem estar passando por experiências complicadas destaca a importância de uma abordagem empática na construção de uma comunidade universitária inclusiva.

Ao compartilhar sua experiência de ter crescido em um ambiente desafiador, evidencia a empatia como um elemento essencial para criar um ambiente acadêmico acolhedor. Sua perspectiva destaca que a compreensão mútua é importante para formar uma comunidade na qual cada indivíduo seja reconhecido e apoiado, promovendo um ambiente de aprendizado mais enriquecedor e inclusivo para todos.

Para o ***Estudante 05 BLCB***, que expressa ter algum conhecimento sobre as políticas públicas na universidade, mas ressalta uma falta significativa nesse aspecto. Ele revela que adquiriu essas informações por meio de pesquisa pessoal, destacando a iniciativa individual de buscar conhecimento, principalmente utilizando as ferramentas digitais para obter informações relevantes.

> ***Estudante 05 BLCB:*** *Eu tenho, mas, porém, eu sinto uma falta gigantesca na universidade por parte disso. [...] Fui pesquisar, pessoal mesmo, entrando no Google, indo atrás de informações (Estudante 05 BLCB, 2023).*

Ao ser questionado sobre a apresentação das políticas públicas durante o ingresso na universidade, ***Estudante 05 BLCB*** observa uma lacuna nesse processo. Ele destaca que, em geral, as informações fornecidas foram limitadas, com ênfase em bolsas e alguma questão relacionada a cotas, embora não tenha uma recordação clara sobre qual tipo específico de cotas foi abordado.

> ***Mestranda:*** *Quando você ingressou na universidade, a universidade no ingresso ela te apresentou as políticas públicas?*
> ***Estudante 05 BLCB:*** *Não. No geral? A única coisa que eles realmente me apresentaram, que eu lembro muito bem disso, foi em relação às bolsas e algum negócio envolvendo COTAS, mas eu não lembro qual COTAS, que era uma cota bem específica.*
> ***Mestranda:*** *E você acredita que isso é importante para o acadêmico ao ingressar na universidade?*
> ***Estudante 05 BLCB:*** *Com toda certeza. (Estudante 05 BLCB, 2023).*

Ao ser questionado sobre a importância desse conhecimento para os acadêmicos ao ingressar na universidade, ***Estudante 05 BLCB*** responde afirmativamente, indicando que considera essa informação fundamental. Sua resposta destaca a relevância de apresentar de maneira abrangente as políticas públicas aos estudantes no início de sua jornada acadêmica, a fim de proporcionar uma compreensão mais completa e informada sobre os recursos e oportunidades disponíveis.

Já resposta de ***Estudante 04 BE,*** destaca uma falta de conhecimento sobre as políticas de acesso para PCDs na UNEMAT. Ela menciona que, embora tenha havido uma recepção para

os calouros onde foram apresentadas as políticas públicas de acesso e permanência na educação superior, a experiência não foi percebida como positiva por ela.

> ***Mestranda:*** *A universidade não fez na semana dos calouros, ela não realizou uma recepção para vocês onde ela apresentou todas as políticas públicas de acesso, de permanência dos alunos no ensino superior?*
> ***Estudante 04 BE:*** *Sim, teve, mas eu não senti que foi tão bom.*
> ***Mestranda:*** *Não te passou as informações suficientes para você permanecer na universidade, o que você tinha direito?*
> ***Estudante 04 BE:*** *Não houve isso. (Estudante 04 BE, 2023).*

Estudante 04 BE, expressa que a recepção não foi tão eficaz quanto ela esperava, indicando que não sentiu que as informações fornecidas foram suficientes para compreender seus direitos e garantir sua permanência na universidade. Essa observação destaca uma possível lacuna na comunicação das políticas específicas que afetam os alunos com deficiência, ressaltando a importância de abordagens mais eficazes e inclusivas durante a orientação dos calouros para garantir uma experiência universitária informada e acessível a todos.

Neste contexto, para Lima, Malange e Barbosa (2015), essa trajetória histórica da UNEMAT revela que, no que diz respeito ao acesso e ingresso, essa instituição de educação superior tem desempenhado um papel fundamental no cumprimento da missão de democratização. Ao longo do tempo, a instituição tem se dedicado a atender a uma população diversificada, respondendo de maneira significativa às demandas sociais e regionais do estado. Essa abordagem de democratização reflete o compromisso da Universidade em proporcionar oportunidades educacionais a uma ampla gama de estudantes, contribuindo para a inclusão e a promoção da diversidade. Ao atender às demandas específicas da sociedade e das diferentes regiões do estado, a UNEMAT desempenha um papel relevante no desenvolvimento educacional e social de seu entorno.

Assim, a instituição demonstra um comprometimento histórico em promover a democratização da educação superior, refletindo uma constante adaptação às mudanças sociais e regionais, a fim de cumprir sua missão educacional de forma abrangente e inclusiva. Mas tendo em vista, pelos diálogos dos estudantes essa é uma realidade que ainda está em processo de aprimoramento, pois, atender certas demandas relacionadas ao ingresso a educação superior, requer mais cuidado. No que tange ao acesso de políticas de acesso as ações afirmativas para os estudantes deficientes, há necessidade de expor o formato como esse ingresso pode ocorrer, tanto antes do processo de ingresso, quanto no período de adaptação.

Por meio das vozes dos entrevistados, é possível perceber a carência em relação ao

conhecimento dos dados relacionados as políticas de permanência, haja vista que a discussão dessas políticas, pode contribuir com o acesso e a permanência desses estudantes na universidade. É importante, portanto, apresentar as possibilidades que são disponibilizadas a esse público, de modo a aperfeiçoar os atendimentos e apresentar com clareza e eficiência esses direitos que muitos ainda não conhecem, como evidenciado na fala do ***Estudante 03 BCC***, ao ser questionado sobre essa busca por sites e outros recursos.

Deste modo, se torna imprescindível que a universidade disponha de cursos voltados à capacitação de seus profissionais para auxiliar esses acadêmicos a buscar os direitos e recursos que lhes são garantidos. Pois, se o acadêmico não fizer e não instigar, esse acesso acaba ficando em segundo plano, devido as múltiplas demandas da instituição.

Dessa forma, é pensado que se houver possibilidades de informar esses ingressantes no ato da matrícula, na semana de calouros, ou nos eventos acadêmicos direcionados aos semestres iniciais, o acesso e permanência desses estudantes se tornaria mais efetivo, ao passo que essa consciência de direitos viabilizaria condições para a mudança dessa realidade.

Ao prosseguir com a entrevista, foi perguntado aos acadêmicos se campus da UNEMAT/Cáceres realiza ações afirmativas sobre a política de acesso e permanência de acadêmicos deficientes na educação superior. As respostas dos acadêmicos indicam diferentes percepções em relação às ações afirmativas sobre a política de acesso e permanência de estudantes com deficiência na UNEMAT/Cáceres.

A ***Estudante 01 L*** expressa frustração ao afirmar que, infelizmente, não há ações afirmativas eficazes no campus. Ela destaca a falta de informações diretas sobre direitos e recursos e a interpretes, segundo o atendimento educacional especializado, oferecido pela Educação especial e independe de ações afirmativas, é uma modalidade de educação. Então durante a semana dos calouros, deve-se passar essa pauta já apresentada na pergunta passada.

> ***Estudante 01 L:*** *Não, infelizmente não. Muito difícil.*
> ***Mestranda:*** *Na semana dos calouros, você teve acesso a essas políticas públicas, eles te explicaram que você tinha direito a intérprete, que você teria direito a algumas, alguns mecanismos, né, para poder auxiliar na sua vida acadêmica?*
> ***Estudante 01 L:****Não, não tive informação****.*** *(Estudante 01 L, 2023).*

Assim, como relata ***Estudante 01 L,*** que durante a semana dos calouros, não houve acesso a informações sobre as políticas públicas relacionadas aos seus direitos como estudante com deficiência. Ela afirma que não foi informada sobre a possibilidade de ter um intérprete ou outros mecanismos que poderiam auxiliar em sua vida acadêmica, mesmo tendo deficiência

auditiva. Essa falta de informação destaca uma lacuna na comunicação e divulgação das políticas de inclusão e acessibilidade na UNEMAT/Cáceres, evidenciando a importância de melhorar os processos de orientação e divulgação dessas informações para garantir uma experiência mais inclusiva aos estudantes com deficiência.

Já ***Estudante 02 L,*** acredita que, para alunos com deficiência, pode haver ações afirmativas, especialmente se a universidade estiver ciente das necessidades individuais. No entanto, ela ressalta a importância de conhecer a deficiência de cada aluno para implementar medidas específicas.

> *Olha, na questão dos alunos que são PCDs, eu acredito que sim. Assim, é diferente dos que não são, né? Se eles tiverem conhecimento da deficiência de cada um eu acredito que teriam sim. (Estudante 02 L, 2023).*

Ela acredita que a UNEMAT/Cáceres realiza ações afirmativas para alunos com deficiência. Ela destaca a diferença entre alunos com e sem deficiência, sugerindo que, se a universidade estiver ciente das necessidades individuais de cada estudante com deficiência, provavelmente teria medidas afirmativas em vigor. Essa percepção destaca a importância de um entendimento detalhado das necessidades específicas dos estudantes com deficiência para a implementação efetiva de ações afirmativas, reforçando a importância da individualização dessas práticas para garantir a inclusão e acessibilidade adequadas.

Nas vozes de ***Estudante 05 BLCB,*** que destaca a falta de apresentação de informações, inclusive na semana dos calouros, sugerindo que as ações afirmativas são recentes e ainda pouco divulgadas. Ele indica que o acesso pode não ser para todos. Já ***Estudante 04 BE*** revela não ter conhecimento sobre a existência de ações afirmativas na UNEMAT/Cáceres, mencionando que essa é a primeira vez que tem contato com alguém interessado no assunto.

> ***Estudante 05 BLCB****: Não, infelizmente não. [...] Nunca apresentaram, recentemente que começaram a apresentar, mas eles apresentam de forma muito sutil. Então esse acesso, ele não é para todos. (Estudante 05 BLCB, 2023)*
> ***Estudante 04 BE:*** *Na verdade, não consigo imaginar, [...] na verdade é na sua pesquisa, a primeira vez em que tenho contato com essa temática. [...] acho que falta incluir mais pessoas com essas características, porque no meio Universitário a gente não tem conhecimento. Ë a primeira vez que eu vejo uma pesquisa sobre esse assunto. (Estudante 04 BE, 2023)*

As ideias do ***Estudante 05 BLCB*** e da ***Estudante 04 BE*** destaca a falta de informação e conscientização em relação a questões de inclusão.

Estudante 05 BLCB, expressa descontentamento ao afirmar que, até recentemente, que

a UNEMAT não eram apresentadas de maneira adequada durante a recepção aos calouros. Ele menciona que, quando começaram a abordar o tema, foi feito de maneira sutil. Isso sugere uma deficiência na divulgação e explicação dessas políticas.

Ele ressalta que "*esse acesso não é pra todos*" sugere que as informações sobre as políticas de acesso podem não ser acessíveis ou compreensíveis para todos os estudantes. Isso indica a necessidade de uma abordagem mais aberta e abrangente para garantir que todos os alunos tenham acesso adequado às informações.

Estudante 04 BE, por sua vez, revela que a pesquisa é a primeira vez em que ela tem contato com a temática, para pessoas com deficiência na universidade.

Ela destaca a falta de conhecimento sobre o assunto no meio universitário, sugerindo que o tema não é amplamente discutido ou abordado.

A observação da ***Estudante 04 BE*** de que "*acho que falta incluir mais pessoas com essas características*" destaca a necessidade de uma inclusão mais efetiva e conscientização sobre as políticas de permanência. Essa falta de conhecimento ressalta a importância de abordar essas questões de forma mais abrangente na universidade.

As vozes dos entrevistados apontam para desafios na comunicação e divulgação efetiva das políticas de permanência na UNEMAT, bem como a falta de conscientização e conhecimento entre os estudantes. Isso destaca a importância de iniciativas mais claras e abrangentes para garantir uma compreensão adequada e promover um ambiente inclusivo na universidade.

Já o ***Estudante 03 BCC*** menciona sobre esse questionamento, que a pesquisa prévia sobre políticas públicas para identificar pessoas com deficiência e propõe a implementação de pulseiras facultativas para identificação. Ele destaca a realização de palestras sobre o tema na universidade.

> ***Mestranda:*** *Você já pesquisou sobre as políticas públicas?*
> ***Estudante 03 BCC:*** *Já. Eu estava vendo uma coisa que tinha sido incluído antes de fazer vestibular, que era para identificar pessoas PCDs e que era especial para pessoas com autismo. Ah! Aí eu estava até vendo com o professor Leandro que trabalha comigo na Pró-Reitoria, que se a gente conseguia implementar uma espécie de pulseira para pessoas assim, só que ia ser totalmente facultativo quem quisesse usar (Estudante 03 BCC, 2023).*

O entrevistado demonstra um interesse prévio em políticas públicas, especificamente aquelas relacionadas à identificação de pessoas com deficiência, especialmente autismo, pois ele é diagnosticado com o TEA. Sua proposta de pulseiras como meio facultativo de identificação sugere uma preocupação com a inclusão e a busca por soluções práticas, e

demonstra uma preocupação em identificar e atender as especificidades de quem precisa. Logo, analisando as propostas, podemos ver que ele se empenha em buscar melhorias para o cotidiano na universidade.

E sabemos que ideias como essa, devem ser baseadas e executadas de acordo com as políticas de permanência, tendo ligação as essas especificidades de cada indivíduo. ***Estudante 03 BCC***, ao propor a ideia de pulseiras para identificação facultativa, destaca uma iniciativa potencialmente inclusiva, mas também indica que essa proposta está em um estágio inicial. A realização de palestras sobre o tema é mencionada como uma prática existente, mas a eficácia dessas ações para garantir o acesso e permanência dos estudantes com deficiência ainda é uma consideração importante.

Ao prosseguir com a entrevista, ***Estudante 03 BCC*** menciona sobre seu estágio realizado na Pró-Reitoria.

> ***Mestranda:*** *Deixa-me te perguntar, esse estágio ele é ligado à universidade ou não?*
> ***Estudante 03 BCC:*** *Bom, de certa forma é, só que não é aquele estágio obrigatório que a gente faz, É o estágio que eu entrei. (Estudante 03 BCC, 2023).*

O fato do ***Estudante 03 BCC*** mencionar que o estágio que ele está realizando está de certa forma ligado à universidade, embora não seja obrigatório, pode ter uma relação significativa com o fato de ele ter o TEA. Ao afirmar que o estágio está ligado à universidade, ***Estudante 03 BCC,*** destaca uma conexão direta entre sua experiência acadêmica na UNEMAT e sua atividade profissional. Essa conexão pode ser particularmente valiosa para alguém com TEA, pois oferece uma oportunidade para aplicar na prática os conhecimentos adquiridos durante seus estudos.

E ao mencionar que é o estágio que ele escolheu entrar, pode estar enfatizando a importância da autonomia na seleção de atividades profissionais. Para indivíduos com TEA, que podem ter preferências e desafios específicos, essa autonomia na escolha de atividades pode ser importante para seu sucesso e adaptação no ambiente profissional.

O ***Estudante 03 BCC,*** revela não apenas uma conexão prática entre sua experiência acadêmica e profissional, mas também destaca elementos importantes, como escolha consciente, autonomia e adaptação, que podem ter relevância especial no contexto do TEA. Essa interligação entre a experiência acadêmica e esse processo de permanência na universidade. Isso contribui positivamente para o desenvolvimento e a inclusão de ***Estudante 03 BCC,*** no ambiente universitário e profissional, que ao ser questionado sobre o as políticas apresenta sua

perspectiva positiva.

> ***Mestranda:*** *O campus da UNEMAT de Cáceres realiza ações afirmativas sobre política de acesso e permanência para os acadêmicos?*
> ***Estudante 03 BCC:*** *Acredito que sim. Eu não vou poder afirmar isso porque eu não sou uma pessoa tão ligada a esse tipo de coisa, só que direto existem aquelas palestras que valem certificado e daí falam sobre bastante essas questões. É o que mais tem. (Estudante 03 BCC, 2023).*

O entrevistado indicou que, embora ele não esteja profundamente envolvido em questões relacionadas às ações afirmativas da UNEMAT/Cáceres, ele tem consciência de algumas práticas, especialmente as palestras que abordam essas questões. A resposta de ***Estudante 03 BCC,*** destaca uma percepção positiva das ações afirmativas na UNEMAT/Cáceres, com um reconhecimento da realização de palestras como uma ferramenta de conscientização. Essa consciência é fundamental para criar um ambiente inclusivo e para incentivar a participação dos estudantes nas discussões sobre acesso e permanência na universidade.

E fica evidente que as informações relacionadas as políticas de acesso e as ações afirmativas, estão ligadas a como esses alunos recebem em seu primeiro contato com a universidade. Alguns relatam ter mais facilidade a essas informações, já outros tiveram pouco acesso.

Essas respostas evidenciam a diversidade de percepções dos acadêmicos em relação às ações afirmativas na universidade, destacando a necessidade de melhorias na divulgação e implementação dessas políticas para garantir uma inclusão mais efetiva de estudantes com deficiência.

As vozes revelam desafios e lacunas na implementação e divulgação de ações afirmativas para estudantes com deficiência na UNEMAT/Cáceres. A falta de informação durante a semana dos calouros e a percepção de que as ações afirmativas são recentes e pouco divulgadas destacam a necessidade de aprimorar os mecanismos de comunicação e conscientização sobre essas políticas.

As respostas indicam uma oportunidade para a universidade fortalecer suas ações afirmativas, promovendo uma abordagem mais abrangente e informada para garantir que todos os acadêmicos, independentemente de suas condições, tenham acesso igualitário e suporte adequado para uma experiência universitária inclusiva. Em relação a esse processo relacionado a democratização da educação superior, Lima, Malange e Barbosa (2015) salientam que:

> Pensando na efetivação da democracia participativa através das políticas, o conceito

> de democratização a ser concebido deve ser o do exercício da democracia que vincula as ações, programas e políticas não apenas a igualdade de oportunidades, mas às condições efetivas dos sujeitos e a valorização das diferenças sociais, econômicas, étnico-raciais para pensar a igualdade.

Essa abordagem sobre a efetivação da democracia participativa no contexto das políticas de inclusão de pessoas com deficiência (PCD), destaca a importância de uma democracia participativa, sugerindo que a concepção de democratização deve ir além da simples oferta de oportunidades iguais. Isso implica envolver ativamente os cidadãos nas decisões políticas e nas ações que impactam suas vidas. Então, essas atividades acadêmicas devem propor esse movimento necessário para conduzir os calouros a conhecerem e se inteirar diante dos aspectos que envolvam as políticas de acesso e permanência voltadas para o público PCDs.

Desta forma, as ações, programas e políticas de inclusão não devem ser apenas teoricamente orientados para a igualdade de oportunidades. Em vez disso, devem estar vinculados às condições reais enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Isso sugere uma abordagem mais pragmática e orientada para resultados.

Essa relação está ligada ao conceito de igualdade, que deve ser cuidadosamente pensado. Isso sugere que a busca pela igualdade não deve ser apenas uma ideia abstrata, mas algo que precisa ser planejado considerando as circunstâncias específicas e desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência.

As políticas de inclusão de pessoas com deficiência, através dessa abordagem, vá além de simplesmente proporcionar oportunidades iguais. Elas devem levar em consideração as condições reais das PCDs, promovam a equidade e valorizem a diversidade social, econômica e étnico-racial. Essa perspectiva contribui para um entendimento mais abrangente e eficaz das políticas de inclusão.

A seguir com a entrevista, foi perguntado aos acadêmicos se recebem atendimento especializado (ledor, intérprete de libras, acompanhante) para a realização das atividades na universidade nas aulas e extraclasse e, assim, compreender como são atendidas essas políticas de acesso, tanto para os ingressantes, quanto ao processo de permanência e finalização do curso.

As informações fornecidas por ***Estudante 01 L,*** destacam a importância do suporte que ela recebe na universidade, especialmente em relação ao intérprete para linguagem surda.

> *Sim, eu recebo a ajuda de um intérprete. [...] Eles me ajudavam nos processos de tradução, mas eu também tive que me esforçar bastante, porque não era tudo que passavam, que eu conseguia entender (Estudante 01 L, 2023).*

Estudante 01 L, recebe assistência de um intérprete, o que é necessário para acompanhar as aulas e atividades. Esse suporte é essencial para garantir que ela possa participar

ativamente das atividades acadêmicas.

A entrevistada menciona receber ajuda nos processos de tradução de livros. No entanto, ela destaca que teve que se esforçar bastante, indicando que mesmo com suporte, alguns desafios podem persistir. Ela menciona que o apoio do intérprete não foi imediato e às vezes começava atrasado no semestre.

> ***Mestranda:*** *Desde quando você ingressou, você sempre teve o apoio do intérprete?*
> ***Estudante 01 L:*** *Sempre não. Demorou pouquinho, às vezes começava atrasado o semestre (Estudante 01 L, 2023).*

Isso destaca a importância de uma resposta rápida e consistente para atender às necessidades dos acadêmicos. ***Estudante 01 L,*** expressa a relevância significativa do intérprete, enfatizando que a função de auxiliá-la nas aulas e atividades foi vital para acompanhamento contínuo, bem como, a importância de ajudar esse processo. Essa perspectiva fornece uma visão valiosa sobre a experiência específica da realidade da acadêmica, e destaca a importância do suporte personalizado para garantir uma participação efetiva na vida acadêmica.

> ***Mestranda:*** *Você acredita que é importante ter esse auxílio?*
> ***Estudante 01 L:*** *Sim, muito importante, principalmente o interprete, que tem a função do interpretar as aulas, as atividades do capítulo são muito importantes para nós, para nos acompanhar sempre. (Estudante 01 L, 2023).*

Ela expressa claramente a importância vital do auxílio que recebe, destacando especificamente o papel do intérprete. Ao reconhecer a relevância do auxílio que recebe, indicando que é "*muito importante*" para ela. Essa ênfase sugere que o suporte é fundamental para seu envolvimento e desempenho acadêmico. Essa importância do intérprete, enfatiza que esse profissional desempenha um papel essencial ao interpretar aulas e atividades do capítulo. Isso demonstra como o intérprete é um elo importante para que ela possa acompanhar e compreender o conteúdo acadêmico.

Estudante 01 L, menciona que o intérprete é importante "*para nos acompanhar sempre*", ao ressaltar que a necessidade de um suporte contínuo ao longo do tempo. Isso sublinha a importância de uma assistência constante para enfrentar os desafios acadêmicos. Essa resposta evidencia a dependência que a acadêmica tem em receber assistência para uma participação efetiva e destaca a função vital do intérprete em seu percurso acadêmico.

Estudante 03 BCC, compartilha sua experiência anterior ao frequentar a psicóloga na universidade. Ele menciona que já frequentou atendimentos com a psicóloga na universidade, indicando que havia anteriormente esse suporte psicológico disponível para os alunos,

incluindo ele próprio.

> ***Estudante 03 BCC:*** *Já frequentei a psicóloga quando tinha ainda e eu ia algumas vezes na semanas lá e estava progredindo bastante só que uma pena que não tem mais (Estudante 03 BCC, 2023).*

Ele relata que estava "*progredindo bastante*" durante o período em que utilizava os serviços da psicóloga. Isso sugere que o suporte psicológico estava contribuindo positivamente para o seu bem-estar e desenvolvimento. Ainda afirma que o atendimento foi retirado, indicando que, por algum motivo, esse serviço não está mais disponível para ele e outros estudantes. Sua esperança de que o atendimento psicológico seja retomado no futuro. ***Estudante 03 BCC,*** menciona que a falta desse serviço é específica para seu campus, mas ele acredita que o cargo será preenchido eventualmente, embora não tenha certeza sobre a data.

> ***Mestrado:*** *E aí eles retiraram esse atendimento? E eles têm uma previsão de voltar? Eles têm algum tipo de acesso, alguma política para poder voltar esse atendimento?*
> ***Estudante 03 BCC:*** *Bom, é uma política que ainda é implementada em todos os campos, até onde eu tenho conhecimento Só aqui que a gente está sem atendimento, por enquanto, mas eu acredito que possivelmente logo esse cargo já vai ser preenchido. Mas eu também não vou saber dizer quando (Estudante 03 BCC, 2023).*

E através desse dialogo, a valorização do psicólogo na universidade para PCDs é fundamental para proporcionar um ambiente acadêmico inclusivo e apoiador. O papel do psicólogo vai além do aspecto clínico, envolvendo uma abordagem holística que considera as necessidades emocionais, psicológicas e sociais dos estudantes PCDs.

O psicólogo desempenha um papel fundamental no fornecimento de apoio emocional e psicológico. Muitos estudantes PCDs podem enfrentar desafios únicos, como lidar com estigmas, adaptações acadêmicas e a transição para o ambiente universitário. O suporte do psicólogo contribui para o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos estudantes PCDs. Isso inclui ajudar a enfrentar desafios específicos, promover a autoestima e fornecer estratégias para superar obstáculos relacionados ao aprendizado.

Ao trabalhar em colaboração com outros profissionais da área de educação, o psicólogo contribui para a criação de um ambiente acadêmico acessível. Isso se traduz em igualdade de oportunidades, garantindo que os estudantes PCDs tenham acesso a recursos adequados para alcançar seu pleno potencial acadêmico. Então, essa colaboração deve ser contínua no atendimento para os acadêmicos deficientes.

Os depoimentos de ***Estudante 02 L***, ***Estudante 05 BLCB*** e ***Estudante 04 BE,*** apresentam que não possuem auxilio de profissionais para PCDs. ***Estudante 02 L,*** afirma que

não recebe esse tipo de auxílio, mas reconhece a importância para aqueles que necessitam. Essa posição destaca a necessidade de uma abordagem personalizada, reconhecendo que nem todos os estudantes PCDs requerem o mesmo tipo de suporte.

> ***Estudante 02 L****: Não recebo esse auxilio.*
> ***Mestranda:*** *Mas você, como uma pessoa que faz parte do grupo dos PCDs, você acredita que é importante ter esse auxílio? Aqueles que necessitam?*
> ***Estudante 02 L****: Sim, os que necessitam é muito importante, eu acho que sim (Estudante 02 L, 2023).*

Já ***Estudante 05 BLCB,*** relata que não recebe atendimento com a psicóloga, embora tenha tentado. No entanto, ele expressa claramente acreditar na importância desse acompanhamento para o desenvolvimento acadêmico do aluno. Essa percepção destaca a demanda por serviços psicológicos e a valorização desse suporte.

> ***Estudante 05 BLCB:*** *Não, não recebo. [...] já tentei, mas até hoje não tenho tido nenhum chamado para ir atendido até o momento.*
> ***Mestranda:*** *Você acredita que esse, por exemplo, a psicóloga, você acredita que esse acompanhamento ele é importante para o desenvolvimento acadêmico do aluno?*
> ***Estudante 05 BLCB:*** *Sim, total, com toda certeza (Estudante 05 BLCB, 2023).*

Quanto a ***Estudante 04 BE,*** assim como os outros entrevistados, também não recebe atendimento profissional para PCDs. Ela não explicita sua opinião sobre a importância desse acompanhamento, mas a falta de acesso a esse recurso pode indicar uma necessidade não atendida.

Essas respostas destacam a diversidade de necessidades e experiências dos estudantes em relação ao suporte especializado na universidade. Enquanto alguns reconhecem a importância do auxílio, outros indicam a falta desse suporte em suas experiências. Essas informações são cruciais para avaliar a eficácia das políticas de acessibilidade e inclusão da universidade. Além disso, eles ressaltam a importância de uma abordagem inclusiva que reconheça as necessidades individuais e forneça recursos adequados para promover o bem-estar emocional e o desenvolvimento acadêmico desses estudantes.

Assim, é notável o papel da educação inclusiva, destacando a importância da política nacional de educação especial (2008) na perspectiva da educação superior. Nesse contexto, a presença e o auxílio de profissionais como ledores, intérpretes e psicólogos são fundamentais para promover a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A educação especial é apresentada como parte integrante da proposta pedagógica da

escola, direcionada ao público-alvo mencionado. Haja vista que essa abordagem busca articular a atuação da educação especial com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

Essas políticas de inclusão são importantes para esses estudantes com deficiência, como aqueles que têm impedimentos de longo prazo, seja de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e que, em interação com diversas barreiras, podem ter sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade restrita.

Além disso, a política nacional da educação especial na perspectiva da PNEEPEI (2008), destaca-se a importância de não limitar a definição do público-alvo a uma mera categorização, reconhecendo que as pessoas estão em constante transformação e modificação. Isso implica a necessidade de uma atuação pedagógica dinâmica, voltada para alterar situações de exclusão e enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem desses acadêmicos.

Cerne que a presença de profissionais como ledores, intérpretes e psicólogos na educação superior torna-se necessário para garantir o apoio necessário aos alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo um ambiente inclusivo e propício ao desenvolvimento acadêmico e pessoal de todos. Esses profissionais desempenham papéis essenciais na implementação de estratégias pedagógicas adaptadas e na promoção de um ensino que atenda às diversas necessidades dos estudantes.

Ao avaliar a eficácia das políticas de inclusão em uma instituição de educação superior, a análise da estrutura física desempenha um papel fundamental. Nesse contexto, é importante compreender até que ponto a estrutura da universidade possibilita a inclusão dos alunos em diferentes espaços, como bibliotecas, salas de aula, secretarias e departamentos. A acessibilidade desses ambientes é essencial para assegurar a participação plena e efetiva de todos os acadêmicos, independentemente de suas habilidades ou limitações. Diante disso, a próxima pergunta aos entrevistados que foi colocada é: A estrutura física da instituição possibilita esse processo de inclusão dos alunos nas dependências da Universidade (biblioteca, salas de aulas, secretarias, departamentos entre outros espaços)? Presenciou ou passou por situações em que essa estrutura física atrapalhou de certa forma? Você acredita que a universidade está bem estruturada para atender todos os tipos de deficiências, inclusive nas salas, com materiais que atendem as especificidades de cada acadêmico? Essa análise crítica contribuirá para a reflexão sobre a efetividade das medidas adotadas pela instituição na promoção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Estudante 01 L expressa uma preocupação válida em relação à acessibilidade na

universidade. Ela destaca a percepção de que ainda há lacunas a serem preenchidas nesse aspecto. A questão levantada pela entrevistada, aponta para a importância de uma estrutura universitária que seja verdadeiramente inclusiva, atendendo adequadamente às necessidades de todos os tipos de deficiência.

> ***Estudante 01 L:*** *Não, acho que ainda falta acessibilidade.*
> ***Mestranda:*** *Você acredita que a universidade está bem estruturada para atender todos os tipos de deficiência, inclusive as salas, com materiais que atendam as especificidades, subjetividades de cada acadêmico?*
> ***Estudante 01 L:*** *Acho que nesse aspecto é normal, mas precisa melhor (Estudante 01 L, 2023).*

A preocupação específica sobre as salas de aula e os materiais utilizados destaca a necessidade de uma abordagem mais individualizada, considerando as especificidades e subjetividades de cada acadêmico. A busca por uma melhoria nesse sentido destaca a importância de uma infraestrutura que não apenas cumpra os requisitos básicos de acessibilidade, mas que também seja sensível às necessidades individuais, proporcionando um ambiente de aprendizado verdadeiramente inclusivo. Essa reflexão feita por ***Estudante 01 L,*** ressalta a necessidade contínua de avaliação e aprimoramento das instalações e recursos universitários para garantir que todos os acadêmicos tenham igualdade de oportunidades em sua jornada educacional.

Para ***Estudante 02 L,*** destaca a importância da acessibilidade para alunos cadeirantes, identificando uma área específica que necessita de melhorias: os banheiros adaptados. Ela expressa incerteza sobre a presença desses banheiros nas instalações da universidade, indicando que a atenção a esses detalhes pode não ser suficientemente considerada. No entanto, ***Estudante 02 L***, reconhece aspectos positivos, como a amplitude, climatização e iluminação adequada no restante do edifício universitário, que poderiam permitir que alunos cadeirantes se organizem efetivamente.

> *Sim, acredito que o que falta para aluno cadeirante seria banheiro adaptado, eu não sei se ali tem, eu nem prestei atenção, mas na questão do resto do edifício da escola, da universidade, eu acho que sim, daria para o cadeirante se organizar, porque só o espaço é muito amplo, bem climatizado, bem iluminado. Agora, essa questão do banheiro, eu acho que ele está de pouco melhor. Eu não me lembro se tinha o nosso grupo, aqui na nossa escola não tem esse banheiro adaptado. Se preparam os cadeirantes que tem esse banheiro sejam mais amplos, a porta ampla, para eles poderem entrar, melhores condições de acesso a esses espaços. (Estudante 02 L, 2023).*

A preocupação com a acessibilidade dos banheiros ressalta a importância de garantir

que todos os espaços da universidade estejam equipados para atender às necessidades específicas de diferentes tipos de deficiência. O apelo por banheiros adaptados com portas mais amplas e condições de acesso melhoradas evidencia a necessidade contínua de adaptações estruturais para criar um ambiente verdadeiramente inclusivo. Essa observação prática de ***Estudante 02 L,*** destaca a importância de considerar detalhes específicos para proporcionar uma experiência universitária acessível e igualitária para todos os estudantes.

Quanto ***Estudante 03 BCC***, compartilha uma perspectiva mista sobre a acessibilidade na universidade. Ele reconhece alguns esforços, como a presença de rampas para acessibilidade em determinadas áreas e a existência de banheiros adaptados. No entanto, ele destaca desafios específicos, como a falta de acessibilidade em prédios específicos, como o curso de contábeis, onde a presença de escadas representa uma barreira.

> *Sim, sim. Pelo que eu tenho visto, sim, mas não tão bom quanto poderia ser. Mas eu diria que o trabalho até que é bem feito, por assim dizer, que, por exemplo, tem a escada lá para subir o segundo andar e você tem a rampa do lado. Sim. E agora, por exemplo, estou sentindo falta de ficar aqui nessa sala, mas naquele prédio que a gente está lá é rolo de escada, assim. Então, Lá não tem como. E no curso lá de contábeis. (Estudante 03 BCC, 2023).*

O relato de ***Estudante 03 BCC,*** também destaca situações em que a estrutura física da universidade impactou negativamente a experiência dos estudantes. Ele menciona a transferência de aulas para uma sala desconfortavelmente quente e a dificuldade enfrentada por uma colega que precisou de socorro e encontrou obstáculos na locomoção com a maca, mesmo com a presença de uma rampa.

> ***Mestranda:*** *Você conhece alguém que tem problemas físicos? Baixa mobilidade?*
> ***Estudante 03 BCC:*** *No curso não, mas eu vejo gente direto na reitoria quando eu estou estagiando. Então, tipo, lá por exemplo, que é lugar mais aberto, assim, não tem escadas para subir, eu não vejo eles tendo esse tipo de dificuldade. Mas é claro, dificuldade de mobilidade, tem os banheiros também adaptados.*
> ***Mestranda:*** *Você já presenciou alguma situação em que a estrutura física atrapalhou, de certa forma, as pessoas, por exemplo, estudarem, participarem de algum evento aqui dentro da universidade?*
> ***Estudante 03 BCC:*** *Já. Principalmente quando eu entrei, eles transferiram todo o primeiro semestre, basicamente não, o curso inteiro eu lembrei agora, para uma sala que estava muito quente para fazer uma palestra ali. Aí essa foi a primeira vez. Isso geralmente costuma acontecer bastante, essa coisa de ter o calor e muita gente amontoada. Mas eu também já vi caso de uma menina que precisou ser socorrida, que ela estava no segundo andar e quando ela foi descendo com a maca para chegar na ambulância teve uma dificuldade enorme, mesmo com a rampa (Estudante 03 BCC, 2023).*

O entrevistado relata que, embora não conheça colegas de curso com problemas físicos ou baixa mobilidade, ela frequentemente observa pessoas com essas condições na reitoria, onde desenvolve seu estágio. Ela destaca que, nesse local mais aberto, não há escadas para subir, o que parece facilitar a locomoção dessas pessoas. No entanto, ela reconhece que ainda há desafios relacionados à mobilidade, mesmo com a presença de banheiros adaptados.

Quando questionado sobre situações em que a estrutura física da universidade tenha atrapalhado as pessoas em seus estudos ou participação em eventos, a entrevistada menciona uma experiência pessoal. Ela recorda um episódio em que todo o primeiro semestre do curso foi transferido para uma sala quente durante uma palestra. Essa situação, caracterizada pelo calor e pela aglomeração, foi percebida como um obstáculo para a participação efetiva. Além disso, ela relata um incidente envolvendo uma estudante que precisou ser socorrida no segundo andar, enfrentando dificuldades mesmo com a presença de uma rampa.

Essas narrativas destacam os desafios enfrentados por membros da comunidade universitária em relação à infraestrutura física, evidenciando a necessidade de melhorias para garantir uma experiência mais inclusiva e acessível para todos.

> ***Mestranda:*** *Você acredita que a universidade está bem estruturada para atender todos os tipos de deficiência? Inclusive nas salas, materiais que atendem a cada especificidade de cada tipo de deficiência, de transtorno que existe aqui dentro da universidade?*
> ***Estudante 03 BCC:*** *acredito que não e que para conseguir suprir todos esses tipos de problemas e transtornos acho que vai demorar muitas décadas, por assim dizer, porque se for abranger tudo ia ter que ter intérpretes, ia ter que ter pessoas especializadas naquela área, contratadas, aí tem toda a questão da burocracia, do dinheiro, salário, aí vai ter aquela questão de vai compensar fazer isso. Porque é a margem dos alunos que vai precisar dessa coisa. Talvez não compense para a própria universidade (Estudante 03 BCC, 2023).*

A visão de ***Estudante 03 BCC,*** sobre a universidade estar bem estruturada para atender todos os tipos de deficiência é cética. Ele aponta a necessidade de recursos especializados, como intérpretes e profissionais capacitados, destacando preocupações sobre burocracia, custos e a viabilidade prática de atender a diversas necessidades. Essa visão sublinha a complexidade e desafios envolvidos na criação de uma infraestrutura universitária verdadeiramente inclusiva.

Para ***Estudante 05 BLCB***, destaca que, pessoalmente, não enfrenta muitas dificuldades em relação à estrutura física da universidade em decorrência de seus próprios transtornos. No entanto, ele observa que a dificuldade é mais evidente para aqueles com outros tipos de transtornos, especialmente para pessoas com deficiências mais acentuadas, como cegueira ou

baixa visão. Ele ressalta a falta de acesso adequado para pessoas cegas, com baixa visão e surdos-mudos, destacando a escassez de atendimento eficaz para esses grupos.

> ***Estudante 05 BLCB:*** *No meu caso sim, em relação à estrutura física, para as minhas capacidades, para os meus transtornos, não tem tanta dificuldade. Eu vejo isso mais na dificuldade de outros transtornos e, claro, principalmente o acesso a pessoas que têm alguma deficiência mais, como é que eu vou dizer, mais forte, mais caracterizada. Exemplo, não tem bom acesso para pessoas cegas, não tem bom acesso para pessoas com baixa visão, dificilmente você vai encontrar alguém que sabe ler em libras e sabe interpretar libras, seja na coordenação, seja fora da coordenação, caso se for aluno com algum desses tipos de deficiência, muito dificilmente, apenas na parte do pessoal com baixa visão que vai conseguir ter bom atendimento, mas a pessoa que é mudo-surdo, dificilmente vai ter ótimo atendimento (Estudante 05 BLCB, 2023).*

Ao ser questionado sobre situações em que pessoas com deficiência visual, auditiva ou física tiveram problemas relacionados à estrutura física da universidade, relata ter presenciado essas situações em mais de uma ocasião. Ele menciona colegas de curso com baixa visão que enfrentam dificuldades, como placas ilegíveis ou acessos pouco claros.

> ***Mestranda:*** *Você já presenciou alguém com algum tipo de deficiência visual ou auditiva ou física, que teve algum problema relacionado à estrutura física da universidade para ter esse acesso?*
> ***Estudante 05 BLCB:*** *Já e não só uma vez, foi mais de uma vez. Na verdade, tem outras, acho que duas ou três colegas do curso que também são deficientes, possuem baixa visão e muitas vezes, assim, elas têm certas dificuldades. Às vezes é uma placa que eu não consigo ler, é algum acesso que eu não consigo enxergar, que não consegue entender.*
> ***Mestranda:*** *Essas duas acadêmicas do qual você cita elas têm atendimento?*
> ***Estudante 05 BLCB:*** *Uma que eu saiba tem sim o atendimento, tem a ledora para ela. A outra não tem. A outra até onde eu saiba, é momento que eu sabia, não sei se hoje ela tem por que eu já estou pouco mais afastado do curso. (Estudante 05 BLCB, 2023).*

Quando questionado sobre se essas acadêmicas recebem atendimento adequado, ***Estudante 05 BLCB,*** informa que uma delas tem um serviço de leitura (ledora) disponibilizado para auxiliá-la. No entanto, ele indica que a situação varia entre os estudantes, e menciona a falta de informações atualizadas sobre o suporte disponível para a outra colega.

As narrativas de ***Estudante 04 BE***, evidenciam desafios significativos relacionados à acessibilidade para pessoas com diferentes tipos de deficiência na universidade, indicando a necessidade de melhorias contínuas para garantir um ambiente mais inclusivo e adaptado.

Enfermagem, relata que nunca presenciou nenhum estudante com deficiência na universidade em relação à locomoção. Essa percepção sugere a possibilidade de que a presença de pessoas com deficiência na instituição seja limitada, pelo menos no âmbito da observação

dela.

> ***Estudante 04 BE:*** *Em relação à locomoção na universidade? Isso? Não, nunca vi nenhum deficiente na universidade (Estudante 04 BE, 2023).*

É importante notar que a ausência de observação direta não implica necessariamente que não existam estudantes com deficiência na universidade. Pode ser que a visibilidade dessas pessoas não seja alta ou que a comunidade acadêmica não esteja totalmente ciente da presença de estudantes com deficiência. Isso destaca a importância de promover ambientes inclusivos e conscientizar a comunidade sobre a diversidade de experiências e necessidades dos estudantes, independentemente de suas condições físicas.

A PNEEPEI (2008), destaca a necessidade de repensar a estrutura física e os espaços de inclusão nas instituições educacionais diante dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos. Essa reflexão aponta para uma transformação não apenas estrutural, mas também cultural, nas instituições de ensino. A mudança proposta vai além da simples adaptação de instalações; ela exige uma revisão profunda da forma como a instituição de ensino compreende e abraça a diversidade de necessidades dos acadêmicos.

No âmbito estrutural, isso implica na criação e adaptação de espaços físicos que atendam às especificidades de todos os estudantes. Isso inclui garantir acessibilidade para pessoas com deficiência, proporcionar ambientes que acomodem diferentes estilos de aprendizado e considerar as necessidades individuais de cada universitário. A infraestrutura deve ser pensada de forma a promover a inclusão, eliminando barreiras que possam limitar o pleno desenvolvimento educacional de qualquer aluno.

Além disso, a mudança cultural destaca a importância de uma mentalidade inclusiva, na qual a diversidade é não apenas aceita, mas celebrada. Isso envolve promover uma cultura escolar que valorize as diferenças individuais, reconhecendo que cada um tem suas próprias especificidades. Os docentes, funcionários e acadêmicos devem ser sensibilizados e capacitados para acolher e apoiar colegas com diversas necessidades, contribuindo para um ambiente educacional mais acolhedor e enriquecedor.

Nesse contexto, a reflexão sobre a estrutura física e os espaços de inclusão dentro das escolas é essencial para garantir que todos os alunos tenham oportunidades equitativas de aprendizado e desenvolvimento. Essa abordagem não apenas cumpre princípios éticos de igualdade, mas também enriquece o ambiente educacional ao reconhecer e valorizar a riqueza que a diversidade traz para a comunidade escolar.

A próxima pergunta destaca a importância da acessibilidade no contexto do processo de ensino e aprendizagem na sala de aula, bem como nas interações entre acadêmicos e docentes.

Essa questão aborda a maneira como o curso se esforça para apoiar o processo de aprendizagem, oferecendo materiais e estruturas acessíveis, e como os profissionais estão envolvidos nesse processo.

No que diz respeito à acessibilidade na sala de aula, é fundamental considerar a disponibilidade de recursos adaptados, como materiais de leitura em formatos acessíveis, tecnologias assistivas e estrutura física adaptada para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Além disso, a forma como as interações ocorrem entre acadêmicos e docentes, bem como entre os próprios estudantes, é fundamental para criar um ambiente inclusivo.

Os profissionais desempenham um papel essencial nesse cenário, sendo responsáveis por facilitar o acesso aos recursos necessários, fornece suporte individualizado quando necessário e promover práticas pedagógicas inclusivas. Isso pode envolver a capacitação de docentes para lidar com a diversidade de necessidades na sala de aula, a implementação de estratégias pedagógicas flexíveis e o uso de tecnologias assistivas.

Estudante 01 L, expressa a percepção de que ainda há carência de acessibilidade em vários aspectos. Sua reflexão se volta para a preparação dos professores e docentes em lidar com alunos PCDs dentro da sala de aula. Ela indica que há essa falta, sugerindo que os educadores podem necessitar de mais informações e preparo para oferecer um suporte eficaz a alunos com deficiência.

> ***Estudante 01 L:*** *Eu acho que ainda falta mais acessibilidade em tudo. [...] na minha opinião, acho que falta, mais informação mais preparo. (Estudante 01 L, 2023)*

A preocupação levantada por ***Estudante 01 L,*** destaca a importância do treinamento e da sensibilização dos professores para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos. O preparo adequado não apenas capacitaria os educadores a proporcionar um ambiente mais inclusivo, mas também contribuiria para a promoção de uma educação equitativa e acessível. Essa observação ressalta a necessidade contínua de investimento em formação docente e aprimoramento das práticas pedagógicas para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, possam participar plenamente do processo educacional.

Estudante 02 L, compartilha suas observações sobre a presença de alunos PCDs na universidade. Ela destaca a existência de auxiliares dedicados a alunos com deficiência, fornecendo apoio em tarefas e acompanhamento até o banheiro. No entanto, ela ressalta que, na sala em que está, não tem conhecimento de alunos PCDs, exceto por uma estudante com

deficiência auditiva que tinha sua própria auxiliar.

> ***Estudante 02 L****: Quando tem aluno PCDs, ele tem um auxiliar somente para ele, para ajudá-lo nas tarefas, para levar, acompanhar até o banheiro. Agora, eu não sei se ali na Escola CEOM, tem alguém que tenha deficiência e precisa, porque na sala que eu estou, não tem. Tinha só uma moça que era muda, que ela tinha a auxiliar dela (Estudante 02 L, 2023).*

Quanto à preparação dos professores para lidar com alunos com diversas necessidades, ***Estudante 02 L,*** acredita que os professores de seu curso estão empenhados em apoiar os alunos, não apenas como instrutores, mas também como amigos. Ela destaca a compreensão e o apoio oferecidos aos alunos que enfrentam desafios pessoais, demonstrando uma atitude inclusiva por parte dos professores.

> ***Estudante 02 L:*** *Eu acho que sim, eles sempre buscam nos auxiliar, eles estão ali não só como professor, mas também como amigo. Eles olham ali a questão do aluno, porque já percebi que tiveram alunos que as vezes se afastaram por questão de doença, por questão de perda de alguém da família. E eles deram apoio, sabe? Falaram para fazer as atividades, eles são bem compreensíveis eu acredito que se tiver alguém que necessite dessa atenção, eles estão preparados para isso não 100% assim, mas 80% eles estariam sim (Estudante 02 L, 2023).*

Estudante 02 L, também aborda a acessibilidade física na universidade, reconhecendo a necessidade de melhorias, especialmente no acesso ao local onde está estudando, sendo uma escola pública localizada na cidade de Cáceres-MT, que sede o local para realização das atividades acadêmicas na UNEMAT, enquanto o prédio próprio estava em reforma. Ela menciona a importância do transporte para alunos que enfrentam dificuldades de locomoção, incluindo aqueles que são cadeirantes. A falta de transporte adequado é apontada como um fator que pode levar alguns acadêmicos a desistir do curso.

> ***Estudante 02 L:*** *Olha, no termo físico, não tem muita, não tem muita, o acesso. Sim. Eu vejo que, pelo menos ali onde nós estamos, teria que mudar pouquinho. Mas, quanto ao prédio da faculdade, o acesso seria pouco melhor.*
> ***Mestranda:*** *Você acredita que quais são os fatores que podem levar aluno, acadêmico a desistir do curso? Acredito que a locomoção até a universidade, né?*
> ***Estudante 02 L:*** *Sim. Porque no meu caso, como a minha deficiência não é visível, ela é mais sentida, eu moro um pouco longe da faculdade, então eu tenho que ir a pé, quando eu chego lá, eu estou morrendo de dor, então no caso, se tivesse um transporte, um ônibus para a gente ir ajudaria muito, aí você imagina as pessoas que são cadeirantes, Que têm outro tipo de deficiência. Iria melhorar muito (Estudante 02 L, 2023).*

A ***Estudante 02 L*** finaliza a pergunta expressando sua crença de que a educação superior é para todos, conforme estabelecido na lei. No entanto, suas observações ao longo da entrevista

indicam que existem desafios a serem superados para garantir a inclusão plena de alunos PCDs na experiência universitária. A discussão destaca a importância de abordar questões de acessibilidade e suporte para promover um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

> ***Mestranda:*** *Então, a partir desse olhar seu, você acredita que se eles investissem pouco mais na questão do transporte para esses alunos, você acredita que poderia melhorar bastante?*
> ***Estudante 02 L:*** *Poderia sim. E assim, acredito que o ensino superior hoje ele é para todos, como é amparado pela lei (Estudante 02 L, 2023).*

Em conclusão, as reflexões de ***Estudante 02 L***, revelam tanto aspectos positivos quanto desafios em relação à inclusão de alunos PCDs na universidade. A presença de auxiliares dedicados e o apoio emocional fornecido pelos professores destacam a disposição da instituição em oferecer suporte aos estudantes com diversas necessidades. No entanto, a percepção de Eugênia sobre a falta de acessibilidade física em certas áreas e a ausência de transporte adequado ressaltam certas necessidades de melhorias para garantir uma experiência mais equitativa para todos os acadêmicos.

A importância da preparação dos professores para lidar com a diversidade de necessidades é enfatizada, assim como a necessidade de investimentos em transporte acessível. Essas considerações evidenciam que, apesar dos esforços existentes, ainda há espaço para aprimoramentos significativos no sentido de tornar a universidade mais inclusiva.

A visão de ***Estudante 02 L,*** sobre a educação superior como um espaço para todos é um princípio que deve ser continuamente reforçado. Contudo, para efetivamente cumprir essa visão, é de suma importância que sejam implementadas medidas mais abrangentes, incluindo melhorias estruturais, mais recursos e a contínua formação dos profissionais envolvidos. Ao abordar esses desafios de frente, as instituições de ensino podem progredir em direção a um ambiente verdadeiramente inclusivo, garantindo que cada acadêmico tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial, independentemente de suas características e necessidades específicas.

O acadêmico ***Estudante 03 BCC,*** destaca a variação na qualidade do ensino entre os professores do curso de contábeis, mencionando casos de docentes engajados, participativos, com materiais e estruturação adequados, enquanto outros não atendem às expectativas. Ele ressalta a presença de professores bons e inovadores contrastando com aqueles que não atendem às demandas dos estudantes.

> ***Estudante 03 BCC:*** *Olha, é uma coisa que depende muito do professor. [...] Então você vê, pelo menos no curso de contábeis, há casos de professores que dão aula, que estão participando, que têm materiais, que têm uma*

> *estruturação, uma formação, mas em contrapartida tem professores que infelizmente não respondem àquilo que são cobrados. Assim como eu falei que tinha esses professores [que não atende as expectativas do acadêmico], tem muito professor bom e professores que fizeram coisas inovadoras [...] (Estudante 03 BCC, 2023).*

A coexistência de diferentes tipos de professores na universidade, apontando tanto aqueles que não atendem às expectativas dos acadêmicos quanto professores de qualidade, inovadores e engajados. Essa observação ressalta a diversidade de abordagens pedagógicas e estilos de ensino presentes na instituição de educação superior.

A menção a professores que realizam práticas inovadoras enfatiza os profissionais que buscam métodos criativos e eficazes para transmitir conhecimento aos alunos, principalmente aos acadêmicos que necessitam de um atendimento especializado, como os PCDs. Essa diversidade pode impactar diretamente a experiência acadêmica, influenciando a motivação dos estudantes e seu envolvimento com o conteúdo do curso.

Quando questionado sobre as condições fornecidas pela universidade para os acadêmicos permanecerem durante todo o curso, ***Estudante 03 BCC,*** expressa que a resposta depende das circunstâncias individuais, especialmente do tipo de transtorno ou problema enfrentado. Ele menciona a importância de considerar as variáveis que podem surgir ao longo do tempo, destacando o impacto de desafios psicológicos que podem desmotivar os estudantes, já no caso de problemas físicos, eventos imprevistos podem agravar a situação, indicando que a universidade pode não estar preparada para lidar efetivamente com mudanças na forma como recebe e apoia esses alunos.

> ***Mestranda:*** *Você concorda que esses alunos que têm condições de permanecer durante todo o curso, eles têm condições fornecidas pela universidade para poder começar, ingressar e continuar os estudos até o final?*
> ***Estudante 03 BCC:*** *Acredito que depende muito porque existe uma variável, por exemplo, tem que identificar qual tipo de transtorno, problema que a pessoa tem e se vai depender das variáveis do que for acontecendo durante esse período como por exemplo, se a pessoa tem transtorno psicológico ela se sente preparada, se sente forte para começar o curso, ela entra. Que no meio do curso ela começa a se deparar com coisas que às vezes nem estão se relacionadas diretamente ao curso, mas que acabam mexendo muito com ela. Então, às vezes, isso acaba desmotivando a pessoa. E acaba gerando uma sensação de desespero, insegurança, eu falo por experiência própria, mas no caso de pessoas com problemas físicos, esse tipo de coisa, pode vir a ocorrer de acontecer alguma fatalidade, o problema deles se agravar, e assim, eu não acredito que a universidade está preparada para mudar o jeito que ela recebia esse aluno, já era de uma forma e recebeu de outra forma, totalmente diferente, por causa de uma variedade de coisas que aconteceram. Então acredito que possa levar a desistência (Estudante 03 BCC, 2023).*

As considerações do acadêmico apontam para a possibilidade de fatores como a variedade na qualidade do ensino, a presença de professores desinteressados e a falta de preparo da universidade para lidar com situações diversas, principalmente no contexto de alunos PCDs, contribuírem para a desistência estudantil. Essas observações destacam a complexidade das questões enfrentadas pelos alunos, ressaltando a necessidade premente de uma abordagem mais abrangente e sensível por parte da universidade.

No caso específico de alunos PCDs, a complexidade se intensifica, pois suas necessidades podem demandar suportes adicionais e adaptações que vão além do aspecto puramente acadêmico. Então, se há essa falta de preparo da instituição para acolher e apoiar plenamente esses estudantes pode resultar em desafios significativos, impactando não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar emocional e a motivação para continuar os estudos.

O entrevistado ainda destaca a urgência de uma abordagem mais atenta e proativa por parte da universidade, incluindo a implementação de políticas e práticas inclusivas, a capacitação adequada de professores e o fornecimento de recursos e apoio personalizado, visando assegurar a permanência e o sucesso acadêmico de todos os estudantes, independentemente de suas condições e desafios individuais.

Já as observações de ***Estudante 05 BLCB,*** ressaltam um cenário desafiador em relação à preparação dos professores para lidar com acadêmicos que possuem necessidades específicas, como no caso de estudantes com TDAH. Ele aponta que alguns professores estão cientes, mas a maioria não está adequadamente preparada para compreender e atender às demandas desses alunos.

> ***Estudante 05 BLCB****: Em relação aos professores, alguns professores estão cientes, mas não estão preparados. Tem Alguns professores que buscam estar preparados para esses acadêmicos, mas grande maioria não está preparado para esses alunos. Eles não têm muitas vezes tato específico para esses alunos. [...] No meu próprio exemplo [de acadêmico com o] TDAH, muitas vezes eu sei a palavra correta, mas a informação vai sair do meu cérebro, para a minha boca ou para a minha mão no ato de escrever. Não sai informação totalmente correta. Muitas vezes o professor desconsidera essa informação [...]*
> ***Mestranda:*** *Então, mas vocês têm algum tipo de material para auxiliar?*
> ***Estudante 05 BLCB:*** *Até o momento em que eu saiba não tem. Tem [material adaptado], para [acadêmicos com] baixa visão. Eles [os professores] têm a tendência de aumentar a letra, [...], mas para outros transtornos coisas do tipo geralmente não tem (Estudante 05 BLCB, 2023).*

No contexto do TDAH, ***Estudante 05 BLCB,*** compartilha sua própria experiência,

destacando a dificuldade de transmitir informações corretamente, mesmo conhecendo a palavra correta. Ele menciona que muitas vezes os professores desconsideram essa dificuldade, o que pode afetar negativamente a compreensão e o desempenho do estudante.

Quando questionado sobre a presença de materiais adaptados para auxiliar alunos com TDAH ou outros transtornos, ***Estudante 05 BLCB,*** indica que, até o momento de seu conhecimento, esses materiais não estão disponíveis. Ele ressalta a existência de recursos adaptados para acadêmicos com baixa visão, mas a falta de suporte específico para outros transtornos.

O relato destaca a importância de programas de formação continuada para os docentes, abordando estratégias pedagógicas inclusivas e fornecendo ferramentas para compreender e apoiar melhor os alunos com diversas condições. A falta de suporte específico para transtornos, além daqueles relacionados à baixa visão, destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente para garantir a inclusão efetiva de todos os acadêmicos, independentemente de suas condições individuais.

Essa narrativa destaca a necessidade urgente de iniciativas que promovam a conscientização e a capacitação dos professores para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos, garantindo que todos possam receber o suporte necessário para alcançar seu pleno potencial acadêmico. Além disso, evidencia a importância de desenvolver materiais adaptados que atendam às demandas específicas de diferentes condições, contribuindo para um ambiente mais inclusivo na educação superior.

O entrevistado destaca a preocupação com o acesso e a permanência de alunos PCDs na educação superior, indicando que, em sua visão, a garantia de ensino de qualidade ainda não está plenamente assegurada. Ele ressalta a falta de sensibilidade por parte de alguns professores, destacando a necessidade de um abordagem mais atenta e inclusiva diante da diversidade de características presentes na sala de aula.

> ***Mestranda:*** *E como está sendo o acesso e a permanência desses alunos PCDs no ensino superior? Está assegurado a garantia de ensino de qualidade?*
> ***Estudante 05 BLCB:*** *Olha a meu ver não por que é igual aquilo que eu disse na anterior. Muitas vezes professores não têm o tato necessário para isso. Muitas vezes o professor não consegue. Na verdade, tem que ter aquele tato na hora que você está lidando, porque você está lidando com diversas pessoas, com características diferentes dentro da sala de aula, e não apenas naquela salinha de aula encasulada, que muitos professores se acostumaram nesse sistema. E hoje, querendo ou não, muitos alunos hoje têm algum tipo de transtorno, se tem transtorno, os professores não estão mais sabendo lidar. (Estudante 05 BLCB, 2023).*

A falta de preparo dos professores para lidar com alunos que possuem transtornos é apontada como um fator relevante que pode impactar negativamente a permanência dos estudantes no curso. Emerson destaca que o desafio vai além do ambiente acadêmico tradicional, requerendo uma compreensão mais ampla e adaptável por parte dos educadores.

Quando questionado sobre os fatores que podem levar à desistência dos estudantes, Emerson aponta o bullying como uma preocupação significativa. Ele ressalta que, mesmo na educação superior, há casos de exclusão e falatórios que podem afetar emocionalmente os alunos. A presença desse comportamento prejudicial, segundo Emerson, já influenciou colegas a considerarem a desistência do curso.

> ***Mestranda:*** *E você acha que esse é um dos fatores que levam aos estudantes, aos acadêmicos desistirem do curso?*
> ***Estudante 05 BLCB:*** *Com certeza, não só esse, mas entre outros vários fatores.*
> ***Mestranda:*** *Quais outros fatores você acredita que podem auxiliar para isso?*
> ***Estudante 05 BLCB:*** *Eu vou ser sincero, eu falei isso por mim mesmo e por algumas outras colegas e colegas meus, que eu já presenciei isso, citando que isso é ruim. Por mais irônico que seja a universidade ser local aberto, ser local de diálogo, ser local de conversa, de discutir de várias coisas em si. Há muita questão de bullying dentro da própria universidade, por mais incrível que isso pareça, existe bullying dentro das universidades. Mas não é aquele bullying em si, [...]Às vezes é uma exclusão, um falatório. Muitas vezes, se não for uma pessoa que tem psicológico bem trabalhado, [...], isso vai acabar interferindo muitas vezes, fazendo com que a pessoa acabe desistindo do curso. Tem uns três ou quatro colegas meus que já quase desistiram do curso justamente por esse motivo, por motivo de bullying[...]*
> ***Mestranda:*** *Então, até mesmo no ensino superior a gente tem a realidade do bullying presente?*
> ***Estudante 05 BLCB:*** *Infelizmente, sim. É uma realidade [...] (Estudante 05 BLCB, 2023).*

A constatação de que o bullying está presente no ambiente universitário destaca a importância de abordar questões de convivência e bem-estar emocional, além das barreiras acadêmicas, para garantir um ambiente verdadeiramente inclusivo e propício ao aprendizado para todos os estudantes.

> ***Mestranda:*** *E o que você, a partir do seu ponto de vista, o que que você acha que a UNEMAT, ela deve fazer para modificar essa realidade dessas pessoas deficientes, esse olhar negativo que as pessoas têm relacionado à inclusão?*
> ***Estudante 05 BLCB:*** *[...] é começar a ver que esses alunos também são protagonistas de muitas coisas. [...]a universidade, ela tem que melhorar muito mais nessas questões [de oportunidades para os alunos desenvolverem as atividades acadêmicas, sem envolver a relação ao capacitismo] do que em outras questões [relacionadas a acessibilidade]. A UNEMAT melhorou em muitas coisas, mas ainda deixa de desejar em muitas outras (Estudante 05 BLCB, 2023).*

Quanto a necessidade de a UNEMAT reconhecer e valorizar os alunos PCDs, o entrevistado destaca que os estudantes com deficiência, devem ser vistos como protagonistas em diversas atividades. Ele sugere que a universidade precisa melhorar significativamente em relação às oportunidades oferecidas aos alunos para que possam desenvolver suas atividades acadêmicas, sem enfrentar preconceitos relacionados ao capacitismo.

A observação de que a universidade melhorou em algumas áreas, mas ainda deixa a desejar em outras, ressalta a importância de um contínuo aprimoramento e investimento em políticas inclusivas. Essa abordagem deve ir além das questões de acessibilidade física, incorporando iniciativas que promovam a igualdade de oportunidades, respeito e valorização dos estudantes PCDs em todos os aspectos da vida acadêmica.

Desse modo, a sugestão de ***Estudante 05 BLCB,*** implica em uma mudança de mentalidade e práticas institucionais, visando criar um ambiente verdadeiramente inclusivo e que reconheça e celebre a diversidade presente na comunidade universitária.

Quanto a entrevistada ***Estudante 04 BE***, que compartilhou uma experiência singular em que uma professora se destacou por demonstrar interesse em compreender sua condição de saúde, assim como a de outra colega na sala de aula. Essa docente foi a única que procurou informações sobre a miastenia grave, uma doença neuromuscular, e solicitou que ela e sua colega partilhassem conhecimentos sobre a condição com os demais acadêmicos.

> ***Estudante 04 BE****: Não. Comigo aconteceu uma vez, enquanto eu estava no segundo semestre, uma única professora interessou, realmente entendeu o que era a minha doença, o que acontecia. Na época tinha duas pessoas na sala com a mesma doença, que era uma das minhas colegas de turma, e foi apenas essa docente, a única que teve interesse em saber o que era doença. E aí ela pediu para mim e para outra amiga da Universidade, explicar um pouquinho sobre a miastenia grave, para ela e para os outros acadêmicos também, foi um pouco mais fácil estudar depois disso. [...] (Estudante 04 BE, 2023).*

A atitude da professora em buscar entendimento e promover a sensibilização entre os estudantes é destacada pela entrevistada como positiva. Essa experiência ressalta a importância do engajamento dos educadores na compreensão das necessidades específicas de seus alunos PCDs, contribuindo para um ambiente acadêmico mais inclusivo e propício ao aprendizado.

Na resposta da acadêmica, ao mencionar que sua condição de saúde, a miastenia grave, pode dificultar seus estudos, especialmente durante crises, quando enfrenta problemas como dificuldade de fala, visão embaçada e fraqueza muscular intensa.

> ***Mestranda:*** *Esse tipo de deficiência que você possui, esse tipo de problema, ele te impede de estudar?*

> ***Estudante 04 BE:*** *Dificulta. Por exemplo, quando eu estou em crise eu tenho muita dificuldade em falar, a minha visão fica embaçada, eu fico com muita fraqueza muscular, então é difícil me movimentar, é difícil andar, perco as minhas forças que fica de mim. [...]*
> ***Mestranda:*** *E essa professora que você falou se inteirar sobre sua deficiência, ela te apresentou algum material para te auxiliar, por exemplo, quando você teve algum problema, você conseguiu realizar as atividades em casa, fora do ambiente?*
> ***Estudante 04 BE:*** *Não. [...] (Estudante 04 BE, 2023).*

No entanto, ao ser questionada sobre se a professora que se inteirou sobre sua deficiência ofereceu algum material para auxiliá-la, informa que não recebeu nenhum suporte nesse sentido. A falta de provisão de materiais ou recursos específicos para ajudá-la a realizar atividades em casa evidencia um desafio adicional que os estudantes PCDs podem enfrentar em termos de acessibilidade no ambiente acadêmico.

A experiência de ***Estudante 04 BE***, destaca os desafios enfrentados por estudantes PCDs no contexto acadêmico, especialmente quando confrontados com condições de saúde que podem afetar significativamente seu desempenho nos estudos. A dificuldade durante crises, como problemas de fala, visão embaçada e fraqueza muscular, evidencia a necessidade de suporte adicional para garantir uma participação igualitária nos estudos.

Em suma, a realidade vivida pela entrevistada destaca a necessidade contínua de sensibilização, implementação de práticas inclusivas e oferta de recursos adaptados para assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam participar plenamente e prosperar no ambiente acadêmico.

Com base nas respostas dos entrevistados, percebemos que a acessibilidade no ambiente acadêmico, especialmente na educação superior, ainda apresenta desafios significativos.

Há uma percepção geral feita pelos acadêmicos é de que os professores não estão completamente preparados para lidar com alunos com diferentes necessidades, especialmente aqueles com deficiências intelectuais. Haja vista que, essa falta de informação e preparo é apontada como uma barreira para a efetiva inclusão, os entrevistados com deficiências físicas tendem a receber esse auxílio, mas na maioria dos casos entrevistados, apresentam narrativas diferentes em relação a esse preparo dos profissionais.

Alguns entrevistados mencionaram a presença de auxiliares para alunos com deficiência, mas parece que a oferta desse suporte pode não ser abrangente o suficiente. Além disso, a falta de materiais e estruturas acessíveis também é apontada como uma das dificuldades no processo de ensino. Quanto a acessibilidade física nas instalações da universidade é um desafio, com menções específicas à dificuldade de locomoção para pessoas com deficiência, destacando a necessidade de melhorias no transporte e nas estruturas físicas.

Diante das vozes relacionadas aos questionamentos sobre as desistências e Fatores Psicossociais, muitos alegam que algumas das resistências em que presenciaram, estão relacionas a esses fatores, e que todos estão sujeitos a essas realidades. Relataram sobre as dificuldades de locomoção, falta de apoio psicológico que já era algo que ocorria e atualmente não se encontra mais, bem como a falta de divulgação dessa assistência para os alunos. Foi exposto também sobre as situações de bullying, como fator que podem levar à desistência dos alunos, destacando a importância de abordar questões psicossociais e promover um ambiente mais inclusivo.

Os entrevistados apontaram a necessidade de mudanças na abordagem da universidade em relação aos alunos com deficiência. Isso inclui uma maior conscientização, melhor preparo dos professores, investimentos em infraestrutura acessível e a promoção de uma cultura mais inclusiva e respeitosa. Foram destacados desafios significativos, mas também reconhecem esforços individuais de alguns professores e a necessidade de uma abordagem mais abrangente e sistêmica para garantir a inclusão e a acessibilidade no ambiente acadêmico.

Lima, Malange e Barbosa (2015) destacam a democratização do ingresso na UNEMAT, evidenciando que o processo de expansão da instituição teve um caráter democrático. Então, ligando essas trajetórias evidenciadas pelos alunos a democratização do ingresso na educação superior, é percebido o quanto a universidade já se dispõe de diálogos e infraestrutura para fomentar a educação inclusiva. Porém, ainda existem algumas necessidades a serem atendidas, quanto ao preparo mais efetivo da equipe que atende aos acadêmicos PCDs, e disponibilizar uma estrutura técnica e psicológica que possa auxiliar.

Ao relacionar essa citação com as análises sobre a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no ambiente acadêmico, percebemos que a democratização do ingresso não se limita apenas a questões socioeconômicas, étnicas e regionais, mas também abrange a inclusão de pessoas com diferentes necessidades. As respostas dos entrevistados apontam para desafios na acessibilidade física, na preparação dos professores e no suporte adequado a alunos com deficiência.

Embora a Unemat tenha alcançado uma democratização no ingresso, Lima, Malange e Barbosa (2015) sugerem que essa democratização, especialmente no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência, pode não ter sido totalmente planejada e estruturada inicialmente para facilitar o acesso desses alunos. Isso destaca a importância de se considerar não apenas o acesso inicial, mas também a experiência de todo o percurso acadêmico, garantindo que as políticas de democratização se estendam a todas as dimensões da diversidade, incluindo a diversidade funcional.

A relação entre as análises apresentadas e texto de Lima, Malange e Barbosa (2015) enfatiza a necessidade de uma abordagem mais ampla e intencional nas políticas de expansão e democratização da educação superior, garantindo que a inclusão de diferentes grupos sociais, incluindo pessoas com deficiência, seja uma parte integrante e prioritária do processo educacional.

A última questão apresentada aos entrevistados aborda a experiência deles com deficiência na educação superior, focando na permanência, permanência, qualidade do ensino e as condições fornecidas pela UNEMAT aos acadêmicos PCDs. Então foram questionados em como está sendo a permanência desses alunos deficientes na educação superior, para compreender como a instituição lida com e a permanência de alunos com deficiência. Envolvendo os aspectos como a acessibilidade das instalações, o suporte oferecido e a inclusão efetiva desses alunos no ambiente acadêmico.

Assim, será possível notar a qualidade do ensino como um fator necessário para todos, principalmente quando relacionado a democratização na educação superior. A pergunta buscou avaliar se as condições oferecidas pela instituição garantem uma educação de qualidade para os alunos com deficiência, considerando aspectos como métodos de ensino, materiais acessíveis e suporte adequado. Essa última questão geral, visa aprofundar a compreensão da experiência dos alunos com deficiência na educação superior e identificar áreas que precisam de melhorias para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Estudante 01 L, destaca a falta de percepção por parte de alguns professores e secretárias em relação às necessidades dos acadêmicos deficientes, evidenciando um desafio na garantia de seus direitos e na promoção da inclusão. Sua percepção sobre a desistência de acadêmicos deficientes, do curso ressalta a necessidade de assegurar de forma mais eficiente esses direitos, reconhecendo que a demora na percepção dessas demandas pode impactar negativamente a permanência desses estudantes na universidade.

> ***Estudante 01 L:*** *Depende, alguns professores, algumas secretárias não nos percebem, a nossa permanência, a nossa deficiência.*
> ***Mestranda:*** *E você acredita que quais são os fatores que levam a aluno PCD desistir do curso? Você acredita que a universidade deve fazer, a partir do seu olhar, do seu compreendimento, para modificar essa realidade, para que esses alunos tenham mais inclusão dentro da universidade, que eles tenham garantia de direitos e possam, como os outros acadêmicos, ter as mesmas condições de se formar?*
> ***Estudante 01 L:*** *Eu acho sim, que ainda mais a gente precisa assegurar mais os nossos direitos e que esse direito para os alunos perceber muitas vezes demora, então, acho que precisa mudar isso (Estudante 01 L, 2023).*

A expressão da dificuldade em acessar e participar das aulas online durante a pandemia

destaca as barreiras adicionais enfrentadas pelos alunos PCDs em situações de ensino remoto. A falta de internet e as dificuldades específicas relacionadas à acessibilidade online contribuíram para sua decisão de desistir temporariamente do formato online, realçando a necessidade de abordagens inclusivas e acessíveis na oferta de atividades acadêmicas, especialmente em contextos pandêmicos.

> ***Mestranda:*** *Você acredita que a universidade é para todos?*
> ***Estudante 01 L:*** *É, mas é difícil. Muita dificuldade aqui eu mesmo, então acho que não.*
> ***Mestranda:*** *Em relação à pandemia, como foi realizado as atividades? Você teve auxílio na pandemia? Como foi a sua vida acadêmica?*
> ***Estudante 01 L:*** *Muito, muito. Por conta dessa pandemia do Covid-19, as aulas foram online. Para mim foi muito difícil. Primeiro, eu não conseguia, às vezes, conseguia acessar, mas não tinha internet. A gente procurava, não tinha, e eu desisti. Infelizmente, eu retorno agora para o presencial junto com o intérprete, mas o online não tive (Estudante 01 L, 2023).*

Estudante 01 L, expressa uma visão cautelosa sobre a acessibilidade na universidade, reconhecendo a existência de dificuldades significativas. Sua resposta reflete a complexidade das barreiras que os alunos PCDs enfrentam no ambiente acadêmico e destaca a necessidade de melhorias para tornar a universidade verdadeiramente acessível a todos. Essa percepção ressalta a importância de abordagens inclusivas e ações efetivas para superar os desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência.

Já ***Estudante 02 L,*** destaca que, a partir do momento em que uma pessoa tem o sonho de concretizar seus objetivos, ela pode alcançá-los. Ela enfatiza a UNEMAT como uma oportunidade valiosa que não apenas a permitiu continuar estudando, mas também a auxiliou em vários aspectos. Eugênia ressalta a importância da universidade pública, mencionando que essa instituição facilita o acesso à educação superior por meio de diferentes políticas, como notas do ENEM, cotas e matrículas com base nas notas do ensino médio. Sua visão otimista reflete a ideia de que, com determinação e algumas adaptações, qualquer pessoa pode superar desafios e alcançar o sucesso acadêmico na universidade. Essa perspectiva destaca a importância das oportunidades igualitárias e políticas inclusivas no contexto da educação superior.

> ***Estudante 02 L:*** *A partir do momento que o indivíduo tem o sonho de colocar em prática aquilo, ele consegue sim. Por quê? Porque a Unemat, pelo menos no meu caso, a UNEMAT veio para mim como uma oportunidade de continuar estudando e me ajudou em vários fatores. Me deu a chance, eu jamais me imaginei numa universidade, porque antigamente era só coisa de rico, mas hoje não, eu acho que qualquer pessoa, se ele quiser, ele consegue, principalmente na Universidade Pública, porque ela facilita muito, não só pelas notas do Enem, como pelas notas do ensino médio, pelas cotas, agora*

> *estão fazendo matriculas pelas notas do ensino médio. Então, eu acredito sim. Se a pessoa quiser, se ele quiser, fazendo algumas adequações aqui, ali, ela consegue estudar, consegue. (Estudante 02 L, 2023).*

As palavras de ***Estudante 02 L,*** ressaltam a importância do sonho e da determinação na busca por oportunidades educacionais. Ela destaca a UNEMAT como uma instituição facilitadora que proporciona acesso à educação superior, tornando-a acessível a uma variedade de estudantes por meio de políticas inclusivas. Sua narrativa sugere que, com esforço e algumas adaptações, é possível superar desafios e ingressar com sucesso na universidade.

Ao refletir sobre o acesso e a permanência na universidade, é evidente que políticas inclusivas desempenham um papel necessário. No entanto, suas observações também indicam que, apesar dos avanços, ainda existem desafios a serem superados para garantir uma experiência acadêmica verdadeiramente inclusiva. Isso destaca a necessidade contínua de conscientização, adaptações e apoio para alunos com diferentes necessidades, contribuindo para uma educação superior mais acessível e igualitária.

A entrevistada oferece uma perspectiva valiosa sobre a importância da universidade pública como uma força equalizadora, proporcionando oportunidades a uma gama diversificada de estudantes. Sua história ilustra a transformação que as políticas inclusivas podem proporcionar na vida dos estudantes, enfatizando a importância de continuar avançando em direção a uma educação superior verdadeiramente inclusiva.

Estudante 03 BCC, expressa uma visão que destaca a busca pela empregabilidade e a praticidade no mercado de trabalho como fatores determinantes nas escolhas educacionais. Ele sugere a ideia de oferecer oportunidades de ensino a distância (EAD), para estudantes que precisam se ausentar temporariamente, a fim de evitar reprovações por falta. No entanto, ele menciona uma percepção de que a opção por cursos técnicos, mais diretos e voltados para a prática profissional, tem se tornado mais atrativa do que a educação superior tradicional.

> ***Estudante 03 BCC:*** *Bom, é uma boa pergunta, eu nunca tinha pensado nisso, mas acredito que poder dar a oportunidade da pessoa estudar com uma espécie de EAD, por exemplo, a pessoa precisa se ausentar ali por um período do semestre e ali se disponibiliza uma forma dela fazer as atividades de forma remota para ela não perder a nota e nem reprovar por falta. Só que a questão é que eu acredito que não está valendo mais a pena, por assim dizer. As pessoas estão optando por fazer curso técnico que é mais direto e já saem procurando emprego e dependendo das suas qualificações já conseguem, já saem de lá empregados e que é algo muito mais viável do que passar no mínimo quatro anos numa faculdade e aprendendo coisas que muitas vezes eles não vão usar porque eu já tive uma professora que o aluno questionou porque que ela não ensinava as coisas corretas ali pra gente ir aprendendo como que trabalha mesmo, como que usa no ambiente de trabalho e ela disse*

> *que se você quiser, ela disse com essas palavras, se você quiser aprender como atuar no ambiente de trabalho você tem que fazer curso técnico (Estudante 03 BCC, 2023).*

A análise de ***Estudante 03 BCC*** reflete uma realidade cultural e socioeconômica em que as necessidades imediatas e as pressões financeiras podem influenciar as escolhas educacionais. Ele aponta para uma sociedade onde a busca por oportunidades de trabalho é prioritária, muitas vezes relegando ideais acadêmicos e de pesquisa a um segundo plano. Essa perspectiva ressalta a importância de entender as dinâmicas sociais e econômicas na formação das escolhas educacionais dos indivíduos.

> ***Mestranda:*** *Você acha que ainda hoje a sociedade está muito mais ligada num ensino para o mercado do trabalho do que ensino acadêmico, ensino da pesquisa, da ciência?*
> ***Estudante 03 BCC:*** *Eu acredito que sim, até por causa da realidade cultural que a gente vive, porque com todos esses problemas financeiros acontecendo, as pessoas acabam vendo que essa é a oportunidade. Porque a gente, querendo ou não, está numa época do nosso país de vacas magras, por assim dizer. Porque a gente não tem esse luxo de muitas pessoas não têm esse luxo de parar para pensar, para ficar questionando, para lutar pelos seus ideais nobres. As pessoas querem sobreviver, elas querem trabalhar, sustentar sua família. Essa é a prioridade das pessoas. E esse tipo de coisa, ninguém quer arriscar a própria vida e jogar tudo fora para, às vezes, o ideal que elas nem acreditam (Estudante 03 BCC, 2023).*

A narrativa de ***Estudante 03 BCC,*** destaca a complexidade das decisões educacionais e revela um cenário em que as prioridades práticas, como empregabilidade imediata, muitas vezes superam considerações acadêmicas e de pesquisa. Essa perspectiva ressalta a necessidade de políticas educacionais que abordem não apenas questões de acesso, mas também considerem as demandas e aspirações dos estudantes em um contexto socioeconômico específico.

Políticas de acesso e inclusão devem ir além da facilitação do ingresso na educação superior e contemplar estratégias que tornem a experiência acadêmica mais alinhada com as expectativas e necessidades dos alunos. Isso implica em oferecer flexibilidade nas modalidades de ensino, como a possibilidade de participação em atividades remotas, e em adaptar os currículos para integrar abordagens mais práticas e voltadas para o mercado de trabalho.

Diante do exposto, se sugere que a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas é fundamental para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes. Ao considerar as aspirações dos estudantes e a realidade do mercado de trabalho, as políticas de acesso e inclusão podem criar ambientes educacionais mais alinhados com as necessidades da sociedade, promovendo, assim, uma educação mais inclusiva e relevante.

Estudante 03 BCC destaca uma perspectiva que vai além das questões de acessibilidade

física e aborda desafios financeiros enfrentados por alunos menos privilegiados economicamente. Ele enfatiza a influência do poder aquisitivo no desempenho acadêmico e nas oportunidades disponíveis na universidade. A narrativa de Emerson destaca que, além das barreiras tradicionais de acessibilidade, a falta de recursos financeiros pode impactar negativamente o acesso a oportunidades como bolsas, laboratórios e outros recursos oferecidos pela instituição.

> ***Estudante 03 BCC:*** *[...]não é nem questão mesmo de deficiência, mas é questão financeira mesmo, [...] por questões psicológicas minhas, por questão de saúde mental, eu preferi desistir de muitas matérias, muitas vezes, porque a pressão psicológica estava ali em cima, a pressão externa estava ali em cima, a pressão de sala estava ali em cima, tudo ocorrendo ao mesmo tempo, essa pressão psicológica em cima de mim. Mas além dessa pressão psicológica que eu sofri externamente, eu vou falar pelos meus colegas em si. E isso é a análise que eu e minha colega a gente estava tendo. Nós que somos alunos mais pobres, que temos menos aquisição financeira comparado com outros alunos, esses outros alunos sempre vão ter melhores chances dentro da universidade. Esses alunos sempre vão conseguir ter melhores notas. E muitas das vezes, esses alunos, quando chegam em casa, igual eu e minha colega, a gente chegava em casa, a gente tinha que p lava- roupa, tinha que fazer almoço, tinha que fazer o serviço de casa e outras coisas. E essas pessoas que têm família, que têm, na verdade, eles têm o melhor poder aquisitivo e por aí vai. Desculpa, me perdei pouco na coisa aqui, mas é isso. Pessoas que quase não têm dinheiro, quase não têm acesso aos recursos que a própria universidade oportuniza. Exemplo, bolsas e outras coisas do tipo, laboratório e etc. (Estudante 03 BCC, 2023).*

A perspectiva do entrevistado destaca a importância de se abordar questões financeiras e socioeconômicas no contexto da inclusão educacional, buscando criar oportunidades mais equitativas para todos os estudantes, independentemente de sua condição financeira.

Estudante 03 BCC, traz à tona uma perspectiva crítica sobre as barreiras econômicas que afetam significativamente a experiência acadêmica dos alunos. Sua análise ressalta a necessidade urgente de políticas educacionais que considerem não apenas a acessibilidade física, mas também as disparidades socioeconômicas presentes na universidade. Ao destacar a influência do poder aquisitivo na obtenção de recursos e oportunidades, ele ressalta a importância de criar um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. Sua perspectiva destaca a necessidade de políticas que abordem de maneira holística as diversas barreiras enfrentadas pelos alunos, contribuindo para uma universidade mais inclusiva e acessível a todos.

Ao finalizar com a última entrevistada, destaca a miastenia como o principal fator que levou sua colega a desistir do curso, abordando os desafios tanto no aspecto físico quanto emocional. A dificuldade financeira é mencionada, agravada pelo caráter integral do curso, o

que torna difícil conciliar o estudo com o trabalho. O exemplo citado ilustra a realidade enfrentada por estudantes que, devido às condições de saúde, enfrentam obstáculos que impactam diretamente sua continuidade na universidade.

> ***Estudante 04 BE:*** *Então, a miastenia foi o principal fator, porque ela (colega desistente) não conseguiu lidar com tanto o estado físico como o também o estado emocional, porque ela se sentiu muito abalada. E financeiro também, porque a gente não consegue trabalhar, porque o nosso curso é integral, E mesmo se conseguisse, acho que não conseguiria manter a sua rotina por conta da miastenia, porque é muito difícil. E aí o exemplo foi que ela teve que desistir do curso. A universidade na verdade ela necessita de várias transformações, vários planejamentos, principalmente para poder auxiliar esses alunos (Estudante 04 BE, 2023).*

Dessa forma, ***Estudante 04 BE,*** aponta para a necessidade de transformações e planejamentos na universidade para melhor auxiliar alunos com diferentes desafios. Sua observação sublinha a importância de políticas e práticas mais inclusivas e adaptadas às necessidades dos estudantes, visando proporcionar um ambiente acadêmico mais acessível e apoiador.

Estudante 04 BE, destaca diversas áreas de atuação em que a universidade pode promover melhorias para auxiliar os estudantes, especialmente aqueles com condições específicas, como a miastenia. Ela ressalta a importância de adaptar fisicamente os espaços para atender às necessidades não apenas de pessoas com miastenia, mas de todos com algum tipo de deficiência.

> ***Mestranda:*** *E o que a universidade deve fazer, ao seu ponto de vista, para poder modificar essa realidade?*
> ***Estudante 04 BE:*** *Pensando no físico, então, adaptar bem os espaços, não somente para as pessoas que tem o problema de miastenia, mas também as pessoas com algum tipo de deficiência, que têm um atendimento com qualidade, qualificado, boa visão, bom humor, etc. Boa visão, bom corpo, tudo. Estar bem consigo mesmo. É interessante também pensar nesse fator. Nós, por exemplo, hoje estamos em enfermagem integral, então não tem como trabalhar cursando a faculdade, mas também tem que pensar no financeiro. E o apoio emocional também, assim, também a graduação em si. Então, a gente vai lidar, lidar com gente, vai lidar cuidar e medicar os nossos pacientes. É isso. Se nós profissionais não estamos bem emocionalmente fisicamente (Estudante 04 BE, 2023).*

A entrevistada ainda enfatiza a necessidade de um atendimento de qualidade e qualificado, abrangendo aspectos como visão, humor e bem-estar geral. A questão financeira é mencionada, indicando a importância de considerar os desafios enfrentados por estudantes que precisam conciliar estudos em um curso integral com as demandas financeiras. O apoio

emocional é destacado como fundamental, dada a natureza da graduação em enfermagem, que envolve cuidar e medicar pacientes.

Essas observações reforçam a ideia de que uma abordagem holística, abrangendo diferentes aspectos da vida acadêmica e pessoal dos estudantes, é essencial para promover uma experiência universitária mais inclusiva e apoiadora.

Quando questionada sobre se a educação superior é para todos, expressa uma perspectiva crítica e sensível. Ela destaca que a acessibilidade à educação superior depende das particularidades, subjetividades e deficiências individuais. Sua resposta sugere que a universidade pode não ser acessível para todos, considerando as diferentes necessidades e desafios que os estudantes enfrentam.

A acadêmica também levanta questões importantes sobre a adequação do ambiente universitário e questiona se a instituição está oferecendo o suporte necessário para que todos os estudantes possam ter uma experiência acadêmica inclusiva. Ela destaca a importância de se colocar no lugar do outro para compreender suas necessidades e promover um ambiente mais adaptado e acolhedor. Essa reflexão ressalta a necessidade contínua de melhorias e adaptações para garantir que a educação superior seja verdadeiramente acessível a todos.

> ***Mestranda:*** *Você acha que o ensino superior é para todos?*
> ***Estudante 04 BE:*** *Dependendo da particularidade que a pessoa tenha, a subjetividade que ela tem, a deficiência que ela tem, a universidade, o Ensino Superior, não é para todos. Não. Será que a universidade está oferecendo o suficiente para que ele continue. Será que está sendo o suficiente para ele, o que eu poderia fazer de diferente para o local estar adequado? Então é isso, se colocar no lugar próximo a ele (Estudante 04 BE, 2023).*

Essa perspectiva ressalta a importância de políticas inclusivas, suporte emocional, adaptações físicas e financeiras para criar um ambiente verdadeiramente acessível e igualitário. A inclusão na educação superior não deve ser apenas uma questão de cumprir requisitos acadêmicos, mas sim de garantir que cada estudante, independentemente de suas circunstâncias, tenha a oportunidade de alcançar seus objetivos educacionais de maneira plena e significativa.

A análise das entrevistas revela uma variedade de desafios enfrentados pelos estudantes na educação superior, especialmente aqueles com deficiências. A experiência acadêmica é influenciada por fatores como a abordagem dos professores, a disponibilidade de materiais adaptados e a falta de conscientização sobre as necessidades específicas dos estudantes com deficiência.

A falta de preparo dos professores para lidar com diferentes condições, como transtornos de aprendizagem, destaca a necessidade urgente de programas de conscientização e

capacitação. A ausência de materiais adaptados para transtornos específicos, como TDAH, evidencia uma lacuna na infraestrutura de apoio às necessidades diversificadas dos estudantes. A perspectiva dos entrevistados também destaca a importância do apoio emocional, financeiro e físico. A pressão psicológica, os desafios financeiros e a falta de acessibilidade física são barreiras significativas que afetam a permanência dos estudantes na universidade.

As políticas de acessibilidade e inclusão precisam ser mais abrangentes, incorporando não apenas ajustes acadêmicos, mas também considerando o bem-estar mental, o suporte financeiro e a infraestrutura física. A conscientização e a sensibilização de toda a comunidade acadêmica são cruciais para criar um ambiente inclusivo e equitativo.

A diversidade de perspectivas destacadas nas entrevistas enfatiza a importância de abordagens personalizadas e flexíveis para a promoção da inclusão na educação superior. Essas considerações são fundamentais para garantir que cada estudante, independentemente de suas condições, tenha a oportunidade de participar plenamente da experiência acadêmica e alcançar seu potencial máximo.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), proposta pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, representa um compromisso significativo com a transformação do paradigma educacional. Essa abordagem é fundamentada nos princípios dos direitos humanos, nos quais igualdade e diferença são considerados valores indissociáveis.

A Educação Inclusiva, concebida como uma ação política, cultural, social e pedagógica, visa criar um ambiente educacional que permita a todos os alunos aprender e participar sem discriminação. Essa iniciativa vai além da ideia de equidade formal, buscando contextualizar as circunstâncias históricas que deram origem à exclusão tanto dentro quanto fora da universidade. Como pode se constatar nas narrativas dos entrevistados.

Ao reconhecer as dificuldades presentes nos sistemas de ensino, a Educação Inclusiva propõe a confrontação de práticas discriminatórias e a formulação de alternativas para superá-las. Assumindo um papel central no debate contemporâneo sobre a sociedade, destaca-se como um agente de mudança na superação da lógica da exclusão. Essa abordagem implica uma revisão profunda na estrutura e na cultura escolar. A organização de escolas e classes especiais é repensada, buscando uma transformação estrutural e cultural que permita atender às especificidades de cada aluno. A ideia é proporcionar uma educação de qualidade, garantindo que nenhum aluno seja deixado para trás. Então cabe as instituições de educação superior se adequar as medidas que são contempladas nas políticas públicas de acesso.

A proposta do Ministério da Educação reflete a evolução do conhecimento e a resposta

às demandas sociais. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é apresentada como um instrumento para a construção de políticas públicas que promovam efetivamente uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

As entrevistas realizadas revelam uma tapeçaria complexa de desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência, apontando para lacunas nas políticas de acesso e ações afirmativas. Esta reflexão busca compreender as nuances dessas experiências, delineando possíveis caminhos para uma inclusão mais efetiva.

Em primeiro plano, a diversidade de percepções sobre as políticas de acesso e ações afirmativas na universidade destaca a importância do primeiro contato dos alunos com a instituição. Alguns relatam facilidade no acesso a informações, enquanto outros enfrentam barreiras. Este contraste evidencia a necessidade premente de melhorias na divulgação e implementação dessas políticas, assegurando uma inclusão mais ampla e igualitária desde o início da jornada acadêmica.

As vozes dos entrevistados também apontam para desafios na implementação e divulgação de ações afirmativas, especialmente para estudantes com deficiência na UNEMAT/Cáceres. A falta de informação durante a semana dos calouros e a percepção de que tais ações são recentes e pouco divulgadas destacam a urgência de aprimorar os mecanismos de comunicação e conscientização. Isso não apenas fortaleceria a inclusão, mas também reforçaria a importância de uma democracia participativa na concepção e execução dessas políticas.

A perspectiva de democratização vai além da simples oferta de oportunidades iguais. Ela sugere um envolvimento ativo dos cidadãos nas decisões políticas que moldam suas vidas, incluindo o acesso à educação superior. As atividades acadêmicas, portanto, desempenham um papel importante ao conduzir os calouros a compreenderem e se envolverem nas políticas de acesso e permanência voltadas para o público com deficiência.

No entanto, a efetividade das políticas de inclusão não deve ser apenas teórica, mas pragmática e orientada para resultados. É necessário ir além da abstração do conceito de igualdade, considerando as circunstâncias reais e desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência. As políticas devem ser adaptadas às condições reais, promovendo equidade e valorizando a diversidade em todas as suas dimensões.

A análise das entrevistas revela também a necessidade de repensar a estrutura física das instituições educacionais, indo além da simples adaptação de instalações. Essa transformação não se limita ao aspecto estrutural, mas demanda uma revisão cultural profunda. A criação de espaços físicos acessíveis deve ser complementada por uma mentalidade inclusiva que celebra

as diferenças individuais, capacitando professores, funcionários e acadêmicos para acolherem e apoiarem colegas com diversas necessidades.

Outro ponto revelado pelas entrevistas é a falta de preparo dos professores para lidar com alunos com diferentes necessidades, destacando a necessidade de conscientização e melhor preparo dos docentes. A presença de profissionais especializados é essencial, mas deve ser acompanhada por um esforço educacional mais amplo, sensibilizando toda a comunidade acadêmica.

Concluindo, as entrevistas oferecem uma visão abrangente dos desafios e oportunidades na busca por uma educação superior verdadeiramente inclusiva. A análise detalhada dessas vozes destaca a complexidade do caminho, mas também aponta para a necessidade urgente de ações que transcendam as barreiras existentes. A inclusão não deve ser apenas uma ideia, mas uma prática incorporada em todas as facetas da vida acadêmica, enriquecendo não apenas a experiência do aluno, mas também o ambiente educacional como um todo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso e permanência de acadêmicos deficientes na educação superior constituem uma temática importante para a promoção da inclusão e democratização do ensino. Diante dos aspectos que envolvem a permanência desses acadêmicos, na educação superior, a questão busca compreender como as instituições lidam com a permanência de acadêmicos deficientes. A acessibilidade das instalações, a oferta de suporte especializado e a inclusão efetiva no ambiente acadêmico são aspectos importantes para assegurar que esses alunos possam usufruir plenamente dos benefícios da educação superior.

No tocante à garantia de ensino com qualidade, a pergunta revela a importância de avaliar não apenas a presença física dos alunos, mas também a qualidade do aprendizado proporcionado a eles. Materiais didáticos acessíveis, métodos de ensino adaptativos e suporte contínuo são fundamentais para criar um ambiente educacional inclusivo e propício ao desenvolvimento acadêmico.

A reflexão sobre a capacidade de permanência ao longo do curso traz à tona a necessidade de identificar e superar barreiras e desafios, que podem levar à desistência por parte dos estudantes com deficiência. Sejam elas relacionadas à acessibilidade física, falta de suporte pedagógico adequado ou discriminação, compreender esses desafios é essencial para implementar estratégias eficazes de apoio.

Ao abordar as possíveis razões que levam à desistência, a pergunta busca desvelar os fatores que, muitas vezes, não são considerados nas políticas de inclusão, exemplo as dificuldades de locomoção, falta de suporte psicológico e situações de bullying emergem como elementos que podem comprometer a experiência acadêmica desses alunos.

A solicitação de sugestões para modificar essa realidade, segundo a perspectiva dos entrevistados, reforça a importância de ouvir a comunidade acadêmica e implementar políticas públicas de acesso e permanência, que partam das percepções dos discentes da UNEMAT. Isso inclui investir em treinamentos para professores, adequar a infraestrutura física e promover uma cultura inclusiva que combata práticas discriminatórias.

A educação superior é para todos, nos permite avaliar se as políticas de inclusão têm sido efetivas e se o ambiente acadêmico está verdadeiramente aberto a todos, independentemente de suas condições individuais e particularidades. Essa questão serve como ponto de reflexão sobre o compromisso das instituições em garantir uma educação superior verdadeiramente inclusiva e acessível a todos os segmentos da sociedade. Em síntese, a última

questão revela a necessidade de uma abordagem mais abrangente e intencional para garantir que a democratização da educação superior não seja apenas no ingresso, mas também ao longo de toda a jornada acadêmica.

Diante das entrevistas foi possível emergir com clareza através das compreensões dos acadêmicos entrevistados que a busca pela inclusão na educação superior é uma jornada multifacetada, repleta de desafios, mas impregnada de potencial transformador. As entrevistas proporcionaram uma visão aprofundada das experiências dos acadêmicos com deficiência na UNEMAT/Cáceres, revelando lacunas nas políticas de permanência, na divulgação de ações afirmativas e nas estruturas físicas e culturais das instituições educacionais.

A diversidade de percepções destaca a necessidade urgente de melhorias na divulgação e implementação das políticas de inclusão desde o momento inicial da jornada acadêmica. A falta de informação durante a semana dos calouros e a percepção de que as ações afirmativas são recentes e pouco divulgadas apontam para a importância de aprimorar os mecanismos de comunicação e conscientização. Isso não apenas garantiria uma entrada mais suave dos estudantes com deficiência, mas também fortalecer a base para uma experiência universitária mais inclusiva e acessível.

A reflexão sobre a democracia participativa destaca a importância de envolver ativamente os estudantes nas decisões políticas e ações que impactam suas vidas. As atividades acadêmicas desempenham um papel importante nesse sentido, propondo um movimento necessário para conduzir os calouros a compreenderem e se envolverem nas políticas de inclusão.

A igualdade, por sua vez, não deve ser apenas uma ideia abstrata, mas uma abordagem pragmática, adaptada às condições reais enfrentadas pelas pessoas com deficiência. A efetividade das políticas de inclusão requer não apenas a remoção de barreiras físicas, mas também uma mudança cultural profunda que valorize a diversidade em todas as suas formas.

A análise das entrevistas ressalta a necessidade de se repensar a estrutura física das instituições de Educação Superior, indo além da mera adaptação para uma abordagem que promova uma verdadeira inclusão. Essa transformação implica não apenas na criação de espaços acessíveis, mas também na promoção de uma mentalidade inclusiva que celebra e valoriza as diferenças individuais.

Outro ponto vital abordado é a falta de preparo e pouca experiência, dos professores para lidar com alunos com diferentes necessidades tanto intelectual e física. A presença de profissionais especializados é fundamental, mas deve ser complementada por um esforço educacional mais amplo, sensibilizando toda a comunidade acadêmica para as questões

relacionadas à inclusão.

Ao concretizar os objetivos iniciais dessa pesquisa, se destacam os resultados analisados que apresentam a complexidade da pesquisa sobre o tema além da inclusão na Educação Superior e a necessidade de uma abordagem holística e sistêmica. A transformação requer esforços coordenados em diversos aspectos, desde a melhoria das políticas de acesso até a promoção de uma cultura inclusiva. A inclusão não é apenas uma meta a ser alcançada, mas um compromisso contínuo de construir um ambiente acadêmico verdadeiramente acessível, diverso e enriquecedor para todos os estudantes em busca do conhecimento.

Novas pesquisas são essenciais para a identificação e compreensão aprofundada das barreiras específicas enfrentadas pelos estudantes com deficiência. Essa compreensão detalhada é a base para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e estratégias de implementação que abordem as lacunas identificadas.

Além disso, as pesquisas podem fornecer insights sobre as experiências individuais dos estudantes com deficiência, destacando as necessidades únicas de cada estudante. Isso é um fator de estrema importância, para a personalização dos serviços de apoio e para garantir que as políticas de inclusão sejam verdadeiramente inclusivas, considerando as diversas realidades enfrentadas pelos estudantes.

As instituições de educação superior podem se beneficiar significativamente com pesquisas que abordem a eficácia das políticas públicas existentes, a capacitação dos docentes e técnico da instituição e a adequação da estrutura física. Essa avaliação crítica pode orientar a universidade na implementação de melhorias contínuas, promovendo uma cultura inclusiva que vai além do cumprimento de requisitos legais.

Além disso, novas pesquisas podem explorar estratégias inovadoras para a promoção da inclusão, indo além das abordagens tradicionais. A tecnologia, por exemplo, pode desempenhar um papel importante na criação de ambientes de aprendizado acessíveis, e as pesquisas podem contribuir para a identificação e implementação de soluções tecnológicas inovadoras.

A pesquisa também é fundamental para medir o impacto das políticas de inclusão ao longo do tempo. Essa análise, pode fornecer insights valiosos sobre o progresso e identificar áreas que ainda exigem atenção. Isso contribui para um ciclo contínuo de melhoria, garantindo que a universidade esteja sempre se esforçando para oferecer um ambiente acadêmico mais inclusivo.

Além disso, as pesquisas na área da inclusão na educação superior podem ampliar o conhecimento existente, contribuindo para o avanço do campo e que podem beneficiar não apenas a universidade em questão, mas também outras instituições educacionais que buscam

promover a inclusão.

A importância de novas pesquisas na área da inclusão na educação superior é de extrema importância e um tema relevante para as discussões nas Instituições de Ensino Superior. Elas desempenham um papel vital no aprimoramento constante das práticas e políticas de inclusão, garantindo que a universidade cumpra sua missão de oferecer uma educação acessível e enriquecedora para todos os estudantes.

6. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70/LDA, 2009. 281 p.

BERGMAN, L. **Para se aproximar da realidade:** um balanço da produção científica brasileira sobre a relação entre o público e o privado na educação, com foco no instituto Ayrton Senna. Dissertação de Mestrado. UFSC: Florianópolis, 2009.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Conferência Nacional da Educação – CONAE. **Anais da Conferência Nacional de Educação:** CONAE 2010: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação.- Volume II. Brasília: MEC, 2011.

BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 dez. 1999.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Infantil Saberes e Práticas da Inclusão:** dificuldade de comunicação e sinalização: surdocegueira/ múltipla deficiência sensorial**.** 4ª Ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. 2002.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CONTE, E; OURIQUE, M. L. H.; BASEGIO, A. C. Tecnologia Assistiva, Direitos Humanos E Educação Inclusiva: Uma Nova Sensibilidade. **Educ rev** [Internet]. 2017;33:e163600. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698163600. Acesso em: 22 jul. 2022.

COSTA, C.; SILVA, I. **Democratização da gestão escolar:** uma tentativa de balanço. Revista de Educação da AEC. n. 109, p. 100 – 115, 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação:** direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de pesquisa, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.
Disponível: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf. Acesso em 22 jul. 2022.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas "Estado da Arte". **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, Agosto/2002. p.257-272.

FREITAS, Luiz Carlos de**.** Avaliação: para além da "forma escola". **Revista Educação: teoria e prática**, Rio Claro, SP, Brasil, 2010.

GALVÃO, Nelma de Cássia Silva Sandes. A comunicação construindo redes entre a escola e o aluno com surdocegueira. In.: **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** EDUFBA: Salvador, 2012.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias.** Chapecó: Argos, 2006. 279 p.

GAMBOA, Silvio Sánchez**. Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias.** Chapecó: Argos, 2008. 281 p.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2ª Edição. Chapecó: Argos, 2012. 212 p.

GEA. **Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil**. Democratização da Educação superior no Brasil: avanços e desafios. FLACSO/Brasil.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIMENEZ, Felipe Vieira; MACIEL, Carina Elisabeth. A categoria permanência na educação superior: o que revelam as pesquisas? In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS, 24, 2016, Maringá. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2016.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L.. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, 21(2), 183–193. 2017.

GUERREIRO, E. M. R.; ALMEIDA, M. A.; SILVA FILHO, J. H. **Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior.** 2014.

HOSTINS, R. C. L.; SILVA, C.; ALVES, A. G. Coletividade, colaboração e experiência: pressupostos para a inclusão escolar e a aprendizagem de alunos com deficiência. intelectual. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 159-176, 2016. Disponível em: < https://revistas.ufpr.br/jpe/article/download/69913/40301>. Acesso em: 22 jul. 2022.

JUSTI, S. R. S.; HOSTINS, R. C. L. Políticas públicas de inclusão para pessoas com deficiência na Educação Superior nos últimos dez anos. **Jornal de Políticas Educacionais.** V. 14, n. 04. janeiro de 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/69913>. Acesso em: 22 jul. 2022.

KAULING, A. L. C.; ALMEIDA, M. C. S. de; LOCKS, G. de F.; BRUNHARO, G. M. Miastenia gravis: relato de dois casos e revisão da literatura. **Rev Bras Anestesiol** [Internet]. 2011Nov;61(6):755–63. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-70942011000600007. Acesso em: 22 jul. 2022.

LEITE, D. Avaliação, acreditação, rankings e indicadores de qualidade: implicações para a internacionalização das Universidades. **Actas del Simposio Pensar la Universidad en sus Contextos:** Perspectivas Evaluativas Concepción del Uruguay, Argentina, 2010.

LEONARD-BARTON, Dorothy. Uma metodologia dupla para estudos de caso: uso sinérgico de um único local longitudinal com múltiplos locais replicados. **Organization Science**, v. 1, n. 3, p. 248–266, 1990.

LIMA, E. G. S.; LUZ, J. N. N.. Ensino médio e as ações de permanências na universidade: pesquisas em movimento. **Revista FAED - UNEMAT**, v. 35, p. 71-90, 2021.

LIMA, E. G. S.; MALANGE, F. C. V.; BARBOSA, V. A. Políticas de expansão da Educação Superior implantadas pelo estado brasileiro: reflexões sobre a democratização. In: **ANAIS XIII Seminário da rede Universitas/Br**, 2015, Belém, Universidade Federal do Pará. p. 1032-1050.

LIMA, Elizeth G. S.. Avaliação Institucional: discutindo concepções, enfoques e fundamentos teórico/metodológicos. **Revista da Faculdade de Educação** (Universidade do Estado de Mato Grosso), v. 04, p. 65-89, 2008.

LIMA, Elizeth G.S.; MALANGE, F.C.; BARBOSA, Valci A. Políticas de Expansão da Educação Superior Implantadas Pelo Estado Brasileiro: Reflexões Sobre Democratização. In Vera Jacob Chaves; Olgaíses Cabral Maués; Salomão Mufarrej Hage. (Org.). **Expansão Privado-Mercantil da Educação Superior no Brasil.** 1ed.Campinas-SP: Mundo das Letras, 2016, v. 1, p. 213-236.

LORENA, S. B. de .; PIMENTEL, E. A. dos S.; FERNANDES, V. M.; PEDROSA, M. B.; RANZOLIN, A.; DUARTE, A. L. B. P. **Avaliação de dor e qualidade de vida de pacientes com fibromialgia**. Revista Dor, 17(1), 8–11. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5935/1806-0013.20160003. Acesso em: 22 jul. 2022.

MACIEL, Carina; LIMA, Elizeth; GIMENEZ, Felipe. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 759-781, 2016. Disponível em: Disponível em: https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/68574 Acesso em: 01 dez. 2023

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** EDUFBA: Salvador, 2012.

MARTINS, Suely Lucena. **Práticas pedagógicas com aluna surdo-cega do 6º. ano do Ensino Fundamental.** Arqueiro – Instituto Nacional de Educação de Surdos. vol. 17 (jan/jun) Rio de Janeiro, INES, 2008

MOREIRA, L.C.; BOLSANELLO, M.A.; SEGER, R.G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**, 2011.Disponível:

MOROZ, Melania e GIANFALDONI, Mônica Helena T.A. **O processo de pesquisa:** iniciação.

Brasília: Editora Plano, 2002, 108p.

NUNES, R. S. dos R.; VELOSO, T. C. M. A. A permanência na educação superior: múltiplos olhares. **Educação e Fronteiras On-line**. Dourados/MS. 2016. v.6, n.16, p. 48-63.

ONU. **Declaração de Salamanca:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais Salamanca**,** 1994.

RIBEIRO, T. R. C.. Produção Científica Da Linha De Pesquisa Formação De Professores, Políticas E Práticas Pedagógicas Do Mestrado Em Educação Da Unemat/Cáceres. **Anais**. Vol. 3. Cáceres-MT: Encontro Cacerense De Economia Solidária, Universidade Do Estado De Mato Grosso - UNEMAT - UNEMAT Editora. 16-19 abril 2018.

SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Universidade brasileira no século XXI.** São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. das G. M. da; VELOSO, T. C. M. A. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 3, p. 727-747, 2013.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: Ciência E Profissão**, 29(1), 116–131. 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000100010. Acesso em: 22 jul. 2022.

SIQUEIRA, I.M.; SANTANA, C.S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. **Rev. Bras. Educ. Espec.**, Marília, v.16, n.1, p.127-136, 2010

STRECK, Danilo Romeu. Da pedagogia do oprimido às pedagogias da exclusão: um breve balanço crítico. **Educação & Sociedade**, vol. 30, núm. 107, maio-agosto, 2009, pp. 539-560 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil.

TOMELIN, Karina; DIAS, Ana Paula; SANCHEZ, Cintia; PERES, Juliana; CARVALHO, Silvia. Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. **Rev. Psicopedagogia**, Pinheiros-SP, v. 35, n. 106, p. 94-103, 2018. Disponível em: Disponível http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v35n106/11.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VIEIRA, A. B.; RAMOS, I. de O.; SIMÕES, R. D. Inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: atravessamentos nos currículos escolares. **Educação & Pesquisa**, 44, e180213. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844180213. Acesso em: 22 jul. 2022.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. v.11, n. 32, RJ, maio/ago. pp. 226-237, 2006.

7. APÊNDICE 01

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Esta entrevista semiestruturada é destinada aos estudantes deficientes que ingressaram na educação superior na Universidade do Estado de Mato Grosso ano de 2019 com a finalidade de realizar a coleta de dados informações para subsidiar a pesquisa intitulada em "*A permanência de acadêmicos com deficiência ingressantes na universidade do estado de mato grosso/campus de Cáceres pelo programa de COTAS".*

Perguntas de identificação dos perfis
1- Gênero: ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) outros
2- Faixa etária (idade em anos): ( ) 18 a 22 ( ) 23 a 30 ( ) 31 a 45 ( ) 46 a 55 ( ) 56 a 70
3- Qual é o tipo de deficiência que o estudante possui?
4- Qual o curso de graduação o aluno ingressou: ( ) Licenciatura ( ) Bacharel Qual?
5-Como se deu o ingresso desse aluno? pelo Vestibular ou pelo ENEM?
Caso aconteça alguma abertura para traçar esse perfil você pergunte, se o aluno se adaptou na faculdade, se o ingresso foi específico para alguma deficiência, se ao ingressar ele pensava nas dificuldades que iria encontrar.

Perguntas de relação as políticas de acesso
6-Voce tem conhecimento sobre as políticas públicas de inclusão de deficientes no ensino superior?
Se sim, qual delas? Como teve acesso? Elas ajudaram a você fazer a matrícula na instituição? Te encorajaram a buscar teus direitos? Se essa informação for passada depois do ingresso, quem ajudou a obter? Vocês conversam na universidade sobre essas políticas? Qual a importância delas para sua realidade? Se não, o que o levou a não pesquisar? Você sabia que existem essas políticas? Como imagina que pessoas deficientes ingressam na universidade?
7- O campus da UNEMAT/Cáceres realiza ações afirmativas sobre a política de acesso e permanência de acadêmicos deficientes no Ensino Superior?
Você tem consciência dessas ações? E apresentado na semana dos calouros? Esse acesso é para todos os alunos?
8) Você recebe atendimento especializado (ledor, intérprete de libras, acompanhante) para a realização das atividades na Universidade nas aulas e extraclasse?

Como ficou sabendo desse atendimento? Teve ajuda de alguém para solicitar esse atendimento? Como o acompanhante lhe auxilia nas atividades acadêmicas? Você acredita que é importante ter esse auxílio?

9-A estrutura física da instituição possibilita esse processo de inclusão dos alunos nas dependências da Universidade (biblioteca, salas de aulas, secretárias, departamentos entre outros espaços)?
Você presenciou ou passou por situações em que essa estrutura física atrapalhou de certa forma? Você acredita que a universidade está bem estruturada para atender todos os tipos de deficiências, inclusive nas salas, com materiais que atendem as especificidades de cada acadêmico?
10- Como funciona a acessibilidade diante do processo de ensino e aprendizagens na sala de aula, bem como, as interações com os demais acadêmicos e docentes?
Como o curso se faz presente em auxiliar o processo de aprendizagem e dispor de materiais e estruturas acessíveis? Como os profissionais auxiliam nesse processo?
11- Como está sendo o acesso e a permanência destes alunos deficientes no ensino superior, está assegurado a garantia de ensino com qualidade?
Você concorda que esses alunos têm condições de permanecer durante todo o curso, com as condições fornecidas pela instituição? Quais fatores podem levar a desistência? O que a universidade deve fazer ao seu olhar, para modificar essas realidades? através desses questionamentos, você acha ensino superior é para todos?

8. ANEXOS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O acesso e a permanência de acadêmicos com deficiência ingressantes naUniversidade do Estado de Mato Grosso/Campus de Cáceres pelo programa de Cotas.

Pesquisador: CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 65358522.4.0000.5166
Instituição Proponente: UNEMAT
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.928.207

Apresentação do Projeto:
O projeto de pesquisa intitulado “O Acesso e a Permanência de acadêmicos com deficiência ingressantes na Universidade do Estado de Mato Grosso/Campus de Cáceres pelo programa de cotas” faz parte da linha de pesquisa “Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas”, do Programa de Pós-graduação em Educação da UNEMAT. Será desenvolvido sob a orientação da Prof.ª. Ph.D. Elizeth Gonzaga dos Santos Lima. Tem o objetivo de estudar a problemática “Analisar a permanência dos estudantes da Unemat/Cáceres-MT, ingressantes pelo Programa de Inclusão de Deficientes (COTAS) no Ensino Superior no ano de 2019, buscando compreender suas trajetórias, O Acesso e a Permanência, nas interfaces com os concluintes do ano de 2023?”. Dessa forma, propomos algumas questões que subsidiam essa pesquisa. Serão consultados dados da COVEST/Unemat (Coordenadoria de Vestibular e Concurso), Banco de dados da Secretaria Acadêmica da Unemat/ Cáceres, SIGAA (Sistema
Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, para traçar o perfil desses acadêmicos deficientes será realizada uma entrevista semiestruturada. A pesquisa será desenvolvida no viés quanti- qualitativo com a aplicação de entrevista com os acadêmicos e a sistematização dos dados coletados. A duração aproximada da pesquisa será de 24 meses (prazo previsto pelo Programa de Pós- graduação em Educação para a conclusão do curso), e poderá se estender até março de 2024. O estudo será realizado com recursos da pesquisadora. Serão utilizados alguns equipamentos e

materiais pessoais e outros disponibilizados pelo PPGEdu e pelo Campus Universitário “Jane Vanini” da Unemat. A instituição envolvida é a Universidade do Estado de Mato Grosso lócus Campus Cáceres nos cursos de licenciatura e bacharelado com os estudantes deficientes.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a permanência dos estudantes da Unemat/Cáceres-MT, ingressantes pelo Programa de Inclusãode Deficientes (COTAS) no Ensino Superior no ano de 2019, buscando compreender suas trajetórias, O Acesso e a Permanência, nas interfaces com os concluintes do ano de 2023.

Objetivo Secundário:

• Identificar os estudantes deficientes que ingressaram pelo Programa de Cotas no ano de 2019 e osconcluintes do ano de 2023.

• Mapear quais são as Políticas Públicas de Acesso e Permanência dos estudantes que ingressaram noensino superior através do Programa de Inclusão de Deficientes da Unemat;

• Elaborar um balanço de produção sobre as dissertações e teses escritas sobre a temática permanência;

• Coletar percepção dos estudantes que ingressaram no ano de 2019 e que estarão concluindo a graduaçãono ano de 2023 pelo programa.

• Analisar os dados e informações coletadas a partir da elaboração do balanço de produção.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

- A pesquisa apresenta garantia de que danos previsíveis serão evitados, como preconiza a resolução 466/2012.

A pesquisa apresenta, como preconiza a resolução 466/2012:

- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;

- Garantia de que danos previsíveis serão evitados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta:

- Respeito aos participantes da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;

- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;

- Garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- Relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados de acordo com as exigências da resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS-Conselho Nacional de Saúde e Resolução 510/2016, - Ciências Humanas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso CEP/UNEMAT após análise do protocolo em comento, de acordo com a resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS, é de parecer que não há restrição ética para o desenvolvimento da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do projeto	PB_INFORMAÇOES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2042913.pdf	23/02/2023 18:54:56		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	23/02/2023 18:53:23	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Outros	CLE.pdf	02/01/2023 12:06:22	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Outros	OF1.pdf	02/01/2023 12:05:04	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Cronograma	CRONO.pdf	02/01/2023 12:01:29	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEC.pdf	02/01/2023 11:59:13	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Folha de Rosto	FRC.pdf	02/01/2023 11:55:46	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito

Continuação do Parecer: 5.928.207

Parecer Anterior	folhadrosto.pdf	01/11/2022 19:34:51	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Outros	TAUTORIZACAO.doc	01/11/2022 19:28:36	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Outros	DI.doc	01/11/2022 19:26:10	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Outros	financiamento.pdf	01/11/2022 19:21:52	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Outros	instenvol.pdf	01/11/2022 19:20:18	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Outros	termoinst.pdf	01/11/2022 19:18:37	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Outros	detorc.pdf	01/11/2022 19:09:16	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Outros	DOTFP.pdf	01/11/2022 19:06:37	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Outros	DRP.pdf	01/11/2022 19:04:18	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declinfra.pdf	01/11/2022 18:59:21	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Outros	responpes.pdf	01/11/2022 18:56:13	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Outros	decl1.pdf	01/11/2022 18:52:05	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito
Outros	Of.pdf	01/11/2022 18:48:41	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095
Bairro: Cavalhada II **CEP:** 78.200-000
UF: MT **Município:** CACERES
Telefone: (65)3221-0067 **E-mail:** cep@unemat.br

Continuação do Parecer: 5.928.207

CACERES, 06 de Março de 2023

Assinado por:
Raul Angel Carlos Olivera (Coordenador(a))

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095
Bairro: Cavalhada II **CEP:** 78.200-000
UF: MT **Município:** CACERES
Telefone: (65)3221-0067 **E-mail:** cep@unemat.br

RESOLUÇÃO Nº 046/2023 – CONEPE

Reestrutura a Política de Ações Afirmativas no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

A Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE, da Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado" – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, considerando Processo no 23065.004656/2023-47, Resolução no 011/2019-CONEPE, Resolução no 051/2019- CONEPE, Parecer no 060/2023-PROEG, Parecer no 001/2023-CSEN e a decisão do Conselho tomada na 2a Sessão Ordinária realizada no dia 12 de setembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Reestruturar a Política de Ações Afirmativas para ingresso na Educação Superior através do sistema de reserva de vagas da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT como segue:

CAPÍTULO I
DO ACESSO

Art. 2º Ficam reservadas 60% (sessenta por cento) das vagas oferecidas nos cursos de graduação da UNEMAT aos estudantes que cumpriram integralmente o ensino médio em escola pública.

Parágrafo Único Entende-se como escola pública aquela onde o estabelecimento de ensino é público e gratuito, mantido exclusivamente pela União, Estados ou Municípios, sendo vedado o uso de vagas reservadas em benefício de quem cursou o ensino médio em estabelecimento privado ou foi favorecido por bolsa ou auxílio de qualquer natureza, independentemente de ser parcial ou integral.

Art. 3º A UNEMAT disponibilizará as vagas para ingresso nos cursos da seguinte forma:

I. Para cursos com 30 (trinta) vagas, 12 (doze) são destinadas à ampla concorrência e 18 (dezoito) aos alunos que cumpriram integralmente o ensino médio em escola pública, assim distribuídas:

a) 08 (oito) vagas para estudantes negros;
b) 01 (uma) vaga para estudante indígena;
c) 01 (uma) vaga para estudante com deficiência;
d) 08 (oito) vagas para os demais estudantes de escola pública.

II. Para cursos com 40 (quarenta) vagas, 16 (dezesseis) são destinadas à ampla concorrência e 24 (vinte e quatro) aos alunos que cumpriram integralmente o ensino médio em escola pública, assim distribuídas;

a) 10 (dez) vagas para estudantes negros;
b) 02 (duas) vagas para estudantes indígenas;
c) 01 (uma) vaga para estudante com deficiência;
d) 11 (onze) vagas para os demais estudantes de escola pública.

III. Para cursos com 50 (cinquenta) vagas, 20 (vinte) vagas são destinadas à ampla

concorrência e 30 (trinta) aos alunos que cumpriram integralmente o ensino médio em escola pública, assim distribuídas;

a) 13 (treze) vagas para estudantes negros;
b) 02 (duas) vagas para estudantes indígenas;
c) 01 (uma) vaga para estudante com deficiência;
d) 14 (quatorze) vagas para os demais estudantes de escola pública;

Parágrafo Único Caso as vagas destinadas a negros, indígenas e estudantes com deficiência não forem preenchidas, elas serão destinadas aos demais estudantes da escola pública.

Art. 4º Para concorrer às vagas estipuladas no art. 3o, o candidato deverá indicar no campo específico da inscrição a opção de concorrência, conforme disposto no edital de processo seletivo de ingresso.

Parágrafo Único Após o encerramento das inscrições no processo seletivo de ingresso, não será possível alterar a opção escolhida.

Art. 5º O candidato aprovado no processo seletivo de ingresso deve comprovar que cursou o ensino médio integralmente na escola pública no ato da matrícula, sob pena de a mesma não ser efetivada.

Art. 6º Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição ao processo seletivo de ingresso, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§1º Para efetivar a matrícula, o candidato, além de cumprir o disposto no art. 5o, deverá apresentar sua autodeclaração, a ser firmada em formulário próprio da UNEMAT, que será previamente disponibilizado junto com o edital do processo seletivo de ingresso.

§2º A autodeclaração do candidato goza de presunção relativa de veracidade e será ratificada mediante procedimento de verificação a ser realizada pela Comissão de Verificação.

Art. 7º Poderão concorrer às vagas reservadas a indígenas, os candidatos que assim se autodeclararem.

§1º Para efetivar a matrícula, o candidato, além de cumprir o disposto no art. 5o, deverá apresentar sua autodeclaração de indígena, a ser firmada em formulário próprio da UNEMAT, que será previamente disponibilizado junto com o edital do processo seletivo de ingresso.

§2o A autodeclaração goza de presunção relativa de veracidade e será ratificada mediante processo de verificação da Declaração de comunidade reconhecidamente indígena, ou da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, por uma Comissão de Verificação.

Art. 8º Poderão concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência os candidatos assim considerados nos termos da Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015.

§1º Para efetivar a matrícula, o candidato, além de cumprir o disposto no art. 5o, deverá apresentar

§2º O formulário médico apresentado pelo candidato goza de presunção relativa de veracidade e será ratificada mediante procedimento de verificação por Comissão de Verificação.

§3º A UNEMAT, em qualquer situação e momento, se reserva ao direito de avaliar a deficiência do candidato para fins de efetivação da matrícula, quando necessária, por meio biopsicossocial e será realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

intelectuais;
§4º Caracterizado que o candidato não se enquadra como pessoa com deficiência, nos termos da legislação vigente, o seu pedido de matrícula será indeferido.

CAPÍTULO II
DAS COMISSÕES DE ACOMPANHAMENTO E VERIFICAÇÃO

Art. 9º Para fins desta Resolução considera-se:
I. Acompanhamento: o procedimento de acompanhamento dos alunos que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas, previstas no art. 3o, e avaliação do cumprimento dos dispositivos previstos nesta Resolução;
II. Verificação: o procedimento de identificação, por terceiros, da condição de negro, indígena e da pessoa com deficiência, a ser realizada pela Comissão de Verificação.

Art. 10 Os procedimentos de Acompanhamento e Verificação serão realizados por comissão criada especificamente para este fim, de natureza permanente e denominadas de Comissão de Acompanhamento e Comissão de Verificação.

Art. 11 A Comissão de Acompanhamento será constituída por Portaria e composta por, no mínimo, três pessoas.
Parágrafo Único As Comissões de Acompanhamento serão regidas por Instrução Normativa.

Art. 12 As Comissões de Verificação serão constituídas por ato interno da Pró- reitoria de Ensino de Graduação e compostas por, no mínimo, três membros.

§1º Os membros da Comissão de Verificação assinarão termo de confidencialidade sobre as informações pessoais dos candidatos a que tiverem acesso durante o procedimento de verificação.

§2 º Serão resguardados o sigilo dos nomes dos membros da Comissão de Verificação, podendo ser disponibilizados aos órgãos de controle interno e externo, se requeridos.

Art. 13 Em caso de impedimento ou suspeição, o membro da respectiva Comissão será substituído por suplente.
Parágrafo Único A UNEMAT poderá firmar acordos ou termos com entidades que atuem e tenham ações no combate ao racismo e à discriminação étnico- racial, bem como entidades que atuam com ações relacionadas às pessoas com deficiência, para capacitar os membros das Comissões de Acompanhamento e Verificação.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO

Art. 14 O Acompanhamento será executado como ação afirmativa de permanência de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e deficientes, assim definido por lei, nos cursos oferecidos pela UNEMAT, bem como no fortalecimento do sistema de reserva de vagas, tendo como objetivos:

I. Difundir a metodologia de análise da veracidade da autodeclaração firmada pelo candidato ao ingressar pelo sistema de reserva de vagas para negros, indígenas e deficientes;
II. Criar, se necessário, subcomissões de Acompanhamento nos *campus* da UNEMAT;

III. Sistematizar a atuação em relatórios periódicos;
IV. Denunciar as irregularidades que tomar ciência para as instâncias competentes;
V. Realizar em favor da comunidade acadêmica, ao menos uma vez no ano, eventos que tenham como tema a importância e finalidade da reserva de vagas estabelecidas no art. 3o desta resolução.

Parágrafo Único Os discentes que ingressarem pelo sistema de reserva de vagas da UNEMAT deverão participar de eventos promovidos pela Comissão de Acompanhamento.

CAPÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO

Art. 15 Os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas às pessoas negras, indígenas e pessoas com deficiência se submeterão ao procedimento de verificação.

Parágrafo Único O edital de seleção para fins de ingresso nos cursos de graduação definirá se o procedimento de verificação será promovido sob a forma presencial, telepresencial, ou mediante utilização de recursos de tecnologia de comunicação.

Art. 16 A Comissão de Verificação utilizará, para aferição da condição declarada pelo candidato no processo seletivo de ingresso da UNEMAT:
I. o critério fenotípico para os candidatos negros;
II. a declaração da comunidade reconhecidamente indígena para os candidatos indígenas; e
III. o laudo médico para pessoas com deficiência.

Art. 17 O candidato inscrito para concorrer às vagas destinadas a candidatos negros, pessoa com deficiência, ou indígena que não tiver a autodeclaração ratificada pela Comissão de Verificação, permanecerá no processo seletivo e será classificado nas vagas destinadas à ampla concorrência.

Art. 18 Nos casos de indeferimento de autodeclaração de candidato, a Comissão de Verificação deliberará sob forma de parecer motivado.

Parágrafo Único É vedado à Comissão de Verificação deliberar na presença dos candidatos e o teor do parecer motivado será de acesso restrito apenas aos interessados.

Art. 19 O resultado do procedimento de verificação será publicado no sítio eletrônico da UNEMAT, em Edital Complementar ao Processo seletivo de ingresso em execução, do qual constarão os dados de identificação do candidato, a conclusão do parecer da Comissão de Verificação a respeito da ratificação e as condições para exercício do direito de recurso pelos interessados.

Art. 20 O edital de Processo seletivo de ingresso da UNEMAT preverá uma Comissão Recursal em razão das deliberações da Comissão de Verificação.

Parágrafo Único A Comissão Recursal será composta por três integrantes, distintos dos membros da Comissão de Verificação, nomeados por ato interno da Reitoria, sob as condições do sigilo e da confidencialidade exigidos no art. 12 da presente Resolução.

CAPÍTULO V
DOS RECURSOS

Art. 21 Das decisões da Comissão de Verificação caberá recurso dirigido à Comissão Recursal, nos termos do edital.

§1 º Em face de decisão que não confirmar a autodeclaração terá interesse recursal apenas o candidato por ela afetado.

§2 º Das decisões da Comissão Recursal não caberá recurso.

§3 º O resultado do recurso interposto será publicado em sítio eletrônico da UNEMAT, em Edital Complementar ao Processo seletivo de ingresso em execução, do qual constarão os dados de identificação do candidato e a conclusão final.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 A constituição das Comissões de Acompanhamento e de Verificação, de forma permanente, não impedem que a UNEMAT crie Comissões Temporárias para apurar fraudes no uso de reserva de vagas, cabendo a estas as mesmas prerrogativas e procedimentos desta Resolução.

Parágrafo Único Constatada fraude no uso da reserva de vagas, a Comissão de Verificação determinará, observada a ampla defesa e o contraditório, o cancelamento da matrícula do discente, conforme versa no inciso VI do Art. 240 da Normatização Acadêmica, aprovada em Resolução no 054/2011-CONEPE, procedendo aos demais encaminhamentos que entender cabíveis.

Art. 23 O Edital de processo seletivo de ingresso regulamentará os casos omissos nesta Resolução e, de forma subsidiária, aplicar-se-á a legislação federal e estadual naquilo que for compatível a respeito de políticas de ações afirmativas.

Art. 24 Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.
Art. 25 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução no 011/2019 CONEPE e Resolução no 051/2019-CONEPE.

Sala das Sessões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 12 de setembro de 2023.

Profa. Dra. Vera Lucia da Rocha Maquêa
Presidente do CONEPE